

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Délvio Venanzi

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA
(1988- 1994)

Sorocaba-SP
2016

Délvio Venanzi

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA
(1988-1994)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Professor Dr. Wilson Sandano

Sorocaba-SP
2016

Délvio Venanzi

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA
(1988-1994)**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor no
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

1º Exam.: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

2º Exam.: Prof. Dr. Lauro Carvalho de Oliveira
Faculdade de Tecnologia – Fatec - Sorocaba

3º Exam.: Profa. Dra Jane Soares de Almeida
Universidade de Sorocaba

4º Exam.: Prof. Dr. José Roberto Garcia
Universidade de Sorocaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, por tudo o que me aconteceu. Pela força, serenidade, fé e esperança. Pela realização deste sonho. Por todas as pessoas que colocou em meu caminho e que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Wilson Sandano que, com muita paciência, sempre esteve presente para ajudar, orientar e incentivar na realização deste trabalho, um verdadeiro pai - inesquecível. Sua paixão e dedicação pela área acadêmica são exemplos que irei levar na minha vida e certamente serão inspirações para minha carreira.

Aos Professores da Banca de qualificação, Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti e Prof. Dr. Lauro Carvalho de Oliveira, verdadeiros expertises aos quais devo muito; aos demais Professores da Uniso, que me incentivaram e muito me ensinaram. Às demais pessoas que fizeram parte direta ou indiretamente deste trabalho (são muitas), o meu muito obrigado, em especial obrigado a Profa. Dra. Rosana Helena Nunes, Profa. Me. Ivana Alves e Prof. Dr. Paulo Edson Alves.

À amiga do coração Profa. Dra. Sonia Chébel Mercado Sparti, que muito me ajudou, fornecendo material de grande valia, jamais esquecerei essa ajuda.

Aos meus familiares, em especial à minha esposa e minha filha, pelo apoio incondicional, força e exemplo de vida que são para mim.

Ao Prof. Aldo Vannucchi, muito obrigado pela ajuda em todo o trajeto.

À Universidade de Sorocaba, pela oportunidade que me proporcionou de fazer este programa de Doutorado, possibilitando o conhecimento apreendido.

Muito obrigado a todos.

E o Senhor te guiará continuamente, e fartará a tua alma em lugares secos, e fortificará teus ossos; e serás como um jardim regado e como um manancial cujas águas nunca faltam. (Isaías 458,11)

Há de chegar o dia da emancipação humana,
Quando nossa inclinação para a dominação há de ser substituída...
Quando a nossa regulamentação excessiva há de ser substituída...
Quando o delegar o poder a outrem há de ser substituído...
Quando os Estados autoritários de outrora hão ser substituídos...
... pela solidariedade participativa!

Neste novo mundo, que está logo ali... um pouco adiante ...
Haveremos de construir processos educativos...
Pesquisas para a paz...
Que hão de vencer os preconceitos de toda espécie...
Então o humano haverá de ser... simplesmente humano... e livre!
(Lehmann, 2006)

RESUMO

O tema desta tese é o processo de criação da Universidade de Sorocaba (Uniso), no período de 1988 a 1994. A pesquisa foi realizada por meio de consultas em jornais da cidade e da Faculdade de Filosofia (FAFI), documentos internos, livros de atas, projetos de Leis na Câmara Municipal, artigos diversos, dissertações e teses. O estudo mostra que não havendo a possibilidade de trazer uma universidade pública para a cidade de Sorocaba, por fatores políticos não favoráveis à cidade, a mantenedora da FAFI - Fundação Dom Aguirre (FDA) -, o poder público, empresários e pessoas do setor acadêmico deram apoio e concentraram as forças para a criação de uma universidade não pública, efetivamente, a partir de 1988, após preparo do que era necessário. O recorte temporal do estudo se estende até o ano 1994, com o reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação (CFE), da Universidade de Sorocaba.

Palavras chave: Uniso. Educação superior. Universidade. Instituição escolar.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the creation process of the University of Sorocaba (Uniso), from 1988 to 1994. The investigation was conducted through consultations in local newspapers, newsletters of the Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI), their internal documents and minutes, the City Hall proposed bills; and a number of articles, dissertations and theses. The study leads to the evidence that since there was no possibility of bringing a public university to the city of Sorocaba, due to political factors unfavorable to the city, Uniso's benefactor and overseer (FDA) – FAFI's keeper -, the local government, business people and faculty members gave support and joined forces towards the creation of a non-public university, from 1988, following preparation of that which was needed for starting the process. The time frame of this study extends to 1994 with the recognition by the Federal Council of Education (CFE) of the University of Sorocaba.

Keywords: Uniso. Higher education. University. School institution.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABESC	Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CMDI	Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial
CMDI	Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU	Conselho Superior
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOU	Diário Oficial da União
FACCAS	Faculdades de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba
FACENS	Faculdade de Engenharia de Sorocaba
FADI	Faculdade de Direito
FAFI	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FATEC	Faculdade de Tecnologia de Sorocaba
FDA	Fundação Dom Aguirre
FEFISO	Faculdade de Educação Física da ACM
FIDA	Faculdades Integradas Dom Aguirre
FUSO	Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba
ICES	Instituições Comunitárias de Ensino Superior
ICES	Instituições Comunitárias de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NUCAB	Núcleo de Cultura Afro-Brasileira
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PROPLAN	Programa de Planejamento
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica

SINPRO	Sindicato dos Professores
SNA	Sistema Nacional de Educação
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade de Ijuí
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISO	Universidade de Sorocaba
UPF	Universidade de Passo Fundo
URCAMP	Universidade da Região de Campanha

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil - 1988-1994.....	29
Quadro 2 - Evolução das estatísticas no ensino superior (1988-1994).....	30
Quadro 3 - Evolução de matrícula por natureza e dependência administrativa: Brasil (1988-1994)	31
Quadro 4 - Evolução das matrículas de graduação e dependência administrativa (1988-1994).....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de vagas no vestibular por unidade da Federação (1988-1994)	35
Tabela 2 - Evolução do número de matrículas por unidade da Federação (1988 – 1994)	36
Tabela 3 - Percentual de matrículas no período noturno - por Instituição	37
Tabela 4 - Análise de concluintes entre os anos (1988-1994).....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	19
2.1 Estrutura da Educação Superior Brasileira de 1988 a 1994	19
2.2 Classificação das Instituições de Ensino Superior	19
2.3 Educação Superior: 1988 a 1994.....	26
3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS.....	39
4 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM SOROCABA	50
4.1 Movimento para a criação da Universidade de Sorocaba (Uniso)	53
4.2 A criação da Universidade de Sorocaba	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXO A – DECRETO 6.169, de 01/03/1988 (Criação do cargo de Coordenador Municipal de Ensino Superior).....	102
ANEXO B – Lei nº. 2972, de 07 de setembro de 1988. Lei Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba (FUSO) Capa do Projeto de Lei Municipal nº. 350/88.....	104
Justificativas do Projeto de Lei SEJ-PL-EX-085/88	105
Projeto de Lei 350/88	107
Aprovação do Projeto de Lei pela Câmara Municipal de Sorocaba.....	111
Criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba (FUSO)	117
Lei Municipal 2972, sancionada pelo Prefeito Municipal de Sorocaba	120
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA PORTARIA - UNISO	123
ANEXO D – LOGOTIPO DA UNISO.....	124

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o processo de criação da Universidade de Sorocaba (Uniso), ocorrido no período de 1988 a 1994.

Como justificativa para a implantação da Universidade em Sorocaba, deve-se o fato de já haver algumas faculdades na cidade e de não haver na época nenhuma Universidade em toda a região.

Desde 1967 falava-se em uma universidade pública para Sorocaba, já que traria vantagens para o povo sorocabano e região, pois tendo o ensino gratuito e uma variedade de cursos oferecidos, muitos sorocabanos, poderiam realizar os estudos na cidade, não necessitando ausentar-se da cidade de origem. Entretanto, Sorocaba havia perdido algumas oportunidades para Campinas¹ e São Carlos²; pois essas cidades tinham vantagens na representação política a seu favor se comparado a Sorocaba.

O objetivo geral deste estudo é o de investigar os fatos que envolveram o processo de criação da Universidade de Sorocaba (Uniso), entre 1988 e 1994, período abordado para este estudo.

Busca-se investigar a seguinte problemática: Por que foi criada a Uniso?

Como consequência a essa problemática, outras proposições foram articuladas:

- a. Quem iniciou o movimento para a criação da Uniso e quem dele participou?
- b. Quem era a favor da criação da Uniso e quem era contrário?
- c. Por que Sorocaba não foi, à época, contemplada com uma universidade pública?
- d. Por que optou-se por ser universidade comunitária?

Em função dos objetivos e problemática definidos, faz-se necessário articular as seguintes hipóteses para o estudo em questão:

Por que foi criada a Uniso?

□ Primeiramente, porque Sorocaba não tinha ainda uma Universidade, e não havia perspectivas de ter-se universidade pública para a cidade. Na década de 80, encontravam-se instaladas e em funcionamento várias faculdades isoladas e apenas um campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Como se observava diferenças cruciais entre Faculdades e Universidades (nos campos da pesquisa e da extensão), muitos jovens saíam da cidade em busca de cursos mais atrativos para sua formação profissional; a demanda de jovens era crescente,

¹ Campinas foi escolhida com a instalação da Unicamp.

² São Carlos foi escolhida com a instalação da UFSCAR.

propiciando o momento oportuno para se investir nos estudos, criando uma Universidade; seria a primeira Universidade em Sorocaba;

Quem iniciou o movimento para a criação da Uniso e quem dele participou?

□ O Prof. Aldo Vannucchi, pela iniciativa e por sua experiência acumulada na FAFI e na vida profissional como educador; o movimento envolveu a Fundação Dom Aguirre (FDA), então mantenedora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI) e da Faculdade de Ciência Contábeis e Administrativas de Sorocaba (FACCAS), o poder público, empresários da cidade e região, várias autoridades representantes da educação, direta ou indiretamente ligadas a esse objetivo;

Quem era a favor da Uniso e quem era contrário?

□ A vinda de uma Universidade que serviria à cidade e seu entorno era um desejo de professores, de cidadãos, da FDA e do poder público. Vislumbrava-se um crescimento na oferta de cursos oferecidos à população; tratava-se de um desejo de muitos, mas havia pessoas contrárias à vinda da Universidade, atribuía-se esse fato a questões políticas e ideológicas;

Por que Sorocaba não foi, à época, contemplada com uma universidade pública?

□ Na época, outras cidades com maior prestígio político como Campinas e São Carlos, levaram vantagens sobre Sorocaba na decisão da determinação da localidade de universidades públicas. A cidade de Sorocaba, realmente carecia de uma universidade, e especialmente pública, porém, como isso não foi possível, as forças políticas locais se concentraram na criação de uma universidade particular;

Por que se optou por Universidade Comunitária?

□ Em função da não possibilidade da Universidade pública, a mantenedora concentrou esforços em uma Universidade Comunitária, pois na FDA (mantenedora) havia uma prática de prestação de serviços educacionais comunitários, como bolsas auxílio eventos públicos para a cidade e seu entorno, compactuando com as características da mantenedora, os laços com a igreja católica.

Foi necessário para o estudo um aprofundamento para entender o significado e a importância da implantação da instituição. Para obter respostas às questões formuladas, utilizou-se uma abordagem documental sobre trabalhos já desenvolvidos sobre o tema, jornais da época, documentos oficiais; pesquisa de documentos (informes, textos pedagógicos, periódicos, revistas, livros de conselhos, livros de atas, Projetos de Leis e Pareceres do Conselho Federal de Educação) e entrevistas efetuadas de forma estruturada, elaboradas pelo pesquisador. A metodologia escolhida para a coleta de

dados objetivou aprofundar alguns poucos conhecimentos já existentes, sobre essa problemática, anteriores à realização desta pesquisa.

De acordo com Nunes (1993) e Bauer (2012), a fonte histórica é tudo o que consiste em material utilizável para a reconstrução da vida do homem ao longo do tempo. O material mais usual e que constitui os alicerces do trabalho do historiador é normalmente chamado de documento. Este é pensado como um instrumento ou ato autêntico pelo qual se prova um direito. Essas fontes são classificadas em primárias e secundárias.

- Fontes primárias são os registros dos atos e pensamentos dos homens de todas as épocas. As fontes primárias são necessariamente contemporâneas dos fatos que testemunham e se originam quer nos centros de decisão (poder público, instituições, etc.), quer em setores sociais significativos nas épocas a que se referem aos fatos estudados. É importante dizer que o estudo desses documentos exige certo preparo em técnica de pesquisa, dado que não basta uma “leitura organizada”, impondo-se certo interrogatório que obrigue o documento a “falar”, captando-se muito mais o não dito do que o explicitado.
- Fontes secundárias, em um universo social, normalmente, se constituem de livros, manuais, dicionários especializados e sítios eletrônicos, entre outros, e buscam fundamentar-se nas fontes primárias. O que mais as caracteriza é o fato de os acontecimentos históricos já aparecerem interpretados pelos analistas.

No caso em estudo, a fonte predominante foi fonte primária, pois os entrevistados fizeram parte do processo de criação aqui investigado e vivenciaram o momento, além das entrevistas, os jornais e a pesquisa de documentos constituíram os elementos da fonte primária utilizados.

Para o aprimoramento metodológico e fundamentação teórica, buscou-se o aporte de autores da História da Educação, como Gonçalves Neto (1977), Alberti (1989) e Capelato (1994).

Dialogar com esses autores tornou possível o conhecimento da origem e do momento histórico em que a fonte documental foi produzida, o alcance e o valor que se lhe pode atribuir, para que situação e em que circunstâncias ela foi produzida. Também foi possível verificar, identificar a natureza e a dimensionar a credibilidade da fonte documental. As fontes selecionadas foram percebidas como sendo autênticas e com alto grau de confiabilidade, facilitando a transcrição das informações passadas ao pesquisador.

Primeiramente, a fonte de pesquisa utilizada para a elaboração dessa tese foram os jornais. Para a utilização dessa fonte, foi essencial o embasamento teórico proporcionado por autores acima da História da Educação. Foram valorosas referências sobre como se proceder à pesquisa nos periódicos; os cuidados, a seleção, etc.

Para Capelato (1994), na história da educação, os jornais escritos se consolidam como fonte cada vez mais relevante. Dada essa importância, os autores afirmam que a história começa na relação do sujeito com o objeto, isto é, na construção do historiador do presente com base nos vestígios materiais do passado, os jornais têm uma contribuição valiosa nessa trajetória.

Os jornais se constituem uma fonte de informações nas grandes metrópoles ou nas pequenas províncias. Essa fonte apresenta um papel muito importante na cultura das pessoas. É uma ferramenta poderosa para o intelectual, é uma fonte de pesquisa extremamente rica para a História, permitindo a obtenção de uma abordagem sob os mais diferentes ângulos, em relação ao objeto de análise.

Em outros termos, a fonte utilizada à pesquisa foi oriunda do meio jornalístico, fonte essa de fundamental importância, não apenas na historiografia educacional, mas também como o jornal sempre foi visto como estratégia de construção de consensos e costumes e como uma linha educativa. Assim, a imprensa contribui muito para as fontes de pesquisas histórico-educacionais. (GONÇALVES NETO, 1977).

Um diálogo com os documentos, orientado por fundamentos teóricos, tornou possível compreendê-los, em seu contexto histórico, sendo possível interpretá-los à luz de teorias sociais e educacionais no contexto do problema estudado. Ao extrair sentidos de tais documentos, cuja preservação é muito importante, o pesquisador os significa como fontes para o estudo a que se propõe.

Na utilização dessa fonte – o jornal - foi feito um levantamento dos assuntos pertinentes ao tema proposto na pesquisa, uma busca por assuntos na redação dos jornais entre material impresso e arquivos digitalizados; após essa investigação, foi possível iniciar o levantamento das informações para a pesquisa: a coleta dos registros. Esse processo foi longo, muitas idas à redação dos jornais, bem como à biblioteca em que se encontravam as informações necessárias.

Quanto ao acesso o material encontrava-se organizado, facilitando a pesquisa, a leitura e entendimento; uma parte do material do Jornal Cruzeiro do Sul, inclusive, já digitalizada, enquanto do jornal Diário de Sorocaba no período da pesquisa não se encontrava digitalizado. Foram também utilizados os jornais internos das faculdades (FAFI e FACCAS), boletins e cadernos, nos quais circulavam notícias sobre diversos

assuntos do interior da faculdade, além de serem utilizados para o levantamento de subsídios para o desenvolvimento do tema.

Além dos jornais, foram utilizados os arquivos da Câmara Municipal de Sorocaba, no que tange a Decretos e Leis que envolveram os fatos no transcorrer dos eventos estudados nesta pesquisa. Esses arquivos não se encontravam, em sua totalidade, digitalizados, alguns estavam em condições muito precárias.

A metodologia escolhida para a coleta de dados objetivou aprofundar os conhecimentos existentes sobre o assunto pesquisado. O levantamento da produção historiográfica sobre o assunto fez com que alguns trabalhos pudessem ser citados como referências sobre o processo de criação da Universidade:

- NEVES, **Fundação Dom Aguirre**: 35 anos de história, 1998 onde conta a história da FDA completando 35 anos, também discorre sobre a FAFI – campus Trujillo, onde iniciou a vida acadêmica sob a governança da FDA, também destaca outros campus da Uniso (Seminário e Raposo), faz um relato nas páginas 100 a 106 do Projeto Uniso em sua visão;
- VANNUCCHI, **A Caminho da Uniso História, Casos e Causos**, 2012, encontra-se uma grande contribuição à Tese, nessa obra, o autor discorre sobre a FAFI, as Faculdades Integradas, o projeto Uniso, as articulações iniciais, a iniciativa e apoio da FDA, a mantenedora, o apoio do poder público, a definição de escolha do Prof. Aldo como Mentor do Projeto, a criação da Comissão de apoio ao Projeto pelo poder público, a solicitação da Carta-Consulta, as visitas da Comissão externa do CFE, até o momento da aceitação da Universidade e a posterior criação.

Quanto à tipologia das Universidades, classificação em pública e privada, as instituições comunitárias e posteriormente as universidades comunitárias, a criação e história, algumas dissertações e teses foram pesquisadas, pertinentes ao tema:

- LEHMANN, **Entre o público e o privado**: o comunitário no ensino superior da rede Sinodal de Educação, 2006, onde foi possível encontrar subsídios para a pesquisa no capítulo em que enfatiza as comunitárias na região Sul do País, berço das comunitárias no Brasil;
- LIMA, **Universidade comunitária no Brasil**: a busca por uma identidade, 2010, da qual em que foram utilizados os modelos universitários no Brasil e o conceito de universidade comunitária;
- Em VANNUCCHI, **A Universidade Comunitária**, 2004: função, missão e gestão das comunitárias, além de relatar a ética, comunicação e avaliação;

- CASTRO, **Universidades comunitárias**: entre o público e o privado, 2013: caracterização das universidades comunitárias no sentido de um embasamento maior, a distinção do público, privado: uma interface entre tais conceitos.

A pesquisa se organizou gradativamente: após levantar as informações nas fontes pesquisadas na Biblioteca Aluísio de Almeida (Uniso), livros de Atas da FAFI (1988-1991), artigos produzidos em universidades na área de Educação, artigos disponibilizados nas bases de dados da Capes e livros, chegou-se a um estado de conhecimento para a elaboração deste estudo, complementando e ampliando estudos anteriores já realizados.

Outra fonte de pesquisa utilizada foram entrevistas, fonte primordial para essa pesquisa, pois foi possível entender o início do processo de criação da Universidade, considerando os relatos de pessoas inseridas naquele contexto histórico e os pontos de vista por elas esclarecidos. (ALBERTI, 1989).

Foi utilizado o critério de escolher os entrevistados em função de sua participação e importância no processo de criação da universidade: professores e ex-professores, ex-pró-reitores, ex-diretores, funcionários da época, pessoas ligadas a órgãos públicos, prefeitos, vereadores, etc. Buscou-se resgatar a memória dos acontecimentos, nessas entrevistas.

Dessa forma, o texto está assim estruturado:

No capítulo 2, “Ensino Superior”, fez-se uma abordagem sobre as diferenças conceituais das universidades públicas (estatais e federais), privadas e comunitárias. Estuda a caracterização da educação superior no período de 1988 a 1994, apresenta um estudo sobre a demanda (vagas, matrículas, cursos de graduação) no período e sobre quanto essa demanda poderia atrair novas instituições de ensino, além da importância de uma universidade para Sorocaba e região.

No capítulo 3, “Universidades Comunitárias”, analisou-se a conceituação e a história das universidades comunitárias.

No capítulo 4, “A criação da Universidade de Sorocaba”, discorreu-se sobre os movimentos preliminares. Esse estudo trata do movimento de criação, as pessoas envolvidas, as dificuldades, as parcerias, a escolha do mentor do projeto, o apoio da mantenedora (FDA), a criação da estrutura para a solicitação perante o CFE (Conselho Federal de Educação) para a criação da universidade, os depoimentos dos envolvidos, os prós e os contras, a participação do poder público na criação do projeto Uniso.

Por último, as “Considerações finais”.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior constitui-se no mais elevado nível da educação brasileira. De acordo com as finalidades da educação superior, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61- cabe a esse grau de ensino fomentar “a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (BRASIL, 1961).

Este capítulo tem o intuito de contextualizar a educação superior, baseada na Lei 5540/68 – Lei da Reforma Universitária e a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Primeiramente, será apresentado um panorama anterior, para efeito de construção do histórico e comparações.

A educação superior é ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, podendo abranger no todo ou em parte os cursos e programas definidos por essas instituições (BRASIL, 1961).

O Brasil encontra grandes dificuldades em melhorar a qualidade e eficiência da educação, embora tenha expandido seu sistema educacional em todos os níveis. Apesar da extensão territorial e das diferenças regionais, as necessidades da educação brasileira são muito semelhantes e pouco se diferem em todo o país. Entre elas destacam-se: desenvolver a competência, o uso eficiente dos recursos públicos, e a criação de mecanismos efetivos para corrigir os problemas de iniquidade econômica e social. A falta de uma população educada e competente é um freio para o crescimento econômico, e a limitação de recursos não é o único fator que afeta a capacidade de resolver os problemas educacionais.

2.1 Estrutura da Educação Superior Brasileira de 1988 a 1994

Nas décadas de 1950 a 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, havendo ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961.

Entretanto, a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos 70 e 80, período em que o número de matrículas foi três vezes superior em relação a 1950 à 1970. (SCHWARTZMAN, 1988).

Na transição para a década de 90, a educação superior estava profundamente transformada, sobressaindo-se a crescente presença do setor privado que passou a ser predominante em relação ao setor público. Ademais, o aumento da demanda por

educação superior avançou gradativamente, atingindo os setores menos favorecidos da população.

Houve ausência do poder público no ensino superior, principalmente com relação ao período noturno. Por política de governo e em função de atrativas demandas de mercado, oriundas da formação do ensino médio, essa lacuna foi ocupada gradativamente por instituições privadas. (SCHWARTZMAN, 1988).

De acordo com Saviani (1988), somente em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob o número 4024/61. Vale lembrar que a tramitação dessa lei arrastou-se por treze anos de acirrados debates ideológicos até sua aprovação, isto é, o projeto foi enviado a Câmara Federal em 1948, em atendimento à Constituição de 1946, e só obteve aprovação definitiva em 1961. Alguns anos depois, foi editada a lei 5540/68, que dispõe sobre o ensino superior, a aprovação e o referido texto evidenciam o período em que estavam inseridas. A Lei 5540/68 decorreu de uma estratégia de “autoritarismo desmobilizador”, isto é, o objetivo era desmobilizar professores e alunos, que criticavam a política educacional do regime militar.

A Lei 5540/68, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, foi a primeira reforma da Lei 4024/61. A Lei 5540/68 é reconhecida como um marco no ensino superior, tanto na área administrativa quanto na acadêmica e estabelece, dentre os principais artigos:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

Art. 4º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações.

Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de

ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais (BRASIL, 1968).

2.2 Classificação das Instituições de Ensino Superior

A tipologia das instituições de ensino superior³, instituída pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), atualmente a 9394/96 é a que rege a educação superior no país, assim sendo a tipologia segue a seguinte configuração:

- universidades;
- faculdades integradas e estabelecimentos isolados.

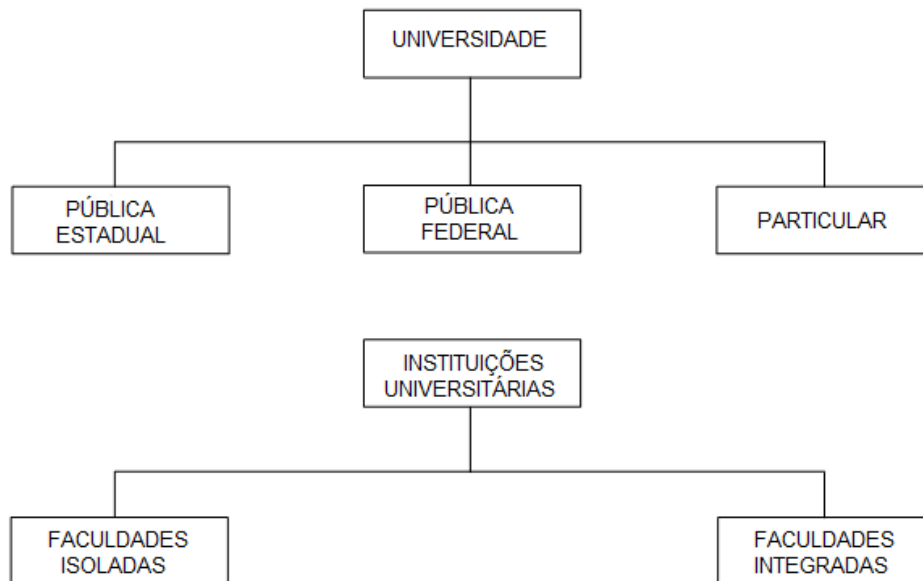
As universidades são instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e por terem obrigatoriamente em seu quadro docente $\frac{1}{3}$ de professores com titulação de mestrado e doutorado e $\frac{1}{3}$ de professores em regime de trabalho integral. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (CARVALHO, 1975).

Universidades são instituições de educação superior (IES) dedicadas à produção e transmissão de conhecimento; funções que são exercidas, fundamentalmente, através das atividades de ensino e pesquisa. As instituições universitárias situam-se no topo do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não se restringem à simples reprodução de saber. Universidades também estão voltadas para o tratamento inovador de problemas relevantes para a sociedade e para a busca de alternativas que os solucionem (FIGUEIREDO, 1992).

É conferida às universidades autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior; fixar os currículos de seus cursos e programas; aumentar ou diminuir o número de vagas, de acordo com a capacidade de atendimento e as exigências do seu meio; contratar e dispensar professores; estabelecer planos de carreira docente; elaborar e formar seus estatutos e regimentos, de acordo com as normas gerais em vigor (FIGUEIREDO, 1992).

As Universidades classificam-se em: públicas estaduais, públicas federais e privadas (BRASIL, 1968). A Figura 1 apresenta a estrutura do ensino superior, no Brasil. Na composição das universidades, há o sistema estadual, responsável pelas públicas estaduais, e o sistema federal, responsável pelas públicas federais.

³ Tem-se como dispositivos legais do ensino superior: órgãos de gestão da educação superior, estão contidos na Constituição Federal e na LDB 9394; órgãos consultivos sobre educação superior (LDB 9394); órgãos de pesquisa sobre educação superior (LDB 9394); despesa pública com educação superior (Constituição Federal e LDB 9394); liberdade de ensino (Constituição Federal e LDB 9394).

Figura 1 - Organização do sistema de ensino superior

Fonte: Elaboração própria (2015)

A responsabilidade pela educação no Brasil se divide entre os governos federal, estadual e municipal. O governo federal se ocupa, fundamentalmente, com o ensino superior, embora exerça uma função redistributiva de recursos para os demais níveis; através do Ministério da Educação, é diretamente responsável pela administração direta de uma rede de universidades e instituições de ensino superior, que consome a maior parte dos recursos oriundos dos 18% da receita de impostos destinados à educação superior. (BARROS, 1986).

Além das funções executivas do Ministério da Educação, o governo federal atua através do Conselho Federal de Educação, órgão formado por pessoas indicadas pela Presidência da República com a missão de supervisionar e regulamentar todo o ensino do país em seus diversos níveis. No ensino superior, além do currículo mínimo, o Conselho conta com o poder do credenciamento das instituições e o do reconhecimento dos cursos. No caso de instituições de ensino que não são universidades, o Conselho controla inclusive o número de vagas. O Ministério da Educação é responsável tanto pela administração do sistema federal público como pela supervisão do setor privado do ensino superior em todo o país. (BARROS, 1986).

Apenas dois estados São Paulo e Paraná, que tem o sistema de ensino superior mais desenvolvido do país, sistemas bastante amplos de ensino superior, as universidades são vinculadas formalmente à Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas possuem bastante autonomia administrativa e financeira. Em outros estados as

universidades locais dependem diretamente dos respectivos governos. (SCHWARTZMAN, 1993).

A seguir, é analisado o caráter específico de cada uma dessas instituições da Figura 1.

2.2.1 Universidades públicas estaduais

As universidades públicas estaduais encontram-se subordinadas aos Conselhos Estaduais e não ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois esse é um órgão do poder público federal, portanto as públicas estaduais são financiadas e supervisionadas pelos respectivos estados. O sistema das universidades estaduais é bastante heterogêneo quanto à vocação acadêmica institucional, às carreiras oferecidas, integração ensino-pesquisa e qualificação docente. Ocupam posição fundamental no cenário acadêmico nacional, detendo papel estratégico no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país. (CUNHA, 1988).

2.2.2 Universidades públicas federais

As universidades públicas federais vêm antes da década de 1970. São consideradas multifuncionais, mesmo havendo diferenças entre elas. Desenvolvem atividades de ensino e extensão e concentram parte substancial da capacidade de pesquisa instalada no país.

2.2.3 Universidades privadas (particulares)

Na definição de Saviani (1988), a instalação da universidade particular (privada) ocorre quando se retira a educação da tutela do Estado e a passa a um setor empresarial, para gerir o sistema. Mas de acordo com a definição anterior, há exceções, como as PUCs, pois são mantidas por Fundação e administradas pela igreja católica. As universidades privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Após a entrada em vigor da Lei 5.540/68, que estimulou a instalação de instituições isoladas privadas de ensino superior mediante as autorizações do Conselho Federal de Educação (CFE), surgiu um conjunto cada vez mais amplo e diversificado de universidades privadas. Dentro das particulares, estão presentes as universidades comunitárias.

O ensino superior privado funciona sob a supervisão do Conselho Federal de Educação. Na prática, o papel do Conselho Federal em relação ao ensino superior privado tem se limitado ao processamento burocrático de pedidos de criação de novos

estabelecimentos e a movimentos espasmódicos no sentido de tentar frear a expansão do ensino naquelas áreas que mais afetam as profissões estabelecidas. (CASTRO, 1986).

No passado, uma parte significativa do ensino privado em todos os níveis era proporcionada por instituições de cunho religioso, que sempre buscaram ser reconhecidas como de natureza comunitária e, por isto, merecedoras de apoio governamental. No nível superior, a expansão relativamente pequena do setor público, controlada pelos exames de ingresso e pela manutenção de padrões de seletividade relativamente altos em muitas instituições, permitiu que o sistema privado se expandisse para atender, sobretudo a uma clientela cujas condições educacionais prévias não permitiam o acesso às universidades públicas. O setor privado predomina no ensino superior. (CASTRO, 1986).

2.2.3.1 Universidades Comunitárias

Como já mencionado, para atender à crescente demanda no ensino superior do país, prevalecem as instituições de caráter privado. Em maior número, desde o final dos anos 80 e principalmente ao longo dos anos 90, elas vêm passando por mudanças referentes à oferta de cursos e vagas para diferentes segmentos (INEP, 2015c). É dentro desse cenário que aparecem as universidades comunitárias.

No que tange às atribuições e funções, as universidades comunitárias deixam sua marca nas comunidades em que atuam e não se limitam à simples prestação educacional. Vão mais além, desenvolvendo atividades tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade em geral, possibilitando na oferta de cursos de extensão a melhoria do profissional incluso na comunidade e na sociedade, prestando serviços que englobam, em regra, assistência judiciária, psicológica, médica, odontológica, entre outras tantas modalidades.

As universidades comunitárias são as que não têm finalidades lucrativas e reinvestem todo o resultado financeiro na própria atividade educacional. São universidades mantidas pela sociedade civil, fundações, entidades particulares que contribuem para o desenvolvimento do país por meio da oferta de educação de qualidade.

Elas devem ser entendidas como fruto da aspiração de cidadãos que, ante a inexistência da oferta dos serviços básicos que a Constituição lhes garante, se unem para poder acessá-los. As universidades comunitárias têm vocação pública: estão voltadas ao desenvolvimento das comunidades e não ao interesse pessoal ou particular de alguns indivíduos. São autênticas instituições públicas não estatais (FIGUEIREDO, 1992).

Braga (1989) postula que a expressão “universidade comunitária” é um conceito e uma prática ainda em construção, a partir de necessidades, interesses, valores ou motivações, e envolve diferentes agentes sociais. Como tal, o termo é empregado para designar iniciativas distintas, e mesmo olhares distintos, que guardam diferenças entre si, diferenças essas que podem ser consideradas importantes para uma caracterização objetiva.

O capítulo 3, desta tese, discutirá outros tópicos dentro do tema “universidades comunitárias”.

2.2.4 Faculdades Integradas e Isoladas

Os conceitos de faculdades integradas e estabelecimentos isolados podem ser extraídos do art. 12, da Lei nº 5.540. As primeiras são Institutos de Ensino Superior (IES) com propostas de currículo em duas ou mais áreas de conhecimento, organizadas mediante regimento comum e direção central. Têm o regimento unificado e são dirigidas por um diretor geral. Podem oferecer cursos em vários níveis, sendo eles de graduação, cursos sequenciais e de especialização e programas de pós-graduação lato sensu.

Os estabelecimentos ou faculdades isoladas são IES com currículos em apenas uma área de conhecimento, possuindo direção e regimento interno exclusivos. São vinculados a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos sequenciais e de especialização e programas de pós-graduação stricto sensu.

A Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, em seu art. 8º, dispõe:

Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Nota-se que as faculdades integradas e estabelecimentos isolados são, na maioria, privados.

Sintetizando, o que difere as universidades públicas das particulares, são que as públicas na maioria delas são de período integral e as particulares apenas um período, ambas focam o aluno, mas as particulares normalmente o aluno que está exercendo a profissão ou que na maioria pretendem trabalhar e estudar, portanto optam pelo período noturno, quanto a qualidade uma instituição particular séria terá qualidade no seu processo de ensino-aprendizagem também. As públicas necessitam ter como um

diferencial e tem em sua identidade a pesquisa, atualmente as particulares também tem que se dedicar a pesquisa, pois o MEC, exige uma quantidade de programas de Doutorado e Mestrado, portanto a pesquisa também é vista como algo a ser incorporado na missão da universidade. As particulares empresariais tem foco muito diferente das anteriores, pois visam dar retorno financeiro ao acionista, não tem como prioridade o ensino, a aprendizagem e sim o retorno financeiro apenas.

2.3 Educação Superior: 1988 a 1994

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e pluralismo político” (art. 1º da Constituição Federal do Brasil, 1988).

No art. 5ª da Constituição Federal de 1988, está estabelecido que a educação, um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

O ensino, por sua vez, deverá ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com coexistência de instituições públicas e privadas; garantindo a gratuidade e gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso I a VII).

Os sistemas de ensino no Brasil são organizados em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal (Constituição Federal de 1988 art. 211, § 1 a 4). À União cabe a organização do sistema de ensino federal e dos territórios, financiando as instituições públicas federais e exercendo, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios (SAVIANI, 1983).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a LDB⁴ vigente naquele momento (4024/61), era necessária uma reformulação, porém não foi antes de 1996 que o debate sobre a reformulação da lei foi concluído.

De acordo com Saviani (1991, p.36), a Lei nº 4024/61

⁴ LDB: por “diretrizes e bases” entende-se “fins e meios”. Isso significa que a Lei de Diretrizes e Bases deve estabelecer os fins da educação, ou seja, indicar para todo o país os rumos a serem seguidos e, ao mesmo tempo, os meios para alcançá-los, quer dizer, as formas segundo as quais deve ser organizada a educação nacional (SAVIANI, 1988). A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61).

[...] está ainda em vigor, modificada, porém, em aspectos substantivos pela legislação posterior. Após o golpe militar de 1964, houve a necessidade de ajustar a educação à ordem sócio-política do momento. Dessa forma, os ajustes levaram à aprovação em 28/11/68 da Lei nº 5.540/68, que reformulou a parte da Lei nº 4.024 referente ao ensino superior.

Cabe lembrar que estavam vigentes quatro legislações educacionais, originadas em períodos distintos da história brasileira, antes e durante a ditadura militar, que tratavam a educação de forma fragmentada, desconsiderando a ideia de sistema nacional de educação (SNE). Vale destacar que essas leis federais tem vigência em todo o país. São elas: 4.024/61, 5.540/68, 5692/71 e 7.044/82.

De acordo com AZANHA (1987), a 4024/61 estabeleceu um currículo básico para todo o território nacional e manteve a estrutura tradicional de ensino das legislações anteriores, a reforma universitária estabelecida pela 5540/68, foi concebida como uma estratégia militar de afrontamento ao movimento estudantil, como uma concessão à classe média que clamava por mais vagas no ensino superior a 5692/71 além de promover alterações na estrutura organizacional da educação nacional, bastante clara quanto à determinação e ordenação dos períodos, séries, faixas ou etapas a serem vencidas pelos alunos para completar seus estudos em todos os graus de ensino, a 7044/82 alterou muito pouco o texto legal da 5692/71. Entretanto as mudanças ocorridas reafirmam a possibilidade de organização de classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades. Essa possibilidade quebrou um pouco a rigidez da seriação tradicional.

Importante lembrar que na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, através do seu artigo 22, inciso 23, define como competência privativa da União, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, abrindo com isso a possibilidade de reformulação da legislação educacional brasileira. Nesse sentido, inicia-se um amplo processo de discussão, proposição e negociação da LDB a partir de grupos de trabalho, audiências públicas, seminários temáticos, debates e encontros por todo o país.

Para Saviani (1988), a Constituição de 1988 mostrou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único.

2.3.1 Estatísticas da Educação Superior- 1988 a 1994

O presente tópico tem como objetivo mostrar um panorama da educação superior, bem como as instituições presentes nas principais regiões do Brasil, caracterizando em cada local um perfil de alunos (demanda quanto à escolha da instituição: privada, pública, municipal ou comunitária⁵) e o comportamento desses números. Houve divisão das estatísticas entre Brasil e a cidade de Sorocaba, em que se concentra o estudo.

2.3.2 Ensino Superior no Brasil

As estatísticas a seguir do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), estão disponibilizadas pela área de Processamentos de Dados do MEC/Inep/Seec (INEP, 2015b). Esses números justificam o panorama da educação superior no Brasil em termos de investimentos em novas instituições superiores, qualquer que seja a categoria.

Inicialmente, reportando-se a um período histórico passado, os dados apresentados indicam que o ensino superior no país passou por um acentuado crescimento nas últimas três décadas, caracterizado pelo aumento do número de instituições, de matrículas, de cursos, de funções docentes, etc.

Em função dessa expansão do ensino do terceiro grau resultou um complexo e diversificado sistema de instituições: o fenômeno do surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas.

Para Schwartzman (1988), os sistemas de educação superior existentes ocupam uma posição destacada no processo de desenvolvimento socioeconômico, apresentam forte diversidade institucional e desempenham uma pluralidade de funções na formação acadêmico-profissional. Nesses sistemas, prevalece uma extensa hierarquia de instituições de ensino com perfis acadêmicos específicos, oferecendo cursos e programas para públicos com diferentes motivações e perspectivas profissionais, assim como procuram manter uma relação de sintonia com as amplas demandas provenientes da dinâmica das mudanças sociais vivenciadas no país. Exemplificando: cada instituição oferece novos cursos com perfis voltados ao mercado profissional, procurando atender esse público alvo diferenciado.

⁵ De acordo com o INEP (2015a) os dados computados das Comunitárias (confessionais e não confessionais) para estatísticas estão disponíveis apenas a partir de 1996. Como esse não é o período abrangido neste estudo, não serão apresentados esses números.

Um aspecto importante que se pode observar é a taxa de escolarização, no período de 1988 a 1994, a taxa cresceu de 8,2% para 9,4%. As matrículas em cursos presenciais no Brasil em 1988 representavam 585.000 nas públicas e 918.000 nas privadas; em 1994, nas públicas, esse número foi para 820.000 e nas privadas para 971.000 (INEP, 2015c).

A seguir, apresentam-se quadros com dados estatísticos importantes para análise dos parâmetros envolvidos.

Como se observa no Quadro 1, no ano de 1994, o sistema nacional contava com 851 instituições, sendo que 127 universidades ocupavam uma posição irrelevante, em termos quantitativos, representando apenas 15% do conjunto dos estabelecimentos. Dos números acima, observa-se que a expressiva maioria do sistema superior é constituída pelos 637 estabelecimentos isolados que representam 75% da totalidade das instituições de ensino.

Quadro 1 - Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil - 1988-1994

Anos	Total Geral	Universidades					Federações e Integradas				Estabelecimentos isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1988	871	83	35	15	2	31	67	0	1	66	721	19	72	89	541
1989	902	93	35	16	3	39	64	0	0	64	745	19	68	79	579
1990	918	95	36	16	3	40	74	0	0	74	749	19	67	81	582
1991	893	99	37	19	3	40	85	0	3	82	709	19	63	78	549
1992	893	106	37	19	4	46	84	0	3	81	703	20	63	81	539
1993	873	114	37	20	4	53	88	0	3	85	671	20	57	80	514
1994	851	127	39	25	4	59	87	0	3	84	637	18	48	81	490

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/SEEC (2015d)

Apesar do crescimento numérico das instituições de ensino superior nas últimas décadas do período abrangido, os dados disponíveis mostram uma distribuição desigual do total das IES pelo país. Em 1988 havia no país 721 estabelecimentos isolados que diminuíram para 637 no ano de 1994. Durante o mesmo período, as 83 universidades existentes em 1988 passaram para 127, em 1994, registrando um crescimento de 153%.

Enquanto o número de universidades federais estava praticamente estável, durante esse período, as estaduais cresciam muito pouco, as particulares, deram um salto de 31 para 59 instituições. Portanto o maior impulso para o crescimento das instituições universitárias veio do setor privado, representando um aumento de 190%. Assim, observa-se forte predominância numérica da rede privada, que engloba 78% dos estabelecimentos, enquanto o setor público é responsável por 22% das instituições.

Um dos fenômenos mais significativos das mudanças do ensino superior brasileiro contemporâneo é a diminuição do número dos estabelecimentos isolados e o crescimento numérico das universidades.

Quadro 2 - Evolução das estatísticas no ensino superior (1988-1994)

Anos	Docentes (A)	Matrícula (B)	(B/A)	Concluintes	Vagas Oferecidas	Inscrições (D)	(D/C)	Ingressos
1988	125412	1503555	12	227037	463739	1921878	4,1	395189
1989	128029	1518904	11,9	232275	466794	1818033	3,9	382221
1990	131641	1540080	11,7	230206	502784	1905498	3,8	407148
1991	133135	1565056	11,8	236377	516663	1985825	3,8	426558
1992	134403	1535788	11,4	234267	534847	1836859	3,4	410910
1993	137156	1594668	11,6	240262	548678	2029523	3,7	439801
1994	141482	1661034	11,7	240269	574135	2237023		463240

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015e)

Ao lado do crescimento e da diversificação das instituições que o integram, o ensino superior no país passou também, nas duas últimas décadas, por acentuado aumento no número de suas matrículas. Os dados do Quadro 2 fornecem informações importantes sobre essa questão. Para uma análise mais completa, convém observar dados do passado entre os anos de 1962 e 1972, período de ocorrência de um maior número de matrículas, quando a taxa de crescimento foi de 540%.

Na década seguinte, o ritmo começa a diminuir, registrando-se um crescimento de 86% no período entre 1973 e 1983. O resultado dessas duas décadas explica-se, em grande parte, pelo acesso de um público socialmente mais diversificado, com a inclusão acentuada do gênero feminino, de educandos composto por pessoas de maior faixa etária e que já se encontravam integradas no mercado de trabalho, em função de grandes transformações no campo da produção econômica, da expansão dos centros urbanos, do desenvolvimento das grandes burocracias estatais e privadas.

Tudo leva a crer que o ensino superior nesse momento tinha maior visibilidade para determinados setores das camadas médias urbanas, camadas mais desprovidas de capital econômico e capital cultural, que viam no ensino superior um possível campo de manobra para colocar em prática suas estratégias de reconversão para obter melhores posições materiais e simbólicas.

Essa demanda era absorvida em parte por uma relativa expansão do ensino público e em maior escala pelo setor privado. Uma vez encerrado esse processo de absorção de novos grupos sociais, o ensino superior continuaria a se expandir pelo menos no ritmo do aumento populacional.

No início de 1988, havia 1.503.555 matrículas e, no final de 1994, 1.661.034 alunos frequentando o ensino de terceiro grau, representando um aumento de apenas

10% e uma situação de quase estagnação se comparada ao desempenho das décadas anteriores. Os dados do Quadro 3 chamam ainda a atenção para o descompasso entre a expansão de matrículas e o número de alunos que concluem o curso. Durante o período de 1988 a 1994, enquanto as matrículas cresceram em torno de 10%, as conclusões cresceram apenas 5,8%. O fenômeno da evasão tem participação efetiva nesse desequilíbrio.

Quadro 3 - Evolução de matrícula por natureza e dependência administrativa: Brasil (1988-1994)

Anos	Total Geral	Universidades					Federações e Integradas				Estabelecimentos isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1988	1503555	770240	304465	129785	17178	318812	201744	0	965	200779	531571	13365	60951	58641	398613
1989	1518904	816024	301535	136137	21663	356689	183483	0	0	183483	519397	13748	57560	53771	394318
1990	1540080	824627	294626	136257	23499	370245	202079	0	0	202079	513374	14241	58160	51842	389131
1991	1565056	855258	305350	153678	24390	371840	225700	0	9266	216434	484098	14785	48637	49630	371046
1992	1535788	871729	310533	159963	30353	370880	205465	0	9445	196020	458594	15351	50170	53847	339226
1993	1594668	940921	328907	167674	28623	415717	210117	0	10362	199755	443630	15480	48861	53609	325680
1994	1661034	1034726	349790	190271	31547	463118	203471	0	10344	193127	422837	13753	41665	53080	314339

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015d)

Os dados do Quadro 3 indicam também dois movimentos significativos na configuração das matrículas. O primeiro deles, a contínua diminuição da participação de estabelecimentos isolados no total das matrículas. Esses estabelecimentos respondiam, em 1980, por 46% do alunado de graduação. Já entre 1988 e 1994, essa participação era em torno de 29%. Contrapondo-se a essa tendência, as universidades aumentaram paulatinamente sua participação na absorção do alunado, mantendo durante esse período a média de 34%.

Quando se analisa o crescimento das instituições universitárias, encontram-se diferenças importantes no segmento. Analisando os dados acima, de 1988 a 1994, observa-se um aumento de 82% nas matrículas, nas públicas, o aumento foi de 45%, nas estaduais de 46% e nas federais de 15%. Esse resultado é no mínimo preocupante diante do segmento; já entre os estabelecimentos isolados, dentre os quais o privado está presente, havia um crescimento muito mais significativo.

Com o surgimento da demanda oriunda das classes baixas, sem poder de compra e duplamente penalizada, que frequentou escolas públicas no nível básico (fundamental e médio) de baixa qualidade, com raras exceções, essa demanda teria dificuldades em ultrapassar as difíceis barreiras competitivas no setor público – o vestibular. Por outro lado, em função de suas condições econômicas não teria condições de arcar com os custos de inscrição de vestibular e/ou matrícula e mensalidade(s) no setor privado.

Quadro 4 - Evolução das matrículas de graduação e dependência administrativa (1988-1994)

Anos	Total	Público	Privado	
			Nº Absoluto	%
1988	1503	585	918	61,08
1989	1518	584	934	61,53
1990	1540	579	961	62,4
1991	1565	606	959	61,28
1992	1535	629	906	59,02
1993	1594	653	941	59,03
1994	1661	691	970	58,4

Escala: 1/1000

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015d)

O Quadro 4 é uma síntese da anterior, apenas formatando os dados dentro do período e fazendo uma relação de percentual. Mostra claramente o predomínio do setor privado na evolução das matrículas na amostra supracitada. De um modo geral, a participação do setor privado nas matrículas na graduação ficou em torno de 60% nos últimos seis anos do período analisado. Tudo leva a crer que um dos gargalos que emperrou de maneira decisiva o crescimento do sistema foi o desempenho da educação média no país. Quando se observa, por exemplo, o número de inscrições para o vestibular, não deixa de chamar a atenção que este fato pouco se alterou conforme indicação da amostra.

As Tabelas 1 e 2 fornecem informações de número de vagas e evolução das matrículas por regiões do Brasil. A região Sudeste absorve 59% dos estabelecimentos, a Sul, 13%, a Nordeste, 13%, a Centro-Oeste, 11% e a Norte apenas 4% das instituições. Os dados apontam também para uma forte predominância numérica da rede privada, que engloba 78% dos estabelecimentos, enquanto o setor público é responsável por 22% das instituições. As universidades privadas prevalecem numericamente em todas as regiões do país, principalmente no sudeste, sul e centro-oeste.

Acerca disso, o setor privado é mais rápido, pois tem autonomia para criar e extinguir cursos e vagas, respondendo de forma ágil, consegue atrair as preferências dos alunos, principalmente no que tange a cursos que retratam o que o mercado de trabalho está demandando.

Outra explicação é o desenvolvimento histórico das regiões do país, pois regiões mais distantes geograficamente dos grandes centros que definem as políticas de investimento e novas aberturas de unidades acabam sendo prejudicadas, pois os maiores investimentos ficam canalizados em regiões com maior desenvolvimento social. Nesse

sentido, o Estado, como responsável por incentivar e garantir ao educando o acesso à cultura e ao conhecimento deixou a população entregue à própria sorte.

Quanto às vagas nos vestibulares e número de matrículas, essas regiões são prejudicadas. Na região norte, por exemplo, a população ribeirinha, muitas vezes, devido ao período de cheias dos rios, acaba não tendo como se locomover, razão pela qual abandona o compromisso; outro fator é a distância, a população de baixa renda, depende de transporte até o local, a dificuldade de acesso resulta em desistências. Além dos fatores mencionados, a desigualdade social é outro determinante da exclusão do ensino superior, uma vez que o indivíduo precisa se sujeitar ao trabalho desde muito cedo para o seu sustento ou complemento da renda familiar, impossibilitando o seu ingresso à universidade.

Há ainda outro fator: o investimento em escala menor que, muitas vezes, não chegam ao destino correto. Não muito diferente, a região centro-oeste também enfrenta dificuldades da população menos favorecida ao acesso às instituições e menos investimentos na esfera federal ou estadual dos governantes. Se as decisões estivessem sendo gerenciadas por estados, e eles tivessem o poder de decisão dos investimentos na educação, estes estados poderiam ter números mais interessantes e com isso atrair novos investidores para a sua região.

Especificamente, o período de 1988 a 1994 caracterizava-se por uma má distribuição de renda, uma marca registrada da sociedade brasileira. Dados históricos mostram que a posição do Brasil encontra-se entre as sociedades mais desiguais do planeta. Dados do IPEA mostram que em comparação com a América Latina, é o país que lidera em termos de desigualdade. Essa situação afeta diretamente a educação no país e principalmente nos estados com renda per capita mais inferior, como as Regiões Nordeste e Norte. Em 1989, com o fracasso do Plano Cruzado⁶, a desigualdade entre as regiões do país aumentou. (IPEADATA, 2015).

A partir de 1992, há uma redução na desigualdade, devido à estabilização da economia com o Plano Real⁷, permanecendo em um patamar ao nível do início da

⁶ A partir do início da década de 1980, a economia brasileira passou a enfrentar um crônico problema inflacionário. Na iminência de uma hiperinflação, no início de 1986, o governo brasileiro decidiu lançar um plano heterodoxo de estabilização de preços, conhecido como Plano Cruzado. Este plano consistia em uma série de medidas de natureza macroeconômica, levadas a cabo pelo governo, no intuito de combater uma taxa de inflação crescente. Com o objetivo principal de apresentar as causas que levaram o Plano Cruzado ao insucesso são avaliados os indicadores macroeconômicos pertinentes, tais como índices de inflação e crescimento econômico, antes, durante e depois do lançamento do Cruzado, bem como as medidas econômicas impostas pelo governo.

⁷ Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434. Tal medida provisória

década anterior, no entanto, muito elevado em comparação com os demais países. A pobreza é um dos piores males de uma economia. E a maneira de eliminá-la é através do crescimento econômico e da educação do povo.

O Brasil é caracterizado por um círculo vicioso entre a distribuição de educação, distribuição de riqueza e distribuição de poder público. Em que a enorme heterogeneidade educacional conduz a uma desigualdade de riqueza que se transforma em diferenças de poder político e assim, sucessivamente. As regiões sul e sudeste concentram as melhores médias de renda per capita do país, em contraste com as regiões norte e nordeste, onde concentram os piores resultados. A região centro-oeste apresenta oscilações constantes, um dos fatores é o crescimento da densidade populacional.

Outro fato ligado à educação, diz respeito ao seu efeito ser sentido somente a médio e longo prazo, ou seja, para que se eleve o nível de educação e qualificação de um país, demanda um tempo relativamente longo. A educação é um fator de crescimento lento, mas é também um dos mais poderosos para se atingir níveis de melhor qualidade de vida para a população. (IPEADATA, 2015).

Por meio desses dados, entende-se que de um modo geral, demonstram que a retomada da expansão do ensino superior depende, em grande parte, do equacionamento de problemas estruturais existentes no ensino fundamental e no médio, além dos apontados acima. Se em curto prazo o ensino médio ampliar a capacidade de diplomar seus estudantes e as instituições de ensino superior caminharem em direção à maior diversificação de formação profissional e de diplomas, certamente haverá um aumento potencial da demanda que passará a pressionar a expansão do ensino superior no país.

A tradição da educação superior brasileira não é universalista. Mais do que em outros países, ela ainda permanece com fortes traços elitistas (bem cultural é ofertado apenas a uma minoria). Se o fenômeno da elitização no início se identificava pelo reduzido número de instituições e de vagas, a evolução do sistema decorrente da dinâmica social e do aumento das possibilidades de acesso da população às oportunidades educacionais mais avançadas obriga as pessoas a se qualificarem. Essa dinâmica se soma a outra, cada vez mais exigente e seletiva quanto ao perfil dos profissionais que se dispõem a ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real.

Tabela 1 - Evolução do número de vagas no vestibular por unidade da Federação (1988-1994)

Unidade da Federação	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
BRASIL	463739	466794	502784	516663	534847	548678	574135
Norte	8790	10180	10470	12514	13592	14891	17542
Rondônia	520	1080	1270	1759	1460	1320	2540
Acre	465	505	505	635	635	675	675
Amazonas	2235	2415	2325	2470	3055	2961	2815
Roraima	160	160	330	330	886	850	1082
Pará	5410	5440	5590	6260	6070	7325	8180
Amapá	-	-	-	450	550	550	740
Tocantins	-	580	450	610	936	1210	1510
Nordeste	57931	56292	62088	64618	65807	66170	68152
Maranhão	2680	1888	3337	3294	3399	3709	4278
Piauí	1675	1885	1940	2099	2332	2194	2515
Ceará	8735	8765	9405	8765	8890	8500	9100
R. G. do Norte	3212	3188	3907	4355	4345	4831	4885
Paraíba	7781	7449	7809	8193	8323	8308	8135
Pernambuco	19077	17917	19665	19832	19788	19746	19698
Alagoas	2790	2790	2800	2910	2910	3030	3530
Sergipe	1900	2020	2040	2445	2495	2610	2810
Bahia	10081	10390	11185	12725	13325	13242	13201
Sudeste	289384	289029	311859	316568	333052	339396	351460
Minas Gerais	42451	42704	45745	47809	48841	49621	51209
Espírito Santo	4240	4120	5661	5785	5969	5723	6100
Rio de Janeiro	66284	65765	69911	70573	77415	78240	77807
São Paulo	176409	176440	190542	192401	200827	205812	216344
Sul	83973	84838	88987	90938	89318	93769	101340
Paraná	30428	30934	30606	30691	28976	31377	34064
Santa Catarina	12922	12902	14457	15131	16002	16517	16732
R.G. do Sul	40623	41002	43924	45116	44340	45875	50544
Centro-Oeste	23661	26455	29380	32025	33078	34452	35641
M.G. do Sul	4398	5194	5848	6847	6528	6512	7557
Mato Grosso	1957	3600	4401	5285	6025	5935	6340
Goiás	9516	9561	10531	10908	11663	12665	12393
Distrito Federal	7790	8100	8600	8985	8862	9350	9351

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015f)

Tabela 2 - Evolução do número de matrículas por unidade da Federação (1988 – 1994)

Unidade da Federação	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
BRASIL	1503560	1518904	1540080	1565056	1535788	1594668	1661034
Norte	39398	43250	44306	51821	52230	56993	64254
Rondônia	1492	2743	3264	4381	4505	4571	5533
Acre	1988	2089	2099	3089	2433	2879	2672
Amazonas	8948	9186	9026	9545	9557	10518	12094
Roraima	-	245	410	829	1191	2269	3131
Pará	26970	27030	27667	32464	31559	32736	35453
Amapá	-	-	-	627	917	1454	1861
Tocantins	-	1957	1840	1886	2068	2566	3510
Nordeste	252718	247448	247064	247175	245741	252545	264396
Maranhão	8673	9048	9725	10993	11725	14945	18178
Piauí	9807	9932	9805	9345	9559	9906	10749
Ceará	40854	39412	36694	37904	38823	36048	36820
R.G.do Norte	19998	14911	16023	17040	18580	19901	18497
Paraíba	33450	34198	32754	33014	31409	31341	32357
Pernambuco	71670	71538	73854	68843	64798	65078	66673
Alagoas	13266	14073	13525	14172	14666	15429	16829
Sergipe	9010	9253	9675	9573	9650	10109	10757
Bahia	45990	45083	45009	46291	46531	49788	53536
Sudeste	845462	859390	869560	880427	858732	888659	916131
Minas Gerais	136436	137888	140177	145683	144756	147812	153198
Espírito Santo	17873	17108	17039	18701	19878	21474	22400
Rio de Janeiro	216666	215422	215050	210358	193025	193834	199817
São Paulo	474487	488972	497294	505685	500713	525539	540716
Sul	281297	283302	286350	287702	279315	291789	304852
Paraná	96448	99928	98799	99604	98425	100766	104949
Santa Catarina	42193	43372	45587	47926	49749	53281	55820
R.G. do Sul	142656	140002	141964	140172	131141	137742	144083
Centro-Oeste	84685	85514	92800	97931	100130	104682	111401
M.G. do Sul	11821	12977	15324	18012	18086	19203	19978
Mato Grosso	6727	8305	10807	12432	14198	16328	17589
Goiás	33962	32675	33986	35301	33993	35357	38430
Distrito Federal	32175	31557	32683	32186	33853	33794	35404

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015g)

A Tabela 3 mostra em percentual o número de alunos matriculados em cursos de graduação noturno separados por tipo de instituição.

Tabela 3 - Percentual de matrículas no período noturno - por Instituição

Ano/Instituição	1988	1994
Instituição Federal	16%	18,7%
Instituição Estadual	42,6%	45,8%
Instituição Privada	76,5%	67,8%

Fonte: Adaptado de MEC/Inep/Seec (2015h)

No período estudado, há novamente um predomínio das privadas pelos vários fatores analisados nas tabelas apresentadas.

2.3.3 Educação Superior em Sorocaba-SP

Na cidade de Sorocaba, no período de 1988-1994, o cenário educacional superior apresentava o seguinte quadro: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba (FAFI), Faculdades de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba (FACCAS), Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS), Faculdade de Direito (FADI), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC) e a Faculdade de Educação Física da ACM (FEFISO). Essas IES, todas elas particulares, com exceção da Fatec (estadual) e FEFISO, tinham sua administração mantida por uma Fundação, com ou sem o caráter laico.

Quanto aos números do período estudado (1988 a 1994), com base em dados do Inep/MEC/Seec (2015a), foi possível analisar o cenário para caracterizar a demanda local. Foram coletadas informações referentes aos concluintes por cursos de graduação presenciais oferecidos nas Universidades e Faculdades particulares e estaduais (Tabela 4).

Esses números são originários de uma entrada nos cursos pleiteados por estudantes interessados em cada área do conhecimento (Administração, Ciências, Direito, Economia, Educação Física, Enfermagem, Filosofia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Mecânica e Medicina), as mais procuradas pelos estudantes.

Tabela 4 - Análise de concluintes entre os anos 1988-1994

Ano	Número de concluintes	% representada nas licenciaturas
1988	1330 (7,34% em Estadual, 92% em particulares).	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o maior índice de concluintes (50%), sendo 41,12% nas licenciaturas.
1989	1415 (7,4% nas estaduais e 92,6% nas particulares).	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o maior índice de concluintes (59,17%), sendo 38% nas licenciaturas.
1990	1439 (8,1% nas estaduais e 91,9% nas particulares).	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o índice de 41% concluintes nas licenciaturas.
1991	1546 (11,17% nas estaduais e 88,38% nas particulares).	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o índice de 38,10% concluintes nas licenciaturas.
1992	1231 (14,86% nas estaduais e 85,14 %	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o índice

	nas particulares).	de 36% concluintes nas licenciaturas.
1993	1291 (11,39% nas estaduais e 88,61% nas particulares).	Os cursos da FAFI/FACCAS representavam o índice de 38,26% concluintes nas licenciaturas.
1994	1289 (15,6% nas estaduais, 84,41% nas particulares).	Os cursos da Uniso representavam o índice de 40,25% concluintes nas licenciaturas.

Fonte: Elaboração própria (2015)

Após análise apresentada na Tabela 4, observa-se uma demanda dos cursos para a cidade e região. Nessa estatística, foram computados os dados mais significativos (cursos com mais atratividade) naquele período. Dessa forma, obteve-se o resultado com os percentuais dos cursos mais pleiteados pelo público alvo.

Nos dados acima, nota-se um predomínio das particulares. De acordo com os cursos oferecidos pelas instituições, tem-se um predomínio também na escolha do público por cursos dentro da área de conhecimento das Licenciaturas. Cabe enfatizar que na maior parte do período levantado não havia ainda uma Universidade que ofertasse um maior número de cursos por área do conhecimento.

Ressalta-se, ainda, que a presença de uma Universidade na cidade evitaria que pessoas se dirigissem a outras regiões à procura de novas ofertas de cursos para graduação superior. Essa necessidade também era sentida pelos empresários da cidade e pelo poder público municipal que fortaleceram ainda mais o apoio à FDA no projeto de criação da Universidade de Sorocaba.

Por outro lado, entende-se que, com a predominância das universidades particulares e, estas, ao ofertar cursos pleiteados pelo mercado local ou regional podem limitar ao educando o acesso aos cursos de excelência que geram pesquisa e garantem inovação. Para empresários, o egresso oriundo das universidades privadas próximas de suas fábricas pode representar rebaixamento em seus custos operacionais.

3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Neste capítulo, trata-se primeiramente sobre “Instituições Comunitárias” e, na sequência, sobre as Universidades Comunitárias.

Para Moraes (1989, p.18-29), as Instituições Comunitárias:

[...] surgiram muito antes dos anos 50, inicialmente na região Sul do país em pequenas cidades ou comunidades onde se contava com o apoio de imigrantes, da Igreja Católica e de algumas pessoas com influência (intelectual) na comunidade. Essas pessoas, com uma cultura acadêmica mais desenvolvida, se deparavam com um baixo grau de formação das pessoas em geral, desde as crianças até os adultos. Diante dessa situação, criavam-se as comunidades regionais, que tinham como objetivo suprir serviços públicos não disponibilizados pelo Estado. Pessoas que faziam parte dessas comunidades se mobilizavam para que houvesse um desenvolvimento na educação local. Para tanto, precisavam de lugares, material e infraestrutura básica, já que tinham as pessoas dispostas a colaborar e contavam com a Igreja que, utilizando-se dos sermões, colaborava para a conscientização da importância da formação básica. Dentro dessa perspectiva, nessas comunidades foram se formando pequenas instituições comunitárias, sem fins lucrativos, com intuito específico de ajudar pessoas que não tinham condições de frequentar uma escola, talvez pela distância, dificuldade de locomoção ou por motivos internos na família, uma vez que as crianças mais velhas, quando não estavam trabalhando, normalmente se responsabilizavam pelas mais novas, enquanto os pais saíam em busca do sustento. Com o passar do tempo, desenvolveram-se novas instituições comunitárias, mantidas pela Igreja ou por iniciativas laicas, envolvendo prefeituras e entidades representativas da sociedade civil que constituem, no conjunto, um subsistema dentro do nosso sistema maior pelo qual o Estado deveria se responsabilizar.

O comunitário é aquilo que é comum à comunidade, o que é coletivo, pertencente a todos os membros da comunidade. Comunidade designa usualmente “um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração” (RAMBO, 1994, p. 55). O termo comunidade costuma estar associado a características como coesão, comunhão, laços sociais fortes, integração, interesse público. O comunitário distingue-se do estatal e do privado: não pertence ao Estado, nem a grupos particulares, abrangendo as instituições e organizações voltadas à coletividade.

A criação das instituições comunitárias deve-se, via de regra, ao espírito associativo presente em certas regiões do país, como ocorreu inicialmente na Região Sul do Brasil. Nessa região existe um significativo capital social comunitário ou coletivo que “consta das normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Reside não nas relações interpessoais diádicas, mas nesses sistemas complexos, em suas estruturas normativas, gestonárias e sancionadoras” (RAMBO, 1994, p. 59).

Esse capital é um atributo da comunidade, não dos indivíduos, e com o surgimento dessas instituições, criam-se laços sociais intensos no entorno social.

Instituições comunitárias não derivam de relações e interesses de algumas poucas pessoas e sim de um conjunto de pessoas (PAVIANI, 1985). Elas pressupõem relações e interesses largamente compartilhados. As instituições comunitárias prosperam naqueles ambientes em que, mesmo com conflitos, com rivalidades e competição, o senso de confiança e reciprocidade é preponderante e é catalisado por lideranças agregadoras e inovadoras.

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem antes de surgirem as grandes instituições, haviam décadas de experimentos comunitários – escolas, igrejas, corais, clubes esportivos, cooperativas, entre outros - a evidenciar a formação de um expressivo estoque de capital social comunitário (PAVIANI, 1985).

Para Gadotti (1993), as instituições comunitárias, em geral, correspondem a associações civis sem fins lucrativos, atuando nas áreas de educação, ensino, pesquisa, extensão e saúde, entre outras, com a finalidade de contribuir para dignificar a vida em sociedade. Elas resultam do esforço da sociedade civil que as organiza e as utiliza em proveito próprio.

Conforme Paviani (1985), as instituições comunitárias estão em locais onde o poder público se ausentou, e a comunidade (em alguns casos, com a participação da Igreja e outras congregações religiosas) se uniu para a criação de um tipo de instituição que não almejasse lucro com a educação, mas sim o oferecimento de uma educação de qualidade, formação ética e social, para uma população carente desse tipo de instrução.

Dessas iniciativas, nascem as Universidades Comunitárias. O comprometimento, a missão, os objetivos estão integrados com as comunidades local e regional, o compromisso com a educação e os resultados de suas práticas e de seus serviços vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão são voltados para as próprias comunidades. São, pois, essas instituições de ensino superior, fortemente comprometidas com a responsabilidade social e com a formação de cidadãos críticos e reflexivos, e não só com a formação para o mercado de trabalho.

De acordo com Gadotti (1993) e Paviani (1985), as instituições comunitárias contribuem para o desenvolvimento regional e da cidade onde se encontra a instituição, com objetivos orientados para as necessidades da coletividade, prestadoras de serviços de interesse público na área social (como educação, saúde e assistência social). E ainda, sem pertencer à esfera estatal, elas reúnem condições para proporcionar ao país relevantes contribuições ao compartilhar com o Estado e com as organizações da sociedade civil a tarefa de oferecer serviços públicos de qualidade.

Definindo as Universidades Comunitárias, o artigo 20 da Lei 5540/68, considera universidades comunitárias “as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade” (BRASIL, 1988).

Para Vannucchi (2004), as Universidades Comunitárias se definem como instituições sem fins lucrativos, pertencentes a uma comunidade e dirigidas por representantes dessa comunidade, comprometidos com o seu desenvolvimento. Vannucchi (2012, p.96-97) ainda afirma que:

A universidade comunitária, enfim, se identifica pela sua gestão mais flexível. Ano a ano, em reuniões periódicas, elabora-se e discute-se, em todas as suas instâncias internas, a previsão orçamentária e a sua fiel execução, com a contribuição da reitoria, dos diretores de faculdade, dos chefes de departamento, dos coordenadores de curso, dos alunos, dos professores, dos funcionários e dos representantes da comunidade externa.

Importante é que essas definições sejam incorporadas e efetivadas no dia a dia da Universidade, no pensar, no agir, no clima organizacional de todos os presentes na instituição.

A atuação da universidade comunitária, como Neves (1994, p.12-14) explica,

[...] é a busca de sua definição e caracterização se orientando por um conceito muito aberto: a ideia de comunidade. A atuação é oferecer à sociedade algo mais do que diplomas e habilidades profissionais. Nesses espaços em que se formam pessoas, a difusão de valores humanos é fundamental. Esses valores são construídos coletivamente no dia a dia da academia. São valores que professam o espírito regional, a vocação de liberdade, de produtividade, de comprometimento e de busca permanente por desenvolvimento e conhecimento, sem perder de vista a realização e o bem-estar regional. São instituições que são formadas pela força e vontade da comunidade. Dadas tais características, observa-se uma atuação direta da sociedade civil e dos cidadãos que a formam. Dirigem a sua atuação para as áreas que possuem maior interesse público, como saúde e educação.

Também possui atuação direta no processo de desenvolvimento econômico, cultural e social da sociedade. E, ao mesmo tempo, representa desafios na direção de gerar as condições para a análise crítica desse processo de criação de valor e suas consequências, tanto internas na própria Universidade, como externas.

Para Cardoso (1994), a caracterização da universidade comunitária se dá a partir de uma prática e dinâmica de organização e funcionamento, associada e fundada em outros aspectos que lhe são inerentes, tais como a propriedade, a gestão e o controle patrimonial. Assim, busca-se definir uma existência real que, como organização de ensino superior, é uma prática recente, ainda não muito difundida.

Conforme Moraes (1989), as universidades comunitárias tratam de um segmento expressivo e organizado no qual é possível a visualização de muitas características próprias das figuras de Direito Público.

As universidades comunitárias não apresentam um formato institucional único, pois embora proclamem possuir uma identidade própria que as diferencia dos demais setores do ensino superior, essa identidade é um processo em construção, mais avançado em algumas, incipiente em outras (BRUM, 1994).

Entre 1911 e 1917 foi o marco do embrião das universidades comunitárias, sendo que esse modelo de instituição de ensino superior tem seu ápice nos anos 80 e 90 e, hoje, apesar de enfrentar uma série de percalços, em especial no campo financeiro, continua a desempenhar um forte papel no campo social, de modo que, em pleno século 21, elas buscam um marco legal a fim de ampliar as prestações de serviços para além daqueles já realizados (CUNHA, 1986).

As primeiras experiências das Instituições Comunitárias que estão ligadas à extensão ocorreram entre 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. Essas atividades tratavam de conferências que abordavam várias áreas do saber e semanas abertas ao público em que se discutiam variados temas não relacionados às problemáticas sociais e políticas da época (ALBORNOZ, 1986).

Para Albornoz (1986), a história das Universidades Comunitárias iniciou com o surgimento das ICES (Instituições Comunitárias de Ensino Superior), na década de 1930, com a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Depois, em ordem cronológica, na década de 40, a Universidade de Cruz Alta (Unicruz) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS), que é oriunda de movimentos isolados.

Ao comparar o ápice dos anos 80 e 90 com o período 1911 a 1917, percebe-se a caracterização do envolvimento da comunidade, através da comunicação das várias áreas do conhecimento que praticadas entre a população na prestação de serviços. Essas experiências extensionistas foram um ato de vontade ou idealismo de parcelas da comunidade acadêmica, incomodadas com elitismo crescente da universidade, cujas práticas não pretendiam atender a necessidades da população. Constituíram-se no mecanismo que a universidade encontrou para justificar sua existência ao conjunto da sociedade.

Neves (1994, p.01):

[...] a ideia de universidade comunitária [surgiu] tendo em vista aquilo que já existia no Rio Grande do Sul, entre algumas universidades, tipicamente comunitárias (UNIJUÍ, UCS, UNISC, UNICRUZ, UPF, URCAMP e URI). [...] Ficou o nome comunitário pela estrutura das próprias universidades e

pelos serviços prestados. 'São aquelas que são instituídas por grupos de pessoas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativa de professores e alunos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade', por isso foram chamadas de comunitárias. Então ficou esse nome para distingui-las das demais particulares.

As universidades comunitárias agregaram-se, tendo em vista a construção de sua própria identidade. Para tanto, houve a necessidade de afastamento do segmento privado empresarial, uma vez que este segmento não representaria os interesses das universidades comunitárias.

Assim, com o intuito de defender as suas próprias reivindicações, especialmente no que diz respeito à relação com os órgãos governamentais educacionais, o segmento comunitário funda a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC, 1995)⁸.

A maior bandeira da entidade consiste em disseminar, por meio de seminários e da criação de um jornal, a ideia de que o grupo composto por trinta e duas universidades em todo o Brasil possui uma proposta alternativa de ensino superior: são instituições que nasceram de grupos religiosos ou da própria comunidade, com experiências acumuladas no campo do ensino (infantil, fundamental e médio), "entidades filantrópicas sem fins lucrativos" cujas receitas devem reverter em favor de sua própria finalidade: a educação.

Para Tramontin e Braga (1988, p.44-46):

Buscando diferenciar-se do chamado ensino privado "empresarial" ou "comercial", os representantes das universidades comunitárias passam a denominar suas instituições como "públicas não-estatais", indicando que esse seria o aspecto inovador de suas propostas. Pelo fato de prestarem um serviço público – caracterizado pelos trabalhos sociais desenvolvidos junto às populações de baixa renda, buscam aproximar-se do setor público estatal, distanciando-se do segmento estritamente particular. Sem dúvida, alguns aspectos conjunturais contribuíram para que o segmento comunitário encontrasse ressonância à força de sua organização. A própria diversificação e a heterogeneidade das instituições componentes do sistema de ensino superior brasileiro possibilitaram as bases para que o grupo das IES comunitárias buscasse o seu próprio espaço.

Na busca desse espaço, as universidades comunitárias, principalmente algumas das católicas, conseguiram através da extensão a aproximação com as classes populares. Através de meio de programas de extensão que essas universidades tentaram conhecer o universo da população mais carente e oferecer sua contribuição, sob a forma de prestação de serviços.

É importante relatar que em 1985, havia uma proposta de reformulação para a Educação Superior e, para esse fim, foi designada uma comissão para análise da

⁸ Site oficial: <http://www.abruc.org.br/>

reformulação. A seguir tem-se uma síntese do relatório de reformulação, no qual é reforçada a diferenciação das comunitárias no interior do setor privado:

Algumas universidades privadas, entre as quais o subconjunto das universidades particulares confessionais, tendo em conta seu porte e as atividades que desenvolvem nas áreas de pesquisa, ensino e pós-graduação e serviços na área social, procuram definir-se como 'comunitárias' e reivindicar para si um tratamento especial por parte do governo. Estas universidades enfrentam uma situação sem saída enquanto permanecerem as atuais condições de conflito entre, por um lado, as reivindicações de professores e funcionários por melhores salários e condições de trabalho e, por outro, demandas dos alunos por menores custos ou congelamento de taxas e mensalidades. Para contornar essa situação, universidades católicas propuseram a criação de um sistema especial que lhes permitisse receber verbas orçamentárias federais, evitando assim a imprevisibilidade gerada pelas oscilações e atrasos nos poucos subsídios que lhes são propiciados (BRASIL, 1985, p. 44).

Dessa discussão, como resultado para análise produziu-se o Relatório final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, o qual havia sido elaborado com a participação de representantes de vários segmentos da educação brasileira, inclusive das comunitárias, sendo representadas por Luiz Eduardo Wanderley, então reitor da PUC de São Paulo.

Mediante essa reformulação, as comunitárias obtém apoio da Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas (ABESC) em 1985, quando, numa reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a ABESC era a favor com o “Manifesto das Universidades Comunitárias” para manifestar sua posição em favor da formulação de um Marco Legal das Instituições Comunitárias. Com a adesão das três universidades não associadas: Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade de Passo Fundo (UPF).

Resumidamente, esse Manifesto em linhas gerais:

As instituições comunitárias da educação superior vêm prestando há décadas relevantes serviços educacionais ao país. Criadas e mantidas pela sociedade civil, contribuem para o desenvolvimento do país através da oferta de educação de qualidade. Sem finalidades lucrativas, reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional e em caso de dissolução e liquidação destinam todos os seus bens remanescentes a ente congênere ou público. Têm vocação pública e estão voltadas ao desenvolvimento das comunidades, não a interesses pessoais ou particulares. Um dos diferenciais das universidades comunitárias é a sua inserção nas comunidades regionais e o seu compromisso com a extensão. Também divulgam o conhecimento científico pelo ensino e produzem novo conhecimento através da pesquisa, dedicam importante esforço para partilhar o conhecimento, a arte e a cultura com a comunidade (BRASIL, 1985).

Em uma reunião de várias ICES (confessionais e não-confessionais) de vários estados (SP, RJ, MG, RA, SC), para maior sensibilização de sua identidade, já que

havia uma Reforma no Ensino Superior. Entendem essas ICES que o momento oportuno para mudanças. Analisando o momento, Tramontin e Braga (1988, p. 9-10) expressam sua visão:

Importante clarificar a identidade destas universidades, historicamente compromissadas com a qualidade do serviço que prestam e o meio social, oferecendo elementos para um amplo debate que possa conduzir ao reconhecimento do relevante papel que é exercido pelas mesmas, em meio à multiplicidade das formas jurídicas de organização dos modelos do atual sistema universitário e da pluralidade do pensamento nacional.

Dessa reunião, saíram as reivindicação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) ao Ministro da Educação. Após análise e tramitação interna, e a destinação de verbas públicas para universidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conforme texto da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o artigo 213 da Constituição Federal, em 1988 as universidades comunitárias são reconhecidas legalmente como universidades não públicas e nem estatais. Nessas condições, podem receber apoio financeiro do poder público, mediante o atendimento de exigências que constam no mesmo artigo, tais como ter finalidade não lucrativa – seus excedentes financeiros devem ser investidos em educação e, em caso de dissolução, as comunitárias devem destinar seu patrimônio à outra escola de mesma função. Esse apoio, apesar de escasso, perdurou por alguns anos, porém, mais tarde, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) alegou falta de verbas para cumprir o dispositivo constitucional (ABRUC, 1995).

Nesse momento oportuno, as universidades comunitárias lançam o Fórum dos Reitores das Universidades Comunitárias do Brasil, em agosto de 1991, com a presença de vinte e dois reitores e em janeiro de 1995, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), em Brasília.

O selo ou slogan de universidade “pública não estatal” era apontado pelo primeiro presidente da ABRUC, Gilberto Selber, então reitor da PUC – Campinas, como sendo uma das principais características (SELBER, 1985).

Na região sudeste e no Sul há a maior concentração das comunitárias no país; característica essa decorrente da administração ligada à Igreja numa grande maioria. Em outros termos, PUC, MACKENZIE, UNIMEP são privadas, tendo a Igreja um papel de representatividade em sua imagem e identidade; na região sudeste, destacam-se aquelas comunitárias que têm a administração formada por pessoas da comunidade (docentes ou não) e por serem mantidas pela Igreja ou fundações (BRUM, 1994).

Historicamente, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina há uma concentração das universidades comunitárias. A explicação decorre de sua formação cultural,

notadamente nas colônias de origem alemã e italiana foram o embrião do nascimento dessas instituições, formadas ou apoiadas pela comunidade, com o fim de suprir a ausência do Estado (BRUM, 1994).

Pelo exposto acima, percebe-se que há um formato de uma identidade das universidades comunitárias, no tocante à prestação de serviços (acadêmicos e sociais), deixando claros determinados propósitos, transmitindo credibilidade à comunidade e preenchendo as lacunas que o Estado deixa abertas.

De acordo com Vannucchi (2004, p. 21):

As universidades comunitárias estão numa interface entre o público e o privado, há uma parcela das que gozam de filantropia, sua gestão é colegiada, os alunos pagam mensalidades, porém o patrimônio adquirido é público-municipal.

Essas universidades comunitárias possuem um surgimento diferenciado das demais instituições de ensino superior, pois valorizam as particularidades das regiões onde operam, elas deixam suas marcas nas comunidades em que atuam como protagonistas tanto do desenvolvimento social quanto econômico, cultural e até mesmo ambiental. Não apenas integram a comunidade, como já referido, mas também agregam experiências e vivências, transformando a realidade, buscando proporcionar um espaço mais igualitário.

Ainda de acordo com Vannucchi (2004), as universidades comunitárias possuem em seus órgãos deliberativos representantes acadêmicos e membros da comunidade, ao passo que a reitoria é composta por docentes da universidade, através de eleição, cujos votantes são acadêmicos, docentes, alunos e comunidade.

Para Cardoso (1994, p.89):

Algumas instituições de educação superior possuem marcas que lhes são próprias, pois, desde suas origens, vêm construindo um modo de ser institucional enraizado em suas regiões, que se expressa no profundo compromisso social com a preservação do nosso habitat e com o desenvolvimento humano, social, econômico, científico, técnico, cultural das comunidades em que se inserem. Em razão da relação existente com a comunidade, pela própria origem comunitária, pelo perfil institucional, pelo desempenho de ações, pela responsabilidade social que avoca para si, pelos princípios éticos que a norteiam, pela corresponsabilidade que possui junto à comunidade, bem como pela formação e desenvolvimento que proporciona, além de inovar sem abdicar do compromisso para com a região é que as universidades comunitárias diferenciam-se das demais instituições de ensino superior.

Estendendo um pouco a amplitude das comunitárias, com base nos autores vistos, entende-se que há vários tipos de Universidades Comunitárias no Brasil, umas se consideram comunitárias porque não têm fins lucrativos, outras porque desenvolvem

trabalhos de natureza assistencial ou educativa para comunidades, entendidas como setores da população desprivilegiada ou “população carente”.

Outras são comunitárias porque se voltam para uma integração com o seu entorno, entendido como a população local possivelmente atingida de forma imediata, incluindo, muitas vezes, a visão de região geográfica ou cultural.

Outras, ainda, são comunitárias porque se estruturam “comunitariamente”, ou seja, seus integrantes participam de objetivos comuns e mantém sua interação em função da comunidade de ideias, o que não significa necessariamente gestão democrática ou participativa das instituições.

Finalmente, há uma parcela que se autodenomina comunitária porque em certa medida a instituição corresponde a demandas de grupos mais ou menos organizados, articulados em movimentos dos setores espoliados da sociedade brasileira (SPOSITO; RIBEIRO, 1989).

Mas não é somente a forma de gestão, também há que se lembrar do patrimônio, que é constituído de forma comunitária, não estando contido em nenhum patrimônio particular, ao contrário, diz respeito a um patrimônio público que é gerido pela instituição formada pela própria comunidade.

Verifica-se, então, que as instituições comunitárias são organismos concebidos por uma determinada comunidade que, ao necessitar de um serviço específico em determinada área, organiza-se no sentido de suprir determinadas deficiências, ocupando, como já mencionado, a posição que o Estado deveria ocupar.

No modo de entender de Cardoso (1994, p.62),

[...] o modelo de instituição comunitária surge, justamente, de uma atividade democrática exercida pela comunidade: a deliberação, característica que acompanha sua existência. Evidente que ao deliberar acerca da criação de um organismo, a sociedade poderia entregar sua administração a terceiros, todavia, esta não seria uma opção com raízes democráticas. Em verdade, a formação de instituições preocupadas em suprir a insuficiência do Estado em determinados serviços remonta à formação sócio-cultural do Brasil, principalmente na Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Para Rambo (1994, p.59),

Entre os evangélicos e os católicos surgiram, posteriormente, escolas mantidas diretamente pelas comunidades. A vinda para a região de missionários das igrejas cristãs ajudou a impulsionar as escolas comunitárias. A maior parte da literatura referente ao tema atribui-lhes o nome de escolas paroquiais. Como, via de regra, eram mantidas sem o concurso do Estado e das igrejas, ainda que vinculadas às respectivas igrejas, o termo “comunitárias” lhe é muito mais apropriado. As instituições comunitárias, então, dão origem às universidades comunitárias, com a intenção não apenas de disseminar a educação para além dos centros urbanos, mas também de levar desenvolvimento às comunidades do interior.

Portanto, de acordo com os autores citados, as instituições comunitárias são colocadas entre o público e privado, atendendo a uma parcela de demandas públicas relevantes ao desenvolvimento social (cada qual com foco na região onde se estabelece) e possuem características próprias, tal como uma administração mais participativa (embora nem todas tenham essa característica).

Através da participação social dos interessados e da comunidade, apesar de enquadradas na iniciativa privada, seu modelo não se iguala às instituições particulares e empresariais. O papel das instituições comunitárias é fundamental no contexto de atuação perante a comunidade, no que tange ao ensino aprendizagem fornecido. Esse papel é comprometido com a sociedade e não com o lucro, uma Universidade como serviço público e não como negócio particular.

Portanto, como afirmam Sposito e Ribeiro (1989, p.83):

As universidades comunitárias nascem da ausência do Estado, mais que da liberdade constitucional e da possibilidade legal existente em favor da iniciativa privada para a organização de universidades. A abertura legal é a possibilidade posta às comunidades, mas não é o ponto de partida de seu esforço por organizar o ensino superior em determinada região. O ponto de partida é antes a não presença do Estado, porém necessária e desejada.

A comunidade, então, é envolvida num processo de autogestão dos problemas por ela vivenciados. Nesse contexto, as universidades contribuem com a comunidade nessa autogestão de problemas.

Em outras palavras, as universidades comunitárias desempenham, sim, um importante papel na concretização dos direitos humanos, pois asseguram além do acesso à educação, o acesso à saúde, à cultura e à justiça, entre outros.

Em verdade, o compromisso social firmado pelas universidades comunitárias não se limita ao seu público interno, ou seja, a comunidade é beneficiada de um modo geral, pois é justamente a ascensão do desenvolvimento regional, a partir de uma série de iniciativas que se estendem pelos campos da educação, da saúde, da cultura, do lazer e do esporte e da prestação de serviços que caracterizam esse modelo de instituição de educação superior.

Para Gadotti (1993), a prestação de serviços da universidade à comunidade, as doações de bolsas de estudo e a realização de atividades que visam à preservação do meio ambiente, através de projetos desenvolvidos em conjunto, possibilitam maior inclusão social e desenvolvimento da região.

É necessário destacar o comprometimento das universidades comunitárias com o seu entorno; a evolução e a propagação de valores através do compromisso social.

Há alguns momentos marcantes das universidades comunitárias, sejam elas confessionais ou não. A importância que tiveram na Constituinte de 1986-1987 foi uma ação coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que levou à inclusão do tema das Universidades comunitárias no texto da Constituição Federal, especificamente no artigo 213 (MORAIS, 1989).

Com base em estudos realizados, é possível concluir que as universidades comunitárias possuem alguns diferenciais: a criação foi impulsionada por organizações da sociedade civil e do poder público local, a quem pertence o patrimônio; a não orientação para a maximização do lucro, sendo os resultados financeiros reinvestidos na própria universidade; a profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos; os órgãos superiores integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional.

Se comparados com as universidades privadas, as privadas comunitárias preocupam-se com o serviço prestado de qualidade ao aluno como descrito acima, enquanto as privadas tem uma tendência em dar uma prioridade ao lucro, pois existe um responsável por todo esse negócio.

Quanto à direção, os dirigentes na maioria das universidades comunitárias são professores da própria instituição, eleitos pela comunidade acadêmica, por representantes da comunidade regional, poder público, empresariado e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A forma jurídica da mantenedora é a de fundação, de associação ou de sociedade civil. O controle administrativo e da gestão financeira é feito pela mantenedora e o patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênere.

4 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM SOROCABA

Este capítulo tem como objetivo mostrar o início da vida acadêmica em Sorocaba, o que se pretendia em relação à universidade, o movimento para sua criação, todo o planejamento, envolvimento de civis, do poder público, empresários e acadêmicos dispostos a viabilizar o projeto.

No início das atividades acadêmicas do ensino superior em Sorocaba, a participação das seguintes instituições de ensino: a Faculdade de Medicina, instalada em maio de 1949, com o empenho do então prefeito Dr. Gualberto Moreira; a Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Sorocaba (FAFI), criada em 1951, num contexto de mobilização das forças políticas locais, com o ainda prefeito municipal Dr. Gualberto Moreira, o Bispo Diocesano D. José Carlos de Aguirre, entre outros.

Em abril de 1956, o Prefeito Gualberto Moreira cria, por Lei Municipal nº. 424, a Faculdade de Direito de Sorocaba. Em julho de 1965, o Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre aprovou a criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba (FACCAS), iniciando suas atividades no dia 8 de agosto de 1966 (NEVES, 1998).

Em 1971, surgiu a Faculdade de Educação Física de Sorocaba (FEFISO), por iniciativa do Tenente Coronel da Polícia Militar Paulo Franco Marcondes e como mantenedora a ASEC – Associação Sorocabana de Ensino e Cultura, em 1978 foi passada para a Associação Cristã de Moços (ACM) de Sorocaba.

A FAFI e a FACCAS deram início às atividades com ajuda financeira do poder público da cidade de Sorocaba. Porém, após um período de dificuldades financeiras, o poder público não pôde mais sustentá-las.

Diante da situação acima, a administração da FAFI e FACCAS foram transferidas para a Fundação Dom Aguirre com forte presença da Igreja Católica em sua administração. A FAFI inicialmente subsidiada por verbas estatais, federais e municipais. Num segundo período, as essas verbas federais e estaduais foram cortadas, ficando apenas a municipal. Em função de prioridades para alocação de recursos financeiros estabelecidas pelo governo local, a verba municipal também cortada, levando a FAFI a iniciar a cobrança de mensalidades para a manutenção do ensino.

Para José Antonio Caldini Crespo⁹:

⁹ Sr. José Antonio Caldini Crespo e seu filho o Prefeito José Crespo Gonzales em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

As cobranças de mensalidades geram em 1956 (época do Prefeito Dr. Gualberto Moreira) o movimento Pró Estadualização. Havia um desejo na cidade de se ter uma Universidade Pública, que oferecesse condições aos estudantes de ter acesso ao ensino gratuito. Porém, essa perspectiva de ensino em Sorocaba, naquele momento político, não foi possível. As lideranças políticas da cidade não estavam bem articuladas com as lideranças do governo estadual e federal, sendo que outras cidades, como Campinas e São Carlos, estavam mais preparadas e politicamente melhor preparadas. (informação verbal).

Por várias vezes as finanças dificultaram a trajetória da FAFI. Não sendo favorável a situação financeira da faculdade, há possibilidades para manifestações, greves e outros movimentos (VANNUCCHI, 2012). Diante dessa situação, em 1967 os estudantes da FAFI criaram um manifesto a favor da federalização.

[...] o déficit previsto naquele momento da FAFI era de mais de 200 milhões [de cruzeiros novos], visto que a Faculdade com cinco cursos, número bastante grande para uma Faculdade do interior, funciona este ano com uma receita que não atinge 300 milhões. Para a sua manutenção, 70% este ano provêm dos alunos e sua tendência é aumentar sempre, visto que os poderes públicos constituídos têm relegado para segundo plano a educação.

Frente ao fato de uma promessa do atual governo de instalação da UFSP, já criada por lei, vimos que a integração de nossa Faculdade nesta Universidade viria representar não a solução total dos nossos problemas, mas exigir que o Estado assuma o seu papel principal.

Considera-se, desta forma que a Federalização não é um fim, mas um meio. Um meio de luta contra o ensino pago, e sobretudo um meio, porque a nossa inclusão numa Universidade nos dará mais visão do alcance do movimento Universitário, e da dimensão política que o estudante tem necessariamente que ter, para o seu amadurecimento pessoal. Estando integrados em uma Universidade, a visão que poderá adquirir sobre o ser e a função da Universidade lhe será mais patente e clara que se estiver, como no nosso caso, em uma Faculdade isolada.

Não é um fim porque a função da Universidade que tem que ser de organização e comunicação social do saber somente poderá ser atingida quando for de fato realizada uma Reforma Universitária, que por sua vez não poderá vir isolada das outras Reformas de Base. (O MOMENTO FAFI, 1967).

Em 1967 o início do movimento de federalização na FAFI que, depois, se estendeu como desejo dos alunos nas futuras Instituições de Ensino Superior que se instalariam na cidade. Esse movimento teve o apoio da Direção da FAFI, com o Prof. Aldo Vannucchi, na direção, e Prof. Humberto Augusto Vairo Titarelli, na vice-direção.

Os estudantes buscaram uma solução à entrega de um ofício ao então Ministro da Educação, Tarso Dutra, explicando os motivos e pedindo a federalização das Faculdades (Filosofia e Medicina), pois os alunos da Medicina também estavam a favor de uma Universidade que fosse gratuita. (NEVES, 1998).

Com a resposta negativa obtida do Ministro da Educação, a cidade deveria ter-se mobilizado (forças empresariais, representações de entidades, poder público e os estudantes) para que essa decisão pudesse ser mudada, mas não ocorreu essa atitude, a cidade simplesmente passou a aceitar a decisão.

Há que se registrar um fato ocorrido na época (1969 a 1973) do então prefeito, José Crespo Gonzales¹⁰:

Havia um grande interesse na criação da Universidade de Sorocaba, que teria como objetivo unir as faculdades existentes para formar-se uma única, e essa sendo pública. Esse desejo era embasado na recém-inauguração da UNICAMP (1965). Além disso, não havia ainda a UNESP, o que motivava a necessidade de criação de mais uma universidade pública no interior de São Paulo. A ideia era que, em um primeiro momento, se uniriam nessa direção todas as faculdades já existentes: Filosofia, Ciências Contábeis, Medicina, Educação Física, Direito e Engenharia (que ainda era um sonho embrionário), todas elas privadas/comunitárias, além da Fatec, única pública estadual recém-criada no município. Em um segundo momento, por meio de pressões políticas, pretendia-se a estatização desse núcleo universitário, criando a Universidade Estadual de Sorocaba. Isso, porém, não ocorreu devido a resistências quase que intransponíveis, inclusive da própria PUC. Outro motivo para a não concretização do projeto foi, infelizmente, a hesitação e recusa da Igreja Católica (mantenedora da Filosofia/Ciências e Contábeis/Medicina). No momento da eleição, apesar da indecisão, o bispo de Sorocaba, Dom Melhado, apoiou a ideia e na última hora votou favoravelmente à criação da Universidade de Sorocaba. Porém, nessa altura, a decisão estava empatada e duas personalidades da Igreja na capital, o Arcebispo de São Paulo e o reitor da PUC, Sr. Bandeira de Mello, acabaram votando contra Sorocaba. Com isso, perdeu-se a oportunidade, nunca mais recuperada. (informação verbal)

O prefeito, no final de seu mandato, não buscou manter a influência que tinha inicialmente, as lideranças políticas que se sucederam não deram a continuidade ao projeto. Ainda de acordo com José Crespo González¹¹,

Na época, todos esperavam que a PUC colaborasse, pois não tinha tido nenhum gasto, nem feito nada com o campus da Medicina em Sorocaba. Esse campus foi construído e pago pela comunidade local (Fundação Sorocaba), e num segundo momento "entregue" de graça para a PUC São Paulo, diga-se de passagem: uma péssima decisão, pois houve contratação docente, plano de cargos e salários, investimentos em pesquisa, pós-graduação lato e stricto sensu, convênios com instituições nacionais e estrangeiras, dentre outras. (informação verbal)

Os movimentos para a estadualização ou federalização de uma Universidade eram importantes, sendo que a cidade ocupava uma posição representativa na região. Assim sendo, o poder público municipal também concordava com a ideia e também aderiu ao projeto, uma vez que entendia que a criação da Universidade beneficiaria a cidade e região. Contudo, esse fato não se realizou, ou seja, imaginar o que teria mudado na cidade, caso essa causa de estadualização/federalização tivesse logrado êxito. Certamente, os alunos de Sorocaba e região teriam a oportunidade de estudar em uma Universidade Pública e a cidade usufruiria do desenvolvimento que essas instituições de ensino trariam aos locais onde fossem instaladas - mas não aconteceu.

O movimento da estadualização¹² tornou-se tão importante que o presidente da FDA, o Bispo Diocesano de Sorocaba, Dom José Lambert, a favor da estadualização da

¹⁰ Sr. José Antonio Caldini Crespo, e seu filho o Prefeito José Crespo Gonzales em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014). José Crespo Gonzales – Prefeito de Sorocaba entre 1969 e 1973.

¹¹ Sr. José Antonio Caldini Crespo, e seu filho em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

¹² Sr. José Antonio Caldini Crespo, e seu filho em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Universidade, esclarecia aos opositores da cidade que a criação de uma Universidade não seria uma ambição da FDA, nem da Igreja, mas sim um desejo e necessidade da população sorocabana. A Professora Dulcina Guimarães Rolim¹³ na época, secretária de Educação do Município (1988-1990), esteve envolvida nesse movimento, confirmando as palavras do Bispo Dom José Lambert, por sugestão do Prof. Aldo Vannucchi.

A Profa. Sonia Chébel¹⁴ afirma que:

O Presidente da FDA também era a favor de uma Universidade Estadual, mas, como presidente da FDA, analisou a situação pelo viés político. Além disso, o poder público tinha como prioridade oferecer qualidade de ensino básico (infantil e fundamental), nesse sentido, era para esse fim que se destinavam seus recursos. Dessa forma, a Universidade não estava em primeiro plano para o governo municipal. Há que se lembrar, ainda, que Sorocaba, já havia perdido duas oportunidades de receber uma Universidade, que se instalaram, por fim, em São Carlos e Campinas. No processo de criação, a estadualização da UNISO foi uma situação do momento. Alguns setores da sociedade, como o centro acadêmico e o vereador Gabriel Bittencourt, reportaram-se à FDA para saberem se essa concordaria que a UNISO fosse estadualizada ou federalizada, em benefício dos jovens sorocabanos. A resposta foi afirmativa, mas nem o governo estadual nem o federal quiseram assumir a UNISO. Portanto, a FDA se posicionou, levando adiante a ideia de se ter uma universidade de grande porte na cidade, de caráter comunitário. (informação verbal)

Sob a ótica do Prefeito Antonio Carlos Pannunzio¹⁵,

O fato de a Universidade ser particular, mas Comunitária, ou seja, revertendo seus ganhos em prol de seu próprio desenvolvimento foi muito válido e um ganho muito positivo para a cidade e região. Embora a comunidade esperasse por uma Universidade Estadual, a conjuntura no momento não era favorável. Não se podia contar com todos os recursos do governo, embora fosse seu papel enquanto poder público. De qualquer modo, a comunidade também apresentava responsabilidades sociais e, por isso, deveria se organizar para ter uma Universidade Comunitária na região. (informação verbal)

O importante seria conseguir a aprovação de uma Universidade para Sorocaba. E ainda se fosse possível uma estadual ou federal, o sistema como um todo teria vantagens. Essas foram situações de possíveis movimentos de uma Universidade que poderia fazer parte do cenário da cidade de Sorocaba.

4.1 Movimento para a criação da Universidade de Sorocaba (Uniso)

Após os movimentos preliminares, este tópico tratará das ações que objetivaram a criação da universidade, formação das comissões, elaboração da Carta-Consulta, contatos com prefeitos das cidades vizinhas e elaboração de todos os Relatórios exigidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

Nas reuniões da FDA, em 1970, o assunto do movimento da criação fazia parte da pauta das reuniões, vale ressaltar que estava em evidência - autoridades públicas,

¹³ Profa. Dulcina Guimarães Rolim, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

¹⁴ Profa. Sonia Chébel Mercado Sparti, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

¹⁵ Prefeito de Sorocaba Antonio Carlos Pannunzio, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

imprensa, os cidadãos falavam de Universidade¹⁶. Embora a cidade estivesse ciente da importância da futura Universidade, poucos conheciam as propostas, a maioria dos informados eram os estudantes, pois estavam presentes no dia a dia da Faculdade.

O Prof. Aldo Vannucchi pôde dar um retorno sobre como a informação relativa à futura universidade corria entre a população, e a situação não era das melhores, houve algumas pesquisas paralelas (boca a boca) feitas pelos estudantes a pedido do Prof. Aldo Vannucchi para constatar o porquê da população em sua grande maioria, não saber sobre a futura universidade. Ele admitiu tal fato representava a informação transmitida à população pela mídia. Após essa constatação, foram programadas palestras e divulgação da informação para a população (CRUZEIRO DO SUL, 1987c, p.5).

Em dezembro de 1987, quando autorizado o funcionamento do curso de Ciências Econômicas, nove cursos de graduação na FAFI e FACCAS em andamento, portanto momento oportuno para se pleitear uma Universidade. Tal fato decorrente de uma exigência do MEC que, para que o pedido para a criação de uma Universidade pudesse ser protocolado, a Faculdade deveria ter um número mínimo de nove cursos ativos.

Em fevereiro de 1988, na FDA, o término do mandato do Conselheiro Aldo Vannucchi, como Diretor da FAFI. Nessa época, um convite do Conselho Superior da FDA para que ele iniciasse os trabalhos preparatórios para a criação da Universidade de Sorocaba. O, então bispo, Dom José Lambert, a favor de uma Universidade Estadual para a cidade, mas como já existiam a FAFI e a FACCAS, e por motivos políticos a cidade não iria receber uma pública, ele deu apoio ao Projeto (DIÁRIO DE SOROCABA, 1988, p. 11).

Na sequência, o Prefeito Paulo Francisco Mendes, em 1º de março de 1988, criava o cargo de Coordenador Municipal de Ensino Superior e nomeava o Prof. Aldo Vannucchi para dar o início ao Projeto Uniso. O Decreto de n. 6169/88 (Anexo A) trazia sucintamente o seguinte conteúdo:

Artigo 1º. – Fica criado, no Anexo I do Decreto no. 1875, de 17 de dezembro de 1973, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, a função de COORDENADOR MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR – D-19, com a seguinte súmula de atribuições:
 - Compete ao COORDENADOR MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR, além de outros serviços que lhe forem determinados pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, o seguinte:
 A – Contatar as Faculdades de Sorocaba para avaliar possibilidades de criação da Universidade de Sorocaba;

¹⁶ Prof. Aldo Vannucchi, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

B – Levantar as possibilidades de preparo de um anti-projeto para a criação da referida Universidade;

C – Encaminhar todas as providências para viabilizar os itens 1 e 2, dando ciência regular à Secretaria da Educação e Cultura de Sorocaba.

Artigo 2º. – Fica atribuído ao ocupante da função ora criada, e em razão dela, uma gratificação correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do nível de referência salarial do padrão, a qual não se incorporará a seus vencimentos para nenhum efeito.

Artigo 3º. – As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Palácio dos Tropeiros, em 01 de março de 1988, 334º. Da fundação de Sorocaba.

De acordo com o Prof. Mario Biazzi¹⁷, quando, no final da década de 1980, o Prof. Aldo vislumbrou a ideia da criação da UNISO¹⁸,

[...] pareceu-lhe algo inatingível, uma vez que era preciso unir as Faculdades para vislumbrar de fato uma Universidade. Além disso, havia dificuldades, quase intransponíveis, com exceção da PUC-SP, a Fatec (pública) e as demais (FACENS, FADI e FEFISO) também não aderiram à ideia. Mas o Prof. Aldo não desistiu e primeiramente uniu a FAFI e FACCAS e acabou criando a UNISO. (informação verbal)

Para a Profa. Sonia Chébel Mercado Sparti¹⁹:

A UNISO foi criada pela convergência de diversos motivos. Um deles é que na década de 80 a cidade de Sorocaba possuía várias faculdades, mas isoladas. Havia também apenas um campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ou seja, as Faculdades de Medicina, Enfermagem e Ciências Biológicas. Isso significa que uma Universidade, a essa altura, seria muito pertinente. Destaca-se, por exemplo, as diferenças entre Faculdades e Universidade, especialmente nos campos da pesquisa e da extensão. A FDA, mantenedora das então FAFI e FACCAS, sentiu-se forte o suficiente para desencadear esse processo de criação de uma universidade. (informação verbal)

Em julho de 1988, o prefeito editava o Decreto no. 6278, designando a Comissão Municipal de Apoio à Universidade, constituída por membros que colaborariam com o Projeto, dentre eles: Jorge Narciso de Matos²⁰ e empresários da cidade (Diretor da empresa Motopeças, Sr. Laelso Rodrigues, o Diretor da Heller, Sr. Helmut Yarush, além do Sr. Benedito Pagliato e Prof. Marcos Marins). Lembrando que o apoio desses empresários foi nos subsídios financeiros para o Projeto Uniso em relação às viagens do Prof. Aldo Vannucchi que teve de se locomover até Brasília.

¹⁷ Prof. Mário Biazzi, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

¹⁸ Sobre o nome escolhido para a universidade, ver Apêndice A.

¹⁹ Profa. Sonia Chébel, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²⁰ Jorge Narciso de Matos, assessor do Ministro da Previdência – Brasília, foi um colaborador importante do Projeto Uniso, que abriu portas, apresentou empresários, ajudou nos trâmites burocráticos do processo em Brasília. Em Sorocaba e região, ajudou a divulgar o Projeto e conseguiu apoiadores, além de participar da Comissão de Apoio à Universidade de Sorocaba. Foi um dos principais articuladores da formação da Universidade de Sorocaba, havendo definido com o Prefeito Paulo Mendes as providências necessárias para o apoio da Prefeitura de Sorocaba à iniciativa. (Profa. Ana Maria Souza Mendes, coordenadora do NUCAB-Núcleo de Cultura Afro-Brasileira, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Através da Comissão Municipal de Apoio à Universidade, estudos apresentados do Projeto para o Conselho Superior da FDA, Colegiado Técnico Administrativo, e ao público em geral, através de divulgação em jornais, rádios, escolas e grupos empresariais.

De acordo com Neves (1998), a futura Universidade deveria não somente refletir a influência de Sorocaba sobre dezenas de outros municípios, mas também evidenciar e desenvolver a real integração das comunidades, marcadas por fatores naturais, históricos e econômicos tão convergentes, aspectos esses esquecidos pelo poder público no que se refere ao ensino superior.

O Prof. Jayme Rodrigues de Almeida Filho²¹ relata que a criação da UNISO era bem vinda. Entretanto, apesar de a universidade comunitária ser necessária e importante para a região, “era preciso que houvesse a mensalidade, devido à manutenção das instalações, o salário dos professores, a infraestrutura”.

O Prof. Oswaldo Bazzo²², da FAFI e FACCAS, afirma que, na época, o Prof. Aldo tinha apoio de uma grande maioria de professores que estavam na FAFI e FACCAS, além do apoio do Bispo Dom José Lambert.

Para o secretário executivo da FDA na época, padre Tadeu Rocha Moraes²³, o Prof. Aldo foi muito importante no processo de criação da UNISO. Segundo o padre,

A Uniso foi criada por um grupo de pessoas envolvidas num objetivo comum. Na época, o Prof. Aldo Vannucchi, Coordenador do Projeto, era funcionário de um órgão na Prefeitura. O mesmo encampou o Projeto, já que fazia parte da FAFI e FACCAS como Diretor. Como seu mandato iria expirar, de acordo com o Regimento Interno, criando-se uma Universidade, poderia estender a função exercida para a Universidade, por exemplo, como um Reitor, tendo assim uma maior expressividade e com maior autonomia na criação de novos cursos, novos projetos.(informação verbal)

Para o Padre Tadeu²⁴:

O início do processo de criação se deu em 1986, numa reunião informal. Dentre essas estavam o Prof. Aldo Vannucchi, Jorge Narciso de Matos (então Assessor do Ministro da Previdência) e o Prefeito Paulo Mendes. Dessa reunião informal surgiu a ideia de criação da Uniso e foi reforçado, por indicação do Prefeito, que o Prof. Aldo Vannucchi deveria idealizar o projeto de criação. Essa indicação que já havia partido da FDA, em função de sua experiência acadêmica e seus relacionamentos na cidade e no entorno. Ele era também apoiado por Jorge Narciso de Matos, que atuava em Brasília, apoio importante, visando facilitar os trâmites do projeto no Distrito Federal, que a Faculdade tinha que cumprir de acordo com as diretrizes da Comissão do CFE. (informação verbal)

²¹Prof. Jayme Rodrigues de Almeida Filho - Pró-Reitor Acadêmico, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²²Prof. Oswaldo Bazzo, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²³ Padre Tadeu Rocha Moraes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²⁴ Padre Tadeu Rocha Moraes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

A proposta previa que a Universidade estivesse sempre atenta ao potencial industrial no local em que está inserida, preocupando-se com os problemas, as carências e as limitações das comunidades, mas, acima de tudo, mantendo a ética e a moral como base de sua conduta.

Para clarear o porquê do início movimento de criação da futura Universidade, o Prof. Aldo²⁵ esclarece:

Além da facilidade em criar cursos, a universidade teria autonomia, para essa questão, a sustentação da pesquisa, mais facilidades se comparada a Faculdades. Analisando as vantagens e desvantagens, vendo-se como um cidadão Sorocabano, outras cidades (Marília, Bragança Paulista e Piracicaba, já estavam com Universidades) e Sorocaba ainda continuava com faculdades isoladas, atrás dessas cidades. Houve também um grande apoio da imprensa (Jornal Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba), do lado social, o Rotary e a repercussão social positiva para a cidade. O apoio para esse projeto, internamente na FAFI, desenhava-se o seguinte cenário: era composto por uma metade de pessoas que apoiavam o projeto integralmente, uma grande parte que para elas era indiferente e, como todo processo, haveria uma oposição, embora pequena, mas atuante, vinda da outra Faculdade, a FACCAS. (informação verbal)

De acordo com o esclarecimento acima, toda mudança gera polêmica, uma vez que os envolvidos nem sempre estão preparados para os novos desafios que surgirão. Essa pequena oposição era gerada por alguns professores que estavam preocupados com as alterações acadêmicas que ocorreriam quando da transformação das Faculdades em Universidade. Uma das primeiras mudanças seria em relação ao quadro dos docentes, pois com o status de Universidade, os professores teriam de ter maior aprofundamento em relação aos seus conhecimentos e titulação inicial de Mestrado; dessa forma, deveriam se planejar a fim de buscar o aprimoramento necessário para cumprir exigências de um novo regimento interno que uma universidade requer.

Em relação a essa oposição, a Profa. Vânia Regina Boschetti²⁶ declara:

A criação da Uniso era um antigo desejo do Prof. Aldo (o grande Mentor do Projeto); aos poucos esse embrião foi tomando forma, pois com a experiência da FAFI/FACCAS, na direção, o sonho era agora mais alto. Obteve-se, pois, apoio de determinados segmentos internos das Faculdades e outros não, pois o grande apoio não era efetivamente 100%, mas aqueles que não apoiavam se sentiam numa situação embaraçosa, um tanto quanto complicada, uma característica de longos tempos do povo sorocabano, ou seja, a falta de uma garra maior para obter os benefícios, quando depende de envolvimento de pessoas, independente de políticos. A ideia da criação da UNISO inicialmente, sempre esteve acima da FAFI/FACCAS, na esfera superior da administração das Faculdades. (informação verbal)

A Profa. Sonia Chébel²⁷ também se manifestou:

Algumas pessoas que propunham outro formato na gestão da Universidade. Era o caso do vereador o Gabriel Bittencourt, do PT, pois se tratava de uma Universidade particular. O vereador era contra possíveis demissões de alguns docentes por “causas ocultas”, bem como o pagamento de mensalidades, embora a universidade já contasse com o sistema de bolsas de

²⁵ Prof. Aldo Vannucchi, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²⁶ Profa. Vânia Regina Boschetti, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²⁷ Profa. Sonia Chébel, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

estudo. Bittencourt era contra a liderança que o Prof. Aldo exercia na FAFI e FACCAS. A vereadora do PT, Yara Bernardi, também se posicionou a favor do Gabriel, era contra que se cobrasse mensalidade. O vereador Bittencourt, que tinha sido aluno da Faculdade de Filosofia, cursando Ciências, também considerava o processo muito autoritário, não dando voz aos alunos. (informação verbal)

O Prof. Jayme Rodrigues de Almeida Filho (Pró-Reitor Acadêmico)²⁸ revelou que:

Havia pessoas contrárias à criação da UNISO, como os vereadores do PT. Não eram em si contra a criação da Universidade propriamente dito, eram contra, na verdade, o fato de se cobrar mensalidades. Eram também contrários à administração da FDA, de Dom José Lambert. O DCE também endossava a mesma opinião e os professores estavam divididos quanto ao posicionamento. Uma parte era contra, por idealismo e pela administração do Diretor, na época o Prof. Aldo. O Prof. Douglas, por exemplo, membro do Sindicato, juntamente com os vereadores Yara Bernardes e Gabriel Bittencourt, tinha um posicionamento bastante veemente. Muitos dos professores tinham medo de serem demitidos por não terem a titulação acadêmica exigida por uma Universidade, no caso, o Mestrado ou Doutorado. (informação verbal)

O Prof. Oswaldo Bazzo²⁹ acrescenta:

Existia um grupo de professores contra a criação da Universidade, estes, sim radicalmente contra, vindos da FACCAS. Naquele momento, pairava um ambiente hostil. Os professores da FAFI e da FACCAS, contrários à criação, criavam um ambiente bastante adverso, havendo inclusive atrito entre professores. Tornando o posicionamento mais acirrado, chegou-se à troca de ofensas entre os membros do professorado durante as reuniões. Nesse cenário, o Prof. Gabriel Bittencourt, líder de um grupo de professores que se posicionavam contrários à criação, acreditava que a FACCAS desapareceria, pois via no Prof. Aldo figura forte na FAFI. (informação verbal)

Em meio aos posicionamentos divergentes, o Prof. Aldo, vendo sob uma ótica global a construção de uma Universidade, viabiliza o intercâmbio e cooperação com outras instituições e centros acadêmicos no Brasil e no exterior, permitindo o intercâmbio entre alunos e pesquisas compartilhadas. Isso significava mudanças sensíveis no sistema educacional e nas atividades culturais de toda a região.

Percebe-se também a importância dessa perspectiva de ensino, quando nota-se que, embora Sorocaba tivesse se desenvolvido, a cultura e as artes continuavam em segundo plano na cidade, e o pleno desenvolvimento social, econômico e tecnológico não acontece sem a valorização dos aspectos culturais e educacionais.

Dada importância do fato, houve opiniões de pessoas importantes nesse processo. Em dezembro de 1987, o Prefeito Paulo Francisco Mendes opinava em relação ao projeto da futura universidade:

“Vindo a Universidade, a mesma ampliará a oferta de vagas e cursos na cidade e região”. Partindo dessa premissa, o Prefeito pretendia levar em frente o plano e, até o final de 1988, ter o embrião do projeto. Para atender a demanda da região e ampliação de ofertas de cursos, a Universidade seria o ideal. Também comentou, como membro do Conselho Superior da FDA, a

²⁸ Prof. Jayme Rodrigues de Almeida Filho, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

²⁹ Prof. Oswaldo Bazzo, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

importância de novos cursos que atendessem as áreas de serviço, comércio e a indústria. Para o Presidente da Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial (CMDI), Antonio Carlos Pannunzio, a formação profissional das faculdades sorocabanas não era suficiente para atender ao parque industrial da cidade, portanto as indústrias necessitavam de mão de obra para outras especialidades. Não se pode deixar de colocar que a Universidade seria também um atrativo para a vinda de novas indústrias para Sorocaba. Portanto, na visão do Presidente da Comissão, a Universidade posicionava-se sobre um tripé: ensino, pesquisa, prestação de serviço à comunidade, com um relacionamento forte entre a CMDI e o parque industrial (CRUZEIRO DO SUL, 1987a).

O Prof. Aldo, numa visão acadêmica também se pronunciava sobre a futura Universidade em Sorocaba:

Pensando um pouco sobre a Universidade em Sorocaba, a Universidade é a própria sociedade em escala menor. A Universidade que Sorocaba desejada é aquela que rastreia e aponta caminhos de integração da população no processo de aprendizagem coletiva, produzindo, organizando todo tipo de saber dotado de significação maior para a vida das pessoas e da coletividade. Dessa forma interconectando ensino, pesquisa e extensão, privilegiará a análise e soluções de problemas graves da cidade e do entorno. Com a presença da Universidade, há a possibilidade de resgatar o desenvolvimento da cidade no quesito recursos ferroviários, que fora esquecido, com o conhecimento interno, poderá propor melhorias de mobilidade, para a cidade, interligando bairros do entrono com o centro da cidade e outras sugestões no trânsito, enfim canalizar esse conhecimento para aplicar na prática na cidade, em suas deficiências, além de cooperar com o poder público e suas secretarias (VANNUCCHI, 1988a, p.4).

Outra opinião do Prof. Aldo sobre a futura Universidade, com vistas ao modelo:

Quanto ao modelo de Universidade, para Sorocaba, esse estudo está sob a responsabilidade da mantenedora das FAFI e FACCAS a Fundação Dom Aguirre (FDA), a Universidade que está se criando terá as características comunitárias, não se subordinando a nenhum interesse empresarial de pessoas físicas ou grupos, mas exclusivamente a objetivos sociais, desde que vinculada diretamente com a cidade e região. A FDA ajusta-se perfeitamente nessas características, pois seus bens não são de propriedade de ninguém em particular. Se não tem condições de oferecer ensino gratuito, já que nada recebe da União e do Estado, ela subsiste e cresce aberta a todos (VANNUCCHI, 1988b, p.6).

Por experiência e conhecimento da cidade de Sorocaba e região, a visão sobre a futura Universidade implica:

[...] criar uma Universidade comprometida e competente em resolver os assuntos dos municípios, pois é partindo do regional para o global, essa é a característica da Universidade que Sorocaba vislumbra. Para conseguir esses objetivos, terá de fazer alianças, articulações com organismos oficiais e particulares, como as Divisões Regionais de Ensino, Saúde, Agricultura, Igrejas, Associações culturais e outras. Nessa perspectiva poderá oferecer ao entorno um serviço de qualidade na resolução das dificuldades enfrentadas por essas cidades, nos vários campos do conhecimento (VANNUCCHI, 1988c, p.7).

Em outra oportunidade, ao expressar-se novamente sobre a futura Universidade em Sorocaba, o Prof. Aldo acrescentava:

A partir da Faculdade de Filosofia, fundada em 1954 e seguida pela Faculdade de Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas, essa entidade marcada pela vida e pela memória de Dom Aguirre, apresenta incontestável tradição no campo do ensino de terceiro grau, responsável que é pela formação de quase 11.000 profissionais, agora atuantes na cidade e região, como por todo o País. Em 1963, a Fundação Dom Aguirre é instituída pela Mitra Diocesana, na pessoa do seu primeiro bispo, Dom José Carlos de Aguirre. Sua finalidade primordial, como reza seu estatuto, é “criar, manter e administrar o ensino em seus vários graus, principalmente o superior”. Na época, contava com seu patrimônio apenas o imóvel localizado na antiga Chácara Trujillo, que a Prefeitura Municipal lhe transferira, pela Lei nº 1.153/63, promulgada pelo então prefeito, Dr. Artidoro Mascarenhas. A Universidade de Sorocaba quer enquadrar-se, não se subordinando a nenhum interesse empresarial de pessoas físicas ou grupos, mas exclusivamente a objetivos sociais, desde que vinculada estreitamente com a nossa cidade e região. Instituição sem donos, ela ostentará, por certo, direção segura e diretrizes nítidas, tudo, porém, organizado com critérios de representatividade dos mais amplos segmentos da sociedade e de rotatividade do poder, características de uma Universidade Comunitária (VANNUCCHI, 1988d, p.10).

A partir das opiniões das pessoas envolvidas com a causa da futura Universidade em Sorocaba, é importante ressaltar o cenário que se abria para a Universidade que refletiria Sorocaba em sua identidade. Não deveria ter o mesmo modelo das grandes Universidades (mais tradicionais e famosas), distinguir-se-ia por intenso e extenso compromisso social com a sociedade e região; em última análise, os problemas da cidade e região é que deveriam constituir as bases quantitativa e qualitativa de seus planos de ação, quanto ao ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade que se pretendia para a cidade de Sorocaba e região era uma universidade que interagisse com a comunidade, que tivesse em sua identidade os costumes da cidade, a história cultural e que fosse um trampolim para o desenvolvimento regional.

A opinião das pessoas da cidade era que a representatividade de uma Universidade em Sorocaba e região seria importante, pois abriria mais espaço para novos cursos, mais possibilidades de integração com outras universidades, intercâmbio, novas chances de se poder estudar sem se ausentar da própria cidade. E ainda, Sorocaba sempre teve condições de abrigar os profissionais formados por diversas outras Universidades ou Faculdades, afinal, o mercado de trabalho é amplo, com grandes indústrias, favorecendo essas novas demandas de estudantes à procura de novos cursos³⁰.

Na continuidade da semente plantada, na visão do Sr. Laan Mendes de Barros (então Assessor de comunicação da Fundação Dom Aguirre),

³⁰ Vereador José Antonio Caldini Crespo, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Há desafios a descobrir em novos conhecimentos, novas tecnologias, abrindo novos horizontes que permitam o crescimento do ser humano em sua integralidade, precisamos tomar parte na história de nosso país. A UNISO já iniciou esse processo (DIÁRIO DE SOROCABA, 1988a, p. 5)

Após a nomeação e apoio do poder público, o Coordenador do Projeto, Prof. Aldo Vannucchi, fez contatos com empresas para uma parceria financeira a fim de dar início dos trabalhos. Além disso, contatos com as instituições da cidade com intuito de fazê-las participar dessa ideia e integrar todas as Faculdades da época, formando a Universidade em Sorocaba. Quanto à adesão ao Projeto todas unânimes, porém quanto à integração das instituições, a resposta não foi positiva, com exceção da PUC-SP, cuja mantenedora era a Fundação São Paulo, com origens na Igreja católica.

A Comissão Municipal de Apoio ao Projeto Uniso fez várias reuniões, desde julho de 1988 até o término do Projeto, em 1994. Algumas atribuições da Comissão: levantamento de fundos para as despesas, encontros com os prefeitos e empresários da cidade e região, além de contatos com o Conselho Superior da FDA.

Em dezembro de 1988, o Prefeito Paulo Francisco Mendes criava o Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba (Fuso)³¹. Os recursos do Fuso foram usados para viagens para Brasília (MEC, CFE, CAPES, CNPq), infraestrutura e divulgação do Projeto para a cidade e região, através dos Jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba.

Para o Prefeito Paulo Francisco Mendes³²:

A criação do FUSO (Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba), é a captação de recursos financeiros destinados a Universidade de Sorocaba, visando o aprimoramento artístico e cultural das atividades e equipamentos de salas e outros ambientes de propriedade da mesma ou com ela conveniados, bem como a preservação e difusão da história, do folclore e das tradições populares do município de Sorocaba; a publicação pela Universidade de Sorocaba de livros, revistas, folhetos, e outros produtos culturais referentes a s Ciências Humanas, às Letras, às Artes e outras de cunho cultural, permitindo ainda com tais recursos que a Universidade produza discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fono-video-gráficas de jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural, sendo este de propriedade da Universidade ou entidades com ela conveniadas. O FUSO ainda com a captação de tais recursos financeiros procederá a formação artística e cultural, mediante bolsas de estudo, pesquisas e de trabalho, no Brasil ou no Exterior, de alunos, funcionários e professores da Universidade, propiciando ainda viagens de pesquisadores e conferencistas da Universidade, quando em missão cultural no País ou no Exterior. Através deste trabalho, o FUSO estará dando particular ênfase a formação artística e cultural dos alunos, funcionários e professores da Universidade e porque não dizer, trazendo com isso grandes benefícios ao Município, que se verá projetado nos meios culturais e científicos do país e também de maneira internacional. O FUSO será constituído por recursos oriundos de doações, legados, auxílio, subvenções e contribuições de qualquer natureza bem como de rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária proveniente de aplicações de tais recursos, sendo que estes recursos serão administrados por um Conselho Diretor composto de cinco membros efetivos, nomeados pelo Poder Executivo, na forma determinada por esta Lei, sem qualquer remuneração pois tais funções são consideradas como serviços relevantes prestados à Comunidade. Trata-se, portanto, de entidade idônea, voltada para os elevados fins históricos, artístico e cultural, de que o município tanto almeja e deseja. (informação verbal)

³¹ Vide Anexo B.

³² Prefeito Paulo Francisco Mendes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

4.2 A criação da Universidade de Sorocaba

Na continuidade do movimento para a criação da universidade, o próximo passo seria a elaboração da Carta-Consulta. Para dar início à análise da Carta-Consulta que solicitava a implantação da Universidade de Sorocaba cabe, antes, qualificar a mantenedora, a FDA.

De acordo com Neves (1988, p.134-136):

A Fundação foi instituída e declarada Entidade de Utilidade Pública Municipal e Federal, em 12 de outubro de 1963, pela Mitra Diocesana de Sorocaba, na pessoa de seu primeiro Bispo Diocesano, Dom José Carlos de Aguirre. A FAFI foi a primeira entidade mantida e administrada pela FDA. A proposta de Fundação visava dar cumprimento à Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as diretrizes e bases da Educação Nacional, segunda a qual, entre outros dispositivos, determinava-se que todo estabelecimento particular isolado de ensino superior deveria ser constituído sob a forma jurídica de sociedade ou fundação (artigo 85). A Fundação levaria a denominação de Fundação Dom Aguirre, como homenagem ao primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba, grande incentivador do ensino superior local. A Fundação Dom Aguirre atua há muitos anos na área da educação, tomando a iniciativa de propor, a partir de seus dez cursos superiores, a criação de uma Universidade em Sorocaba. Para tanto, encaminhou ao Conselho Federal de Educação uma Carta-Consulta.

Empenhando-se na realização de um novo caminho a ser trilhado por essa Fundação, foi encaminhada ao CFE, em 16 de novembro de 1989, a Carta-Consulta, em que era solicitada a transformação das unidades de ensino superior, FAFI e FACCAS, mantidas pela FDA, em Universidade. A carta:

A FDA, entidade educacional, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, instituída pela Mitra Diocesana de Sorocaba, em 12 de outubro de 1963, com sede e foro na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, encaminha a Vossa Excelência, pelo presidente de seu Conselho Superior³³ infra-assinado, e submete ao egrégio Conselho Federal de Educação a presente carta-consulta, com vistas à transformação de suas unidades de Ensino Superior na UNIVERSIDADE DE SOROCABA, pela via de reconhecimento, nos termos da lei no. 5540/68, da resolução no. 03/83 e demais dispositivos legais (CRUZEIRO DO SUL, 1989, p.6).

Para a Profa. Sonia Chébel Mercado Sparti³⁴, a integração era muito importante para a futura Universidade.

O processo de criação deu-se com a integração entre a FAFI e FACCAS, pela FDA, as Faculdades já traziam consigo a prática comunitária, pois ofereciam bolsas auxílio para a comunidade e eventos da Faculdade de Filosofia para a comunidade, o que já apontava para a filosofia de Universidade Comunitária. Esse detalhe também foi observado pela Comissão do CFE, que ressaltou a necessidade desse exercício para a futura UNISO. (informação verbal)

³³ O Conselho Superior da mantenedora – Fundação Dom Aguirre (FDA), era composto do Presidente: Bispo atuante na cidade nesse momento, em seguida a composição jurídica (Legislativo e Executivo), depois a Fundação e por último, os representantes da sociedade civil (OAB, Empresários, Entidades assistenciais (Rotary)).

³⁴ Profa. Sonia Chébel Mercado Sparti, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

A Carta-Consulta, referente à a Instituição Mantenedora – FDA, cita dados como identificação, condições jurídicas, dirigentes e mantenedores, condições fiscais, situação patrimonial e econômico-financeira, atendimento aos requisitos do artigo 3º da resolução de no. 03/83 – CFE e qualificação para a área acadêmica.

Na segunda parte, apresentação dos dados referentes aos cursos existentes, atos de autorização e reconhecimento, que revelam a qualificação existente capaz de sustentar a área acadêmica. Em termos institucionais, a Universidade de Sorocaba definiu os seguintes objetivos específicos na Carta-Consulta:

- Oferecer condições de educação ao homem, sujeito e agente de sua história e de seu processo de formação pelo cultivo do saber;
- Oferecer ensino nas diferentes carreiras universitárias para formar e aperfeiçoar profissionais, especialistas, técnicos e professores, pesquisadores exigidos pela sociedade;
- Promover, estimular e realizar pesquisas, em suas diferentes formas de entendimento, puras, aplicadas, sociais, econômicas e científicas e tecnológicas, todas voltadas ao desenvolvimento integrado à procura de soluções dos problemas econômicos, sociais, espirituais e culturais de Sorocaba e Região;
- Promover e atuar na área de extensão e serviço, como forma de levar a comunidade a participar da vida da Universidade e dos benefícios proporcionados pelo ensino aplicado em sua área de influência;
- Promover e preservar os grandes valores morais, cívicos e cristãos, com vistas a dignificar o homem, respeitando-o em sua individualidade de cor, sexo, credo e posição socioeconômica, com vistas também à criação de uma sociedade mais justa e igualitária;
- Colaborar com as instituições públicas e privadas, através de convênios, para desenvolvimento de uma ação conjunta de objetivos e valores;
- Ser uma instituição social, aberta e livre, onde todas as correntes de pensamento podem se desenvolver e expressar, dentro dos princípios de liberdade com responsabilidade, justiça e solidariedade. (FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE, 1990, p.39-40).

A Carta-Consulta também dá ênfase ao lado social da futura Universidade de Sorocaba, apoiando-se em diagnóstico realizado na região da qual faz parte, a maior região do estado de São Paulo. O diagnóstico aponta problemas relativos à área da saúde, habitação, densidade demográfica, etc. Nesse contexto, a Universidade se propõe a dialogar com a comunidade, por meio de seus programas de pesquisa e extensão.

Ainda no texto de sua Carta-Consulta, a proposta de Universidade democrática, participativa e regida à luz de princípios cristãos, enfatizando a necessidade de estabelecer e manter intenso diálogo com a comunidade interna e externa, além de atender alunos que envolvem as mais de cinquenta cidades ao redor de Sorocaba.

Em 10 de outubro de 1990, o CFE correspondeu à Carta-Consulta da FDA, e em 01 de novembro sua publicação no Diário Oficial da União (DOU):

Pela Portaria nº 30 de 16/10/90, o Presidente do Conselho Federal de Educação designou a Comissão de Acompanhamento, integrado pela Prof^a. Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal (Presidente) e pelos professores Anna Bernardes da Silveira Rocha, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Stela Cecília Duarte Serenrich (membros). O Sr. Presidente da Fundação Dom Aguirre nomeou a Comissão Interlocutora: Prof. Aldo Vannucchi (coordenador), Sonia Chébel Mercado Sparti (Diretora da FAFI), Geraldo Maria Brocca Casagrande, Manoel Monteiro de Castro Afonso (docente FACCAS) e Benedicto Pagliato (membro). No dia 1º de novembro de 1990 foi publicado no Diário Oficial da União a aceitação da Carta-Consulta da Universidade de Sorocaba (Processo nº 23.001.000001/90-24). O CFE fixou, assim, o prazo de acompanhamento por um período mínimo de dois anos, previsto na legislação vigente; alertou, porém, que era vedado o uso da expressão “Universidade”, enquanto não se fizesse o devido reconhecimento pelo CFE. (CRUZEIRO DO SUL, 1990a)

Do pronunciamento do Prof. Aldo Vannucchi sobre a primeira visita da Comissão pelo CFE, referiu-se ao Projeto Uniso, um esforço conjunto da Prefeitura Municipal de Sorocaba e da FDA, apresentou os membros da Comissão Interlocutora (interna)³⁵ à Comissão de Acompanhamento, fazendo um rápido comentário do envolvimento de cada um deles, quer com a FDA diretamente, quer com a comunidade (CRUZEIRO DO SUL, 1990c).

A Presidente da Comissão pelo CFE³⁶ Professora Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal (Presidente) solicitou que cada membro da Comissão Interlocutora se expressasse com relação ao trabalho a ser realizado.

Durante o processo de transição para a criação da Universidade de Sorocaba, a Comissão de Acompanhamento realizou a integração das FAFI e FACCAS, para se criar um Regimento Unificado, na área administrativa e na área pedagógica. Na época, o relato do Prof. Aldo Vannucchi ao Jornal Cruzeiro do Sul:

[...] essa vinda agregará muito valor ao povo sorocabano e o entorno. Como instituição permeada por princípios éticos e morais, tem em sua missão, preparar profissionais, técnicos e pesquisadores de nível superior, contribuir através do conhecimento para a resolução dos problemas da cidade e região; através de estudos desses problemas, oferecer desenvolvimento social da

³⁵ A Comissão Interlocutora (local) do Projeto Uniso era nomeada pelo Bispo, pois era a FDA a entidade mantenedora que estava pleiteando transformar suas duas faculdades mantidas, em universidade. Porém o bispo ouvia e aceitava as sugestões do Prof. Aldo Vannucchi. Essa Comissão Interlocutora era fixa, somente substituindo seus membros a pedido dos mesmos.

³⁶ Os membros do CFE eram designados por Ato discricionário do Presidente, designando as pessoas, a Comissão de Acompanhamento em Sorocaba era composta de: Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal - Professora na Universidade Federal do Maranhão e membro do CFE, Anna Bernardes da Silveira Rocha do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo e membro do CFE, Stella Cecília Duarte Segenreich - Professora da PUC-RJ e da UERJ e membro do CFE, Paulo Nathanael Pereira de Souza - Professor, Reitor da Universidade Paulista - Osasco, membro da diretoria do CIEE e do CFE.

região, provocando a transformação qualitativa do status quo regional. (CRUZEIRO DO SUL, 1990b).

Em 31 de outubro de 1990, na sede da FDA, a primeira de uma série de dezessete reuniões entre a Comissão de Acompanhamento e a Comissão Interlocutora Local, nomeada pelo presidente da Fundação – Dom José Lambert e integrada pelos membros, Aldo Vannucchi (Presidente), Geraldo Maria Broca Casagrande (Administrador Geral da FDA), Benedicto Pagliato – empresário e representante da comunidade (Conselho Superior da FDA)³⁷, Manoel Monteiro de Castro Afonso (docente da FACCAS), Sonia Chébel Mercado Sparti (Diretora da FAFI) e Ismênia Terezinha Maluche (Secretária do Projeto Uniso) e do Prof. Aldo Vannucchi. (CRUZEIRO DO SUL, 1990c). A cada encontro solicitava-se à Comissão tarefas que resultaram em sete relatórios.

Um pequeno resumo de cada relatório nesse momento é interessante, lembrando que essas informações dos relatórios fazem parte do Processo no. 23001.000001/90-24, quando acolhida a Carta-consulta, pelo Parecer no. 750/90, visando à transformação das Faculdades mantidas pela FDA (FAFI e FACCAS) em Universidade:

Relatório nº 1: contém informações relacionadas à Fundação Dom Aguirre e ao relacionamento com a instituição mantida. Este, aprovado pela Comissão de Acompanhamento e protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE; as situações contábeis, fiscal e econômico-financeira da Instituição estão compatíveis com os fins a que se dedicam e com sua capacidade patrimonial (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1991, p. 1-5);

Relatório nº2: apresenta uma síntese do perfil e da vocação da futura Universidade, constando informações relacionadas ao Projeto da Universidade, sua concepção, filosofia de trabalho, cursos, vagas e a área geoeeducacional de atuação da futura Universidade. Aprovado pela Comissão de Acompanhamento e protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE; o destaque da Comissão quanto à qualidade do documento, não só em relação ao desejo como preceitos de atuação da comunidade universitária que tenta os primeiros passos, mas também pela carência constatada entre o pretendido e as possibilidades reais da Instituição (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1992a, p. 12).

Relatório nº 3: há registrados de como são vivenciados o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo essas três funções essenciais e indissociáveis da universidade.

³⁷ Os conselheiros da FDA sugeriam ao Bispo o nome de uma pessoa para substituir um conselheiro cujo mandato havia findado e já tinha sido reeleito. Os conselheiros aprovavam (ou não) esse nome e o Bispo assinava a Portaria de Nomeação.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento e protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE; nesse relatório, incluídos onze anexos relacionados à produção acadêmica dos docentes; a Comissão de Acompanhamento registra a boa exposição dos dados constantes do documento, refletindo a realidade da Instituição, com excelente detalhamento (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1992b, p. 25).

Relatório nº 4: contém informações relacionadas ao Plano de Organização da futura Universidade, incluindo Estatuto e Regimento Geral. Aprovado pela Comissão de Acompanhamento e encontra-se em condições de ser protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE; esse relatório trata do Regimento Unificado das FIDA, dentre outros, após alterações efetivadas pela Comissão local, em decorrência de propostas formuladas pela Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do CFE, encaminhados ao CFE para efeito de exame final e aprovação (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993a, p. 42).

Em março de 1991, a Presidente da Comissão de Acompanhamento do CFE Prof^a. Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal reafirma que “a unidade FAFI e FACCAS é imprescindível, pois é a fonte de integração da futura Universidade”.

Relatório nº 5: trata de Recursos Humanos da Instituição: corpo docente, sendo destacados seu perfil, tarefas, carreiras, capacitação, remuneração e incentivos, e corpo administrativo.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento e protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE; o relatório apresentou anexos relacionados ao plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo, plano de salários e cargos. De acordo com a Comissão, esses quesitos estão traduzindo o interesse no aprimoramento do desempenho dos recursos humanos para o cumprimento das funções básicas da universidade. A professora Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal, presidente da Comissão, solicitou urgência quanto ao plano de carreira (julho de 1990). (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993d, p 57).

Relatório nº 6: destaca a infraestrutura e os recursos materiais: terrenos, prédios existentes, espaço físico para salas de aulas e convivência dos alunos. Na reunião de dezembro de 1990, a Comissão de Acompanhamento referiu-se à importância de um documento de Identidade e Vocação da pretendida Uniso, dizendo que esse deveria retratar bem o que a função da Fundação, principalmente na sua linha comunitária e humanística, quer nos cursos regulares, quer na extensão (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993e, p. 81).

Relatório nº 7: explicita o Planejamento Econômico-Financeiro da Instituição para o quinquênio 1994-1998, incluindo laudo. Aprovado pela Comissão de Acompanhamento e protocolado na Comissão Especial de Universidades do CFE, após a análise de resultados da Tríade Consultores S/C, especializada em auditorias contábeis. A Tríade, em 1991 e 1992, as dificuldades financeiras enfrentadas pela FDA, em função da crise econômica do país, investimentos em novas obras do campus, exigidas pelo Projeto de Universidade e dissídios. Em 1992, a FDA valeu-se de empréstimos bancários no curto prazo, o que levou ao seu índice de liquidez, mas em 1993 o cenário com superávit. Após nova análise, a Consultoria apresentou o parecer quanto à normalidade financeira, bem como a solidez do patrimônio imobilizado da Fundação (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993f. p. 111).

Todos esses relatórios levaram à redação do Relatório Final “admite-se que a FDA apresenta, agora, condições satisfatórias para transformação das Faculdades isoladas (FAFI e FACCAS) em Faculdades Integradas, as quais seriam denominadas Faculdades Integradas Dom Aguirre³⁸ (FIDA) conforme exigência do MEC para a via de reconhecimento em Universidade”. Os referidos relatórios encontram-se todos registrados em Atas das visitas da Comissão de Acompanhamento designada pelo Conselho Federal de Educação visando à transformação das Faculdades Integradas Dom Aguirre em Universidade de Sorocaba – Uniso, datadas de 30.10.90 a 08.10.93. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 30.10.90 a 08.10.93).

A fim de compreender esse processo de criação da Universidade, convém ressaltar a entrevista do secretário executivo da FDA, Padre Tadeu Rocha Moraes³⁹ que foi mais atuante no momento dos Relatórios de número 4 e 7, referentes a finanças.

Na época de criação da UNISO, as finanças apresentavam sérios problemas, assim como a economia [do país]. Esses problemas estavam mais relacionados aos anos de 91 e 92, originados pela inflação e crise econômica no país na época, mas também pelas despesas volumosas no curto prazo de obras no campus (exigidas pelo Projeto UNISO) e dissídios salariais (docentes e administrativos). A solução foi que a FDA teve que se valer de empréstimos bancários de curto prazo, estendendo-se até 1993, quando o quadro reverteu-se, e, no ano posterior, houve um superávit. (informação verbal)

³⁸ Para o reconhecimento do Projeto Uniso, de acordo com a Conselheira do CFE, Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal relatora do Projeto Uniso, a integração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) e Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba (FACCAS) é um passo fundamental dentro do processo que pretende reconhecer a Universidade de Sorocaba, a criação das FIDA irá adequar as atuais Faculdades às características necessárias à Universidade, tendo um Regimento único. A Comissão interna se reuniu várias vezes para que essa união estivesse de acordo com as diretrizes colocadas pelo CFE, para aprovação das FIDA. O Regimento Unificado que cria as Faculdades Integradas Dom Aguirre (FIDA) foi protocolado no Conselho Federal de Educação (CFE), em Brasília, no início de setembro de 1992, pelo coordenador do Projeto Uniso e diretor executivo da Fundação Dom Aguirre, professor Aldo Vannucchi.

³⁹ Padre Tadeu Rocha Moraes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Como relata o Prof. Mario Biazzi⁴⁰: “a FAFI e FACCAS foram a base sólida para a criação da UNISO”.

Mantendo a visão de que a UNISO seria uma universidade voltada às necessidades da comunidade em que atuava com início do planejamento do campus. Prefeituras, pessoas físicas e jurídicas colaboraram com doações de terrenos e materiais de construção para a futura universidade. (CRUZEIRO DO SUL, 1991, p. 13).

O início do planejamento ocorreu para que houvesse perfeita harmonia, inclusive com os dez cursos superiores já existentes (Filosofia, Geografia, História, Ciências, Matemática, Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis, Administrativas e Econômicas), para refletir as necessidades da cidade, os novos cursos a serem implementados deveriam contribuir para o desenvolvimento da cidade e região.

A Comissão de Acompanhamento (CFE), adequadas às atitudes sociais da FDA quanto à doação de bolsas de estudo para a população, solicitou maior clareza e transparência na identidade da Uniso.

Nas diversas reuniões realizadas entre os membros da Comissão de Acompanhamento (CFE) e a Comissão Interlocutora Local para aprovação da UNISO, um dos temas tratados, a integração da FAFI e da FACCAS, com um único regimento, o mais breve possível, criando um ensaio da estrutura da futura UNISO. Em outros termos, a tônica principal da reunião realizou-se em dezembro de 1991. (CRUZEIRO DO SUL, 1991b).

Em várias reuniões da CFE e a Comissão interna, ênfase à integração das Faculdades mantidas pela FDA para que estas transformassem em Faculdades Integradas. Haveria mudanças no estatuto, na política de ensino e nas normas internas, era necessário um estágio de preparação para a futura Uniso. Sugestões apresentadas no sentido de várias medidas pelos conselheiros do CFE para que agilizar o processo. E os procedimentos, até então realizados, considerados como positivos.

Também foi decidida a dinamização do processo através de encontros mais frequentes, formação de grupos de trabalho e cronograma que permitiriam a melhor execução das tarefas, visando o atendimento das metas propostas pelo CFE.

Em consequência, também foi discutido o cronograma a ser adotado, partindo da redepartamentalização com agrupamento das disciplinas afins, mesmo sendo ministradas em cursos diferentes. A intenção, evitar mudanças abruptas fazendo um ensaio da estrutura que conduziriam a futura Universidade.

⁴⁰ Prof. Mário Biazzi, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Os trabalhos tiveram início a partir de estudos visando à reformulação, à criação e até mesmo extinção de órgãos e instâncias, de acordo com as necessidades do Projeto. Isso sempre obedecendo às normas legais e regimentais. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1991a, p. 10-12).

O Plano de Expansão de cursos, outro tema abordado durante as reuniões. A ampliação dos cursos já existentes pelos conselheiros, possibilitando não somente a licenciatura, mas também bacharelado nas áreas de História, Geografia e Letras, ampliando o número de habilitações e oferta de carreiras em áreas em que a FDA já atuava. Para tanto, a necessidade de ampliação dos espaços físicos da biblioteca, laboratórios e dos próprios cursos.

Na época de todo esse processo, o então prefeito Antonio Carlos Pannunzio salientou:

O Prefeito espera que a Universidade de Sorocaba possa interpretar os problemas de nossa região, e que a comunidade assuma esse projeto, entendendo que 'se ela quiser, ela terá e usufruirá desse empreendimento'. Ele define que 'o que a comunidade quer, o que ela precisa, no fundo no fundo, só a comunidade pode dar' (CADERNO UNISO, 1991, p.1).

Nesse momento do processo de implantação da UNISO, o apoio do poder público que tanto se buscava, especialmente na figura de cinco prefeitos de cidades da Região: José Tadeu Rezende, de Piedade; Dirlei Sallas Ortega, de Araçoiaba da Serra; Jonas de Campos, de Ibiúna; Santelmo Xavier Sobrinho, de Salto de Pirapora; Erival Steiner, de Porto Feliz. Em 23 de outubro de 1991 todos compareceram juntamente com os representantes das cidades de Tapiraí, Boituva e Salto, para um encontro com o Prefeito de Sorocaba.

O poder público através das prefeituras buscou apoiar, financeiramente, as viagens e os contatos feitos em Brasília no processo de criação, que havia iniciado em março de 1988. Várias reuniões aconteceram entre a Comissão de apoio à Universidade de Sorocaba e diversas pessoas influentes das cidades vizinhas que, de alguma forma, seriam beneficiados com a chegada da UNISO.

O grupo de autoridades em Sorocaba, com o prefeito Antonio Carlos Pannunzio e o coordenador do Projeto (Prof. Aldo Vannucchi), cujo tema principal discutido havia sido o envolvimento e apoio das cidades para a criação da Universidade, tratou-se de diversos detalhes, bem como informações para esses parceiros. Nesse momento, foi discutida a maneira como cada município poderia contribuir com o Projeto.

Efetivamente essa parceria das prefeituras, deu-se pela proposta do Prof. Aldo Vannucchi, referente ao projeto Uniso aos prefeitos, no sentido de explicar em detalhes

o projeto por meio de várias visitas às cidades vizinhas para trazer essa parceria. Nessas visitas, muitas pessoas das diversas cidades do entorno não sabiam o que era uma Universidade, apenas a PUC e FADI. Nessa apresentação houve cidades como Tietê, Votorantim, com motivação maior pelo projeto, destacando a cidade de Votorantim que fez uma doação de área, com intuito de que mais tarde houvesse a implantação do curso de Odontologia no Jardim Serrano. Posteriormente, a devolução da área, em razão da não abertura do curso, vale ressaltar que a área física tinha sérios problemas de saneamento básico. A Prefeitura de Sorocaba realizou a doação de terra no Ibiti do Paço e buscou colaborar a fim de suprir as necessidades existentes.

Desse encontro, a certeza de que era crescente o interesse pelo empreendimento o qual ganhava novos adeptos na cidade e no entorno. (DIÁRIO DE SOROCABA, 1991, p.12).

Na ocasião, o prefeito de Sorocaba, Antonio Carlos Pannunzio e o professor Aldo Vannucchi salientaram a importância e a necessidade da criação da Universidade para a região, receberam apoio do empresário Sr. Camilo Júlio⁴¹. Em seu discurso, o Prefeito avalia que Sorocaba e Região ficaram para trás em relação a outras localidades do Estado, pois ainda não havia uma Universidade. Camilo Julio lançou o desafio a toda comunidade, cobrando o engajamento com a futura UNISO. Como se percebe, os parceiros aderiram à ideia e somaram forças com a Coordenação e com o poder público (CADERNO UNISO, 1991b, p. 1).

O projeto da Universidade de Sorocaba representava algo importante para toda a população de Sorocaba e seu entorno. Tratava-se de um investimento, certamente não o único necessário na cidade, mas que contribuiria exemplarmente para a possibilidade de um futuro melhor na região, no que tange a oportunidades de conhecimento, uma vez que o empreendimento traria desenvolvimento da mão de obra para a cidade e região.

No entanto, um projeto que representava algo para o futuro, algo necessário para a atual situação, pois a sociedade começava a crescer de forma acelerada, enfrentava novos desafios, e um aprimoramento da mão de obra, aplicação de novas tecnologias e desenvolvimento intelectual.

Naquele momento, a realidade de Sorocaba, em função de seu crescimento, buscava contar com a importação de soluções de outros centros mais desenvolvidos, essas soluções prontas, elaboradas a fim de atender aos problemas específicos das cidades de origem, não adequadas para Sorocaba; além de não serem duradouras,

⁴¹ O empresário sorocabano Camilo Júlio (ex aluno do curso de Geografia da FAFI), fez uma doação de CR\$ 5.000,00 para o Projeto Uniso.

necessário um investimento no intelectual, ampliando a produção do saber, a produção científica. Dessa forma, a Universidade de Sorocaba era algo importante e urgente para todos: alunos, professores e toda a comunidade da região (CADERNO UNISO, 1991c).

Em continuidade com as exigências do CFE, em outubro de 1991, aprovado o primeiro relatório apresentando as informações sobre a instituição mantenedora; e o segundo, em fase final de aprovação. Este relatório é considerado o mais complexo e demorado, dentro do processo da UNISO, por meio de temas como concepção e filosofia, mudanças na instituição e comunidade acadêmica; temas pertinentes ao projeto Uniso, uma vez que o perfil da mantenedora tem que estar alinhado com a instituição e comunidade. O trabalho, em sua elaboração, valeu pelo resultado, o conteúdo foi elogiado pela Comissão, sendo solicitadas mudanças apenas no formato. (DIÁRIO DE SOROCABA, 1992)

O próximo passo para dar continuidade ao processo de análise da futura UNISO, a elaboração e apresentação dos cinco últimos relatórios parciais, que se referem a funções: ordenamentos institucionais; recursos humanos; recursos materiais e infraestrutura e planejamento econômico-financeiro. De caráter menos complexo, portanto de mais rápida análise, todos aprovados. Ainda, um relatório final, em que se organizava a síntese de todos os demais relatórios parciais.

Com todas as suas exigências e trabalhos solicitados, o acompanhamento realizado pelo CFE, de grande valia para a comissão local, pois se pôde ter uma percepção mais ampla, não só do que vem a ser uma Universidade, mas, sobretudo, do que a UNISO pretendia ser.

No mês de maio de 1992, a possibilidade de a UNISO ser transformada em Universidade Comunitária. Para tanto, havia sido marcado um encontro na FDA, sob o tema “Universidade Comunitária – Viabilidade, Envolvimento e Participação”.

O evento apresentou a participação de Reitores das Universidades de Ijuí e da Universidade Metodista de Piracicaba. Nessa época, o sul do país representava reduto de universidades comunitárias. Esse encontro, com intuito expor experiências sobre o tema e debater com os participantes do evento, contou com a presença de diversas autoridades, convidados, além das comissões de apoio à UNISO e toda a comunidade interna da FDA (CADERNO UNISO, 1992a, p.4).

Em função da identidade e vocação cristã da mantenedora, foi possível definir com clareza os objetivos gerais e específicos, os princípios pedagógicos, as linhas básicas de ação e as metas prioritárias, da futura Universidade para os próximos anos.

(UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1990, p. 1-6). Essas diretrizes apresentavam no Regimento interno. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1991b, p.15).

Um ponto favorável para que a Uniso se tornasse uma Universidade Comunitária correspondeu ao fato de a Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal, presidente da Comissão para a análise do Projeto Uniso, ter solicitado, na segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento, que a FDA deveria “seguir o modelo de prestação de serviços educacionais, ou seja: um modelo voltado a ações para a comunidade”, segundo a Conselheira, uma forte característica das Universidades Comunitárias (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1990a, p. 18).

Para o Prof. Aldo Vannucchi⁴²:

A organização comunitária da Universidade de Sorocaba espelhou-se nas Comunitárias principalmente do Rio Grande do Sul. E, para seguir o mesmo molde, o Prof. Aldo Vannucchi vislumbra um plano de parceria com a Prefeitura local, em que era proposta parcela de uma verba (possivelmente 2% do orçamento anual do município) que ajudaria em muito. Isso seria importante para que a universidade não dependesse tanto de mensalidades para sobreviver e, em contrapartida, pudesse destinar mais bolsas de estudo. A proposta previa que as Prefeituras fossem co-mantenedoras da UNISO, assim poderiam usufruir de projetos que seriam coordenados pela universidade e implementados nessas Prefeituras. (informação verbal)

Outros projetos, em curso de serem concretizados, agora voltados especificamente ao corpo docente. Uma dessas ações, a implantação do Plano de Carreira (assunto tratado e discutido desde a 3ª Reunião até o final).

Para comprovar o avanço ocorrido no que se refere ao corpo docente, na instituição, na época, vinte professores cursando Mestrado e outros nove, o Doutorado, em preparação para uma Universidade. Tornava-se indispensável que as Faculdades se agregassem a fim de se empenharem tanto no âmbito administrativo como no âmbito acadêmico, criando-se, assim, a consciência da importância de um Regimento Unificado, sendo uma preparação e ensaio para o Regimento Geral da UNISO. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1990b, p. 22).

O passo seguinte, aprofundar e dinamizar as três funções típicas de uma Universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Tarefa muito importante, à luz do Projeto UNISO, como algo prioritário a todos os segmentos. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1991c, p. 47).

Com isso, a melhoria progressiva dos serviços oferecidos pelo Núcleo de Multimeios e pela Biblioteca, com o acervo consideravelmente acrescido; a informatização e a ampliação de espaço físico privilegiadas dentre as ações em andamento. Sensível melhora, também observada nos Laboratórios de Física, Química, Biologia, Informática e o Laboratório de Línguas, além do aumento significativo dos

⁴² Prof. Aldo Vannucchi, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

equipamentos gráficos. Essas melhorias são frutos da análise do relatório no. 06, dado pelo parecer da Comissão do CFE. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1991c, p. 52).

Vê-se neste estudo que a UNISO sempre foi um projeto ambicioso e que não acomodaria-se jamais, fato esse comprovado nos dois anos estabelecidos de prazo pelo CFE, quando da necessidade de criação de novos setores, sendo necessário sempre oferecer aos seus funcionários seguidas oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

Ao longo desses dois últimos anos, dentro do cronograma estabelecido pelo CFE, de quatro anos, aconteceram dezessete visitas da Comissão de Acompanhamento, tornando o relacionamento mais estreito entre as comissões (externa do CFE e a local) e criando o envolvimento necessário para as lacunas e para que se oferecessem conselhos quanto às potencialidades a serem exploradas.

Merece também registro, como atividade desenvolvida nesse processo, a procura de área adequada para abrigar o campus da UNISO. O local enfim, encontrado, contando com 152.980m². O espaço desmembrado do terreno do “Lar Escola Monteiro Lobato”, em excelente posição geográfica e de fácil acesso regional. (CRUZEIRO DO SUL, 1992a).

Em 1992, como ainda estava prevista mais uma visita durante o mês de novembro, a Comissão de Acompanhamento fez uma análise do processo de reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas, que já fora protocolado no CFE, em Brasília.

Por fim, os membros da Comissão receberam a primeira redação do sexto Relatório Parcial que mostrava os recursos materiais e infraestrutura da Instituição. Foi realizada visita às dependências da Biblioteca, concluindo assim a agenda da Comissão com a UNISO. (CADERNO UNISO, 1992c, p. 1).

Para apresentação e análise de todo esse processo, foram entrevistadas pessoas envolvidas na longa jornada de criação da Universidade de Sorocaba. Deve-se lembrar que há entrevistados que estavam a favor do Projeto de criação, outros contrários, não à criação em si, mas contra o sistema pelo qual essa foi elaborada.

Para a Profa. Dulcina Guimarães Rolim⁴³,

Voltando aos princípios que nortearam a criação da UNISO, esta tinha uma identidade nas Ciências Humanas, especificamente nas Licenciaturas, e atualmente essa identidade, com o passar dos anos e da mudança também de mercado, tornando-se mais competitivo, a UNISO teve que entrar nessa ciranda do mercado, senão estaria fora. Por depender de recursos de mensalidades para sua sustentação, houve certa mudança de foco de acordo com a época. Em 1980, era o período de auge das licenciaturas; Em 1990, a Administração exerceu o domínio; recentemente, na década de 2000, as Engenharias estão em destaque. Isso comprova que a

⁴³ Profa. Dulcina Guimarães Rolim, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

identidade de uma instituição de ensino precisa acompanhar as mudanças do mercado. É preciso, ainda, investir em cursos de Pós-Graduação voltados para tema de interesses atuais, visando à promoção de profissionais e cidadãos mais preparados para atuarem nesses mercados emergentes. (informação verbal)

O Padre Tadeu⁴⁴ faz questão de ressaltar:

O Prof. Aldo teve ajuda muito importante de Jorge Narciso de Matos⁴⁵, pois este trabalhava em Brasília e foi importante para facilitar os trâmites das obrigações que a Faculdade precisava cumprir de acordo com as diretrizes da Comissão do CFE. Essas obrigações eram condições para depois obter o título de Universidade. É importante deixar claro aqui a intenção da própria Comissão em cumprir com as exigências, uma vez que assumia o compromisso com a comunidade. (informação verbal)

De opinião não muito diferente dos demais, o Prof. Oswaldo Bazzo⁴⁶ diz:

O Prof. Aldo, com o bom relacionamento de que dispunha, mesmo frente às adversidades que ainda teriam que ser transpostas, não desanimou, buscando sempre novos apoios. Se não fosse pelo empenho do Prof. Aldo, certamente a UNISO não seria criada. Outro motivo que levava o grupo contrário a reclamar é o fato de que houve dinheiro da Prefeitura para apoiar a UNISO, inclusive em viagens à Brasília. Na visão desse grupo, essa verba deveria ser usada para outros fins, uma vez que o prefeito era ligado à Igreja e a população de Sorocaba não era 100% católica. Nota-se que questões de ideologia estavam implícitas nesse cenário. (informação verbal)

O Prefeito Antonio Carlos Pannunzio⁴⁷ declarou:

Em todas as ações há sempre muito questionamento. Sempre há pessoas que têm a mente conservadora e que querem manter o status quo vigente. Essas, certamente, sentem-se incomodadas com a chegada de uma Universidade, mas ela era fundamental à região, para que a cidade e o seu entorno se projetassem no cenário dos grandes municípios. (informação verbal)

Fazendo uma comparação entre os depoimentos, observam-se algumas convergências:

- O despertar para essa busca vinha desde 1957, uma vez que havia as faculdades de Medicina, Filosofia e Direito. Dessa época, se deu a ideia de união e criação de uma Universidade, mas por diferenças entre as identidades, isso não foi possível;
- A criação da Uniso era um desejo de muitos, mas a iniciativa vinha do Prof. Aldo Vannucchi, pela experiência acumulada em sua vida profissional como educador, e com a participação de várias pessoas, empresários, poder público e a mantenedora;
- No exercício de uma profissão, seria muito mais vantajoso caminhar em direção a uma Universidade, do que ficar em Faculdades isoladas;

⁴⁴ Padre Tadeu Rocha Moraes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

⁴⁵ Jorge Narciso de Matos-Membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, colaborador do Projeto Uniso.

⁴⁶ Prof. Oswaldo Bazzo, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

⁴⁷ Prefeito Antonio Carlos Pannunzio, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

- Sorocaba na época não havia Universidade e para o desenvolvimento da cidade como um todo era muito importante esse empreendimento;
- Muitos sorocabanos estudavam fora da cidade, por não ter opções mais diversificadas de cursos, algo que somente uma Universidade poderia oferecer;
- Havia um grupo de pessoas contrárias ao projeto, professores e o vereador Gabriel Bittencourt. Não eram contrárias ao projeto em si, ou seja, à criação de uma Universidade, mas sim ao processo gerido naquele momento. O vereador que era contra cobranças de mensalidades e contrário à oferta dos cursos propostos pela instituição, pois em sua opinião os cursos a serem oferecidos estavam na contra mão da atividade comercial da cidade. E deixava claro um desejo de que a futura Universidade fosse federal ou estadual.

Importante salientar que na cidade e entorno nem todos conheciam sobre o projeto Uniso, embora esse tivesse sido amplamente divulgado na própria FAFI; no início, aconteceram debates, incluindo a comunidade, mas ainda assim, muitas pessoas não imaginavam a importância da Uniso e dos benefícios que poderiam ter com a sua criação na cidade.

Após a aprovação da Carta-Consulta e a criação da Universidade, muitas tarefas se desdobraram, pois agora o status era o de Universidade, tendo autonomia para criação de novos cursos de acordo com a demanda da cidade e entorno, mixando com o distrito industrial, para atender às necessidades do polo industrial.

Com a unificação da FAFI/FACCAS vem à tona finalmente o Regimento Unificado, que cria as Faculdades Integradas Dom Aguirre (FIDA), protocolado no CFE, em Brasília, no início de setembro de 1992, pelo coordenador do Projeto UNISO e diretor executivo da FDA, professor Aldo Vannucchi. (CRUZEIRO DO SUL, 1992b, p.20).

Nesse mesmo processo, foi protocolado o reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas. Ambos os processos passaram imediatamente do protocolo para as mãos da conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal, relatora e presidente da Comissão de Acompanhamento do Projeto UNISO, bastaria agora que esse reconhecimento entrasse na pauta da reunião do CFE (VANNUCCHI, 2012).

O fato de o protocolo ter sido rapidamente respondido e, dado o interesse da Conselheira pelo processo, indicou excelentes perspectivas no encaminhamento do Projeto UNISO (CADERNO UNISO, 1992d, p.8).

Em agosto, a Comissão Coordenadora do Projeto Uniso iniciou a avaliação dos documentos de viabilização da UNISO, extraídos do Proplan⁴⁸ (Programa de Planejamento), realizado em 1991 no Rio de Janeiro. Essa avaliação faz parte dos procedimentos habituais a serem cumpridos.

Dezenove projetos, analisados pela Comissão Interlocutora (interna) durante as reuniões semanais. A partir deles, sugestões e apontamentos seriam feitos para que sua prática contribuísse para o reconhecimento da UNISO. Esses projetos, cada qual com um ou mais responsáveis em grupos, estão divididos em seis diferentes linhas de ação.

A primeira tratava de criar e manter uma estrutura organizacional que harmonizasse o funcionamento de todos os órgãos e setores por meio de um sistema adequado de interação e comunicação. Nessa primeira linha, os seguintes projetos: estabelecer um plano de melhoria dos recursos humanos, físicos e técnicos para dotar a Universidade de agilidade estrutural-operacional e financeira; implantar os planos de carreira, docente e administrativa e desenvolver a comunicação interna e externa. Na segunda linha de ação, o foco em oferecer efetivas condições para a pesquisa e a pós-graduação. Nessa linha, havia os seguintes os projetos: explorar fontes internas alternativas de financiamento da universidade e explorar fontes externas, públicas e privadas, de financiamento da universidade. A terceira linha de ação tem como propósito articular e desenvolver a integração de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos cursos atuais e, também, de outros novos já previstos.

Esse grupo contava com os projetos: analisar e avaliar os cursos, através dos seus currículos, redefinindo o perfil profissiográfico de cada um, os objetivos propostos e os resultados alcançados, numa política de ensino que tenha em vista os objetivos da futura universidade; desenvolver e implementar uma política de pesquisa que a valorize como algo inerente ao contexto didático-pedagógico; consolidar os programas de extensão em andamento e incrementá-los, numa política extensionista coerente com os objetivos da instituição e preparar a criação dos novos cursos de graduação previstos no Projeto UNISO.

⁴⁸ Os integrantes das linhas de ação dos projetos foram designados pelo Prof. Aldo Vannucchi, sendo: Aldo Vannucchi (Coordenador do Projeto Uniso), Sonia Chébel Mercado Sparti (Diretora da FAFI, membro nato da FDA e membro da Comissão Interlocutora do Projeto Uniso), Acrísio Pereira da Silva (Vice-Diretor da FACCAS), Alexandre Luiz Carli (Professor da FACCAS), Salvador Mór de Lima (Professor da FAFI e membro da Comissão Interlocutora do Projeto Uniso), Robinson Luz, (Professor da FAFI e encarregado da informatização da futura universidade), Ana Maria Gurgel de Oliveira Gonzalez (Professora da FAFI e Coordenadora dos Cursos de Especialização e de Extensão e membro da Comissão Interlocutora do Projeto Uniso), Geraldo Maria Brocca Casagrande (Administrador Geral da FDA e membro da Comissão Interlocutora do Projeto Uniso).

A ideia principal era criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos como dos profissionais de sua área de influência. Esse grupo desdobrou-se em outro o qual compôs a quarta linha de ação, contando com os seguintes projetos: aumentar progressivamente o número de doutores e mestres, visando à melhor qualificação docente e implantar novos cursos de pós-graduação lato sensu e os primeiros de pós-graduação stricto sensu.

A quinta linha de ação visava fortalecer a identidade comunitária pela interação da universidade com sua área de influência nos campos de cultura, educação e saúde e teve dois projetos: aprofundar o caráter comunitário da instituição e expandir os serviços comunitários da Instituição.

Finalmente, a sexta linha de ação o objetivo era elaborar e executar plano de ampliação de sua infraestrutura física para os cursos atuais e já pensando naqueles que estavam previstos também. Esse item muito importante do ponto de vista do desenvolvimento e garantia de qualidade do ensino. Faziam parte dessa linha de ação os projetos: ampliação e otimização das instalações físicas da infraestrutura atual e projeção da infraestrutura prevista para novos cursos. (CADERNO UNISO, 1992e, p.8)

Nesse processo, a transformação das FIDA em Universidade de Sorocaba seguiu exemplarmente todas as regras exigidas; como resultado, foi reconhecida a seriedade do empreendimento. Das exigências primeiro, houve a fase preliminar, de elaboração, protocolo, análise e aprovação da Carta-Consulta, documento com que a FDA comprovou suas condições legais, jurídicas, patrimoniais e acadêmicas para pleitear a UNISO.

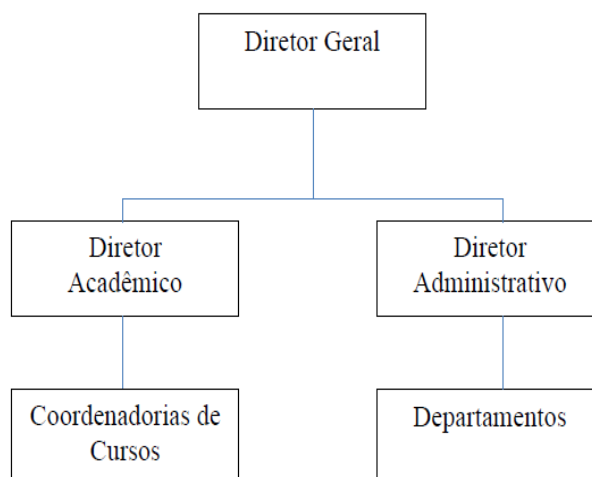
Em seguida, a necessidade de integração das faculdades mantidas pela Fundação Dom Aguirre, criando-se o Regimento Unificado. Essa etapa aprovada em janeiro de 1992, pelo CFE, em sua primeira reunião do ano. A partir da Portaria nº 210 de 19/02/93 do CFE, aprovou o regimento Unificado das FAFI e FACCAS surgindo assim as Faculdades Integradas Dom Aguirre (FIDA). (CADERNO UNISO, 1992f, p.2)

Para o presidente da FDA, entidade mantenedora das FIDA, arcebispo Dom José Lambert, a fusão das Faculdades traria maior participação e representatividade para a cidade e região, resultando em melhoria na qualidade de ensino. “É mais luz, mais organicidade e mais unidade para a Fundação Dom Aguirre”, afirmou Dom José Lambert. (CADERNO UNISO, 1993a, p.2).

Uma série de alterações sucederam-se após a aprovação do Regimento Unificado. Um grande número de mudanças internas (estrutura, Regimento Unificado,

exigências acadêmicas e alteração do organograma das Faculdades). Mudanças nos cargos⁴⁹ de Diretor Geral, ocupado pelo professor Aldo Vannucchi; Diretor Acadêmico, pelo professor Jayme Rodrigues de Almeida Filho; Diretor Administrativo, pelo professor José Fernandes Galduróz, além das Coordenadorias de Cursos e dos Departamentos, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 - Organograma



Fonte: Elaboração do autor (2015)

Quanto à estrutura física, também foram efetuadas todas as alterações necessárias para atender às exigências constantes do novo Regimento, demonstrando o empenho em fazer da UNISO um nome forte na história da educação de Sorocaba.

Em entrevista ao jornal, o presidente da FDA comenta sobre a criação das FIDA:

Há necessidade de mais unidade para que as Faculdades não sejam dispersas, pois uma Instituição de ensino não pode caminhar esfaceladamente. Além disso, para que progrida, tem que ter organicidade, como um corpo e seus membros, todos lutando para o desenvolvimento de todos, e isso, certamente, o Regimento Unificado nos trará.

[...] as FIDA trarão uma série de benefícios à comunidade de Sorocaba e Região, por poder estar mais presente com suas unidades de ensino, e tornarão mais próxima a futura Universidade de Sorocaba. A Universidade é uma necessidade e uma certeza na região. A FDA quer continuar humilde, mas quer ser o pano de fundo e o pedestal de sermos e termos a UNISO. Agora, passamos às FIDA e, em breve, seremos a UNISO. Estamos concluindo uma fase de preparação para a Universidade, um trampolim pedagógico (DIÁRIO DE SOROCABA, 1993a, p. A2)

Quanto à fala do presidente da FDA, não se pode negar que, para uma região alcançar melhoria significativa da qualidade de vida individual e coletiva, há de se

⁴⁹ A nomeação desses cargos de Diretoria das FIDA, eram através da construção do Regimento Unificado. Diretor da FAFI, assumiria a Pró-Reitoria Acadêmica, Diretor da FACCAS assumiria a Pró-Reitoria Administrativa e o Diretor Geral-Prof. Aldo Vannucchi.

investir na educação. Para avançar no desenvolvimento cultural, político e econômico de nossa região, a Educação é a forma mais garantida. A educação é o caminho para o futuro e o futuro se faz no presente. Agregando expectativas e forças da comunidade interna da Fundação Dom Aguirre, bem como de lideranças políticas de toda a região, o Projeto UNISO está crescendo em dimensão e qualidade.

Como mencionado, a unificação da FAFI e FACCAS, agora chamada de Faculdades Integradas Dom Aguirre (FIDA) – um marco importante na realização da Universidade de Sorocaba.

Igualmente considerável, a participação dos professores, funcionários e alunos. Apesar da insegurança inicial, pode-se comprovar que professores, funcionários e alunos compartilharam dessas mudanças e são protagonistas desse importante momento da história da Instituição. Todos participaram de maneira ativa, dessa ideia, através dos canais de comunicação interna, avisos nos murais da Faculdade e a comunicação externa.

Além desses importantes atores citados, a comunidade de Sorocaba e região também acompanharam com inspirada atenção e engajamento na criação da Universidade e a sociedade, a maior beneficiada. O desenvolvimento da região necessitava da descoberta de novos conhecimentos e tecnologias e foi facilitado com a existência de uma Universidade voltada à Região (CRUZEIRO DO SUL, 1993a).

Em janeiro de 1993, houve um encontro de prefeitos de dezesseis municípios da Região de Sorocaba. Este é outro ponto indiscutivelmente decisivo para o sucesso do projeto UNISO, ou seja, prefeitos e representantes tiveram a oportunidade de se inteirar de diferentes propostas de serviços às suas administrações e da importância da futura UNISO ter seu apoio, uma vez que, além de comunitária, a Universidade seria regional, beneficiando não apenas uma cidade, mas todo seu entorno. (DIÁRIO DE SOROCABA, 1993b, p.4).

É sempre oportuno lembrar que a função de uma Universidade não se restringe apenas à transmissão do conhecimento previamente produzido, mas seguir buscando a produção de novos conhecimentos possíveis, por meio de pesquisa e da própria prestação de serviços à comunidade.

No encontro, os prefeitos e seus representantes ouviram propostas de parceria que visavam ao desenvolvimento de toda a região de Sorocaba. Seis projetos de prestação de serviços foram apresentados com os seguintes títulos: O Brasil e o Plebiscito de 1993. O que fazer?; Informatização nas Prefeituras; Gestão Pública: uma

proposta de desenvolvimento; Repensando a Educação Pré-Escolar; Planejamento do Meio Ambiente e Serviço Social.

A sexta proposta referia-se a um convênio entre as prefeituras e as FIDA para que essas repassassem uma pequena parcela de seus orçamentos à futura UNISO, o que garantia uma das características essenciais: a de Universidade regional.

A contrapartida oferecida seria que essas prefeituras passariam a integrar a Instituição, podendo participar de suas decisões como co-mantenedoras, além do fato de que, com maior orçamento, a Universidade teria a oportunidade de beneficiar os alunos dos municípios, cujos prefeitos estavam ali reunidos. (DIÁRIO DE SOROCABA, 1993c, p. 5).

O prefeito de Sorocaba, Paulo Francisco Mendes, manifestou sua intenção de encaminhar o projeto à Câmara Municipal, aceitando a proposta de tornar a Prefeitura com a mantenedora da futura Universidade de Sorocaba. Vale ressaltar que na semana seguinte ao evento, várias prefeituras contataram as FIDA em busca de mais informações sobre os projetos, demonstrando interesse na prestação de serviços e até mesmo no convênio. Entre outras, pode-se citar a Prefeitura de Tapiraí, por intermédio de seu prefeito, João Batista Machado, que solicitou um pré-estudo de planejamento ambiental para o município e buscava a obtenção de verbas junto ao governo para sua viabilização.

O prefeito deixou claro que Tapiraí enfrentava dificuldades relacionadas ao seu desenvolvimento, uma vez que toda a sua área se encontrava na Serra do Mar, sendo considerada de proteção ambiental. Os professores Marcos Martins e José Salatiel, este último doutorando na área de planejamento ambiental, desenvolveram o pré-projeto e o encaminharam ao prefeito. Isto deixou claro que a parceria poderia ser muito interessante aos municípios, pois a universidade ofereceria assessoramento de alto nível e baixo custo.

Dessa forma o Projeto UNISO trouxe novos aliados para o reconhecimento da futura Universidade. (CRUZEIRO DO SUL, 1993b, p. 11).

Nesse estágio, já era possível imaginar a futura Uniso, pois com a unificação do Regimento das Faculdades isoladas e a criação das FIDA, tendo o apoio da FDA e do poder público, um grande passo conquistado.

Seguindo o percurso realizado pelos responsáveis pelo projeto UNISO, relata-se que a comissão de Acompanhamento do Projeto realizou nos dias 2 e 3 de março a sua primeira visita do ano à FIDA.

Os principais pontos abordados na oportunidade foram os seguintes: Relatório Parcial nº 4 (parte jurídica), Plano de Desenvolvimento da Informática (PDI); Plano de Carreira Docente; Avaliação dos Cursos e a definição da data para a próxima visita, marcada para os dias 11 e 12 de maio.

O encontro do prefeito de Sorocaba, Paulo Francisco Mendes, com os membros da Comissão, participando da cerimônia de posse dos novos diretores, chefes de Departamentos e coordenadores de Cursos das FIDA.

A respeito do Relatório Parcial nº 4, que trata dos ordenamentos jurídicos da Universidade, esta não deveria haver preocupação, mas sim manter e tornar fortes os Departamentos, assim como também não havia necessidade de um Conselho Administrativo.

A Comissão de Acompanhamento enfatizava que o importante, naquele momento, era absorver ao máximo a experiência que proporciona a integração das Faculdades, orientando para que a transição fosse absoluta, ficando a mantenedora como Instituição Jurídica e todo o restante, gradualmente, passando ao controle das FIDA. (CADERNO UNISO, 1993b).

Em continuidade do processo no dia 2 de março de 1993, na referida solenidade que contou com a presença dos membros da Comissão de Acompanhamento do projeto UNISO, tomaram posse os novos diretores, chefes de Departamentos e coordenadores de Cursos das FIDA. O presidente da Fundação Dom Aguirre, arcebispo Dom José Lambert, professores e funcionários também compareceram à cerimônia que marcou oficialmente a criação das FIDA. (CADERNO UNISO, 1993c, p. 4).

Em seu discurso, Dom Lambert comenta de todo o apoio que a FDA vinha dando ao projeto que pretendia reconhecer a futura Universidade de Sorocaba, considerando a criação das FIDA um passo dos mais significativos para se alcançar o fim desejado. O Arcebispo frisou, principalmente, a necessidade de Sorocaba e região contarem com uma Universidade, pois acreditava ser um fator decisivo no desenvolvimento de toda a região.

Para o professor Aldo Vannucchi, um momento histórico, marcando um novo período a ser vivido pelas FIDA. As FIDA eram uma excelente oportunidade para vivenciar e experimentar o que deveria ser a estrutura da UNISO. Ao final de sua fala, convidou a todos a se engajarem na missão de reconhecê-la. (CRUZEIRO DO SUL, 1993c, p.2).

De acordo com as instruções da Comissão do CFE, foi criado o Regimento Unificado, numa estrutura para as FIDA, semelhante àquela que deveria existir quando

do reconhecimento da UNISO. Afinal, as Faculdades Integradas passaram a existir justamente em razão de todo o processo desenvolvido a partir da aprovação da Carta-Consulta pelo CFE, em outubro de 1990.

A partir desse momento, vem um período de adaptação para a transformação maior: a universidade. Nesse contexto, as FIDA exerceram um papel fundamental, obrigando-se a uma integração em todos os sentidos.

Essa preocupação com a unificação já vinha há muito tempo, pois em vinte de agosto de 1992, o Prof. Aldo redigiu uma carta à FDA, relatando a preocupação do Regimento Interno das Faculdades (FAFI/FACCAS) para se transformarem em FIDA, atendendo às exigências da Comissão de Acompanhamento do Projeto Uniso, nomeada pelo CFE.

Trata-se de uma nova medida necessária e obrigatória para o caminho em busca da Universidade. Para essa elaboração do Regimento a Comissão Coordenadora do Projeto Uniso, recebeu várias sugestões dos Professores de ambas as Faculdades.

No texto enviado à Comissão de Acompanhamento (CFE), encontraram duas irregularidades: Regimento interno aprovado pela Comissão interna, tratava da justaposição das Faculdades e não de integração, a outra: foi a escolha do voto direto para os dirigentes, o qual seria uma imposição à Entidade Mantenedora. De acordo com a Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal (CFE), FAFI e FACCAS seriam integradas num Regimento Unificado para depois tornarem-se FIDA, um passo para a futura Uniso. Esses assuntos foram tratados entre a Conselheira e o Presidente da FDA.

A Comissão Interlocutora (interna) se reuniu para fazer as correções a pedido do CFE. O Prof. Paulo Natanael⁵⁰ fez comentários: as FIDA, que serão norteadas por esse Regimento, é uma instituição nova, pertencente à FDA (mantenedora), não se tratando, portanto, de uma simples reforma regimental. Entretanto alguns pontos precisam ser corrigidos, ou pela ilegalidade ou por inadequação, sem falar nos pontos omitidos. Um dos pontos omitidos foi o que dispõe sobre o voto direto para Diretor Geral.

A Comissão considerou o fato da imposição à Mantenedora e aos órgãos que mantêm as duas Faculdades justapostas, cada uma com seu Diretor e Conselho. Embora isso ocorresse, foram indicados como omissão a falta de uma Diretoria Administrativa e não Gerência Administrativa, além da falta de direitos do corpo docente. O assunto da

⁵⁰ Prof. Paulo Natanael era Presidente do Conselho de Educação do Estado de S. Paulo, fez parte do processo de criação por indicação do Conselho Federal da Educação (CFE).

integração das Faculdades isoladas iniciou na 1ª. Reunião em 1991 e terminou em novembro de 1992. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1990c, p 28).

Assim que essas irregularidades vieram a tona, a Comissão interna analisou criteriosamente com o propósito de saná-las. Após as correções, o Regimento passou a aprovação pelo Conselho Superior da FDA e em seguida protocolado no Conselho Federal de Educação.

Os objetivos das Faculdades Integradas estavam bastante claros: ministrar o ensino superior em todas as suas modalidades; desenvolver a pesquisa científica; praticar a extensão, sob forma de cursos e serviços; formar profissionais e pesquisadores, participar ativamente com a comunidade local e regional, na identificação, estudo e solução dos problemas econômicos, sociais e culturais, estimulando a integração ampla e criativa dos docentes e alunos.

Assim como possibilitar a expressão responsável e solidária de diferentes linhas de pensamento, gerando um clima de abertura e liberdade e, finalmente, absorver experiências acadêmicas e divulgá-las, por meio de intercâmbio com instituições e órgãos de ensino, pesquisa e extensão.

Visando à administração, as FIDA eram compostas de órgãos deliberativos, executivos e suplementares.

Os órgãos deliberativos compostos por: Conselho Superior (CONSU), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Assembléia Departamental, cada qual dentro de um setor específico de atuação.

Os órgãos executivos das FIDA desdobravam-se em: Diretoria Geral, Diretoria Acadêmica, Diretoria Administrativa e Chefia de Departamento, cujos titulares eram Aldo Vannucchi, Jayme Rodrigues de Almeida Filho e Danilo Abdelnur de Camargo, respectivamente, os órgãos suplementares estavam a cargo dos Departamentos. (VANNUCCHI, 2012, p.148).

Nessa nova estrutura, as relações entre a Mantenedora: a FDA e as FIDA modificam-se. As FIDA têm na FDA a entidade responsável por elas, perante as autoridades e órgãos públicos e o público em geral. A FDA - mantenedora oferece as condições de funcionamento, disponibilizando bens e assegurando recursos humanos e financeiros. Com o novo Regimento Unificado, as FIDA passam a ter vida própria, respondendo por decisões e metas tomadas e estabelecidas como unidade responsável pelos seus atos.

Em março de 1993, a Câmara proferiu uma sessão extraordinária para discutir o projeto de lei que autoriza a Prefeitura da cidade de Sorocaba a doar um imóvel à FDA

para a construção de um campus para a UNISO, esse projeto gerou muita polêmica durante as sessões. Alguns vereadores alegavam a falta de transparência por parte da mantenedora da UNISO, a FDA, no que tange à discussão acerca da construção do campus para a UNISO.

Após essa sessão, vieram outras e, finalmente, a doação foi aprovada - uma área de sete mil metros quadrados para a construção do campus. Corroborando a vitória, a Câmara e a Prefeitura de Votorantim se manifestaram a favor da aprovação do projeto de cessão de outra área de cento e quarenta e cinco mil metros quadrados. Nesse contexto, o projeto segue para a sanção do Prefeito Paulo Francisco Mendes (CADERNO UNISO, 1993d, p. 3)

Paralelamente, em abril de 1993, outro documento transitava na câmara: a aprovação do projeto de lei que previa subvenções à FDA na ordem de Cr\$4 bilhões. O objetivo, viabilizar a implantação da UNISO ainda naquele ano. Com o referido montante, a FDA teria as seguintes obrigações com a Prefeitura: 25% do total da verba seriam destinados à bolsa de estudos a desempregados e filhos de desempregados, desde que comprovassem a carência financeira.

A FDA deveria comprometer-se a oferecer apoio técnico e científico para o projeto de despoluição do rio Sorocaba; promoção de cursos de formação e reciclagem de professores e funcionários de creches e pré-escolas municipais e, por último, assessoramento na área de informática às secretárias municipais (CRUZEIRO DO SUL, 1993d, p.5).

De acordo com informações da Assessoria de Imprensa da FDA, em junho de 1993, a comissão designada pelo CFE para acompanhar o projeto UNISO realizou sua última visita, verificando os processos de planejamento, plano de carreira docente, cargos e salários e aprovação dos últimos relatórios parciais do projeto. Na época, a instituição contava com 30% de Mestres e Doutores do quadro de docentes, o que é necessário em uma Universidade e havia já mais de trinta mil títulos na biblioteca.

Há de se lembrar que em junho de 1993, uma investigação da Câmara Municipal de Sorocaba- CEI/FIDA (Comissão Especial de Investigação / Faculdades Integradas Dom Aguirre - FIDA) em função de irregularidades apontadas por professores das FIDA (CRUZEIRO DO SUL, 1993e). Essa investigação foi proferida em função de uma carta recebida dos declarantes à Câmara Municipal. Tais irregularidades apontadas estavam reunidas nas documentações enviadas à Câmara e tratavam dos seguintes assuntos: questões trabalhistas; bolsistas; livreria; balancete e creche.

Essa comissão foi liderada pelo vereador Valter José Nunes de Campos, Iara Bernardi e João Donizete Silvestre, que convocaram vários funcionários da FDA/FIDA, para depor e averiguar as acusações, eram eles: Douglas Gomes, Nilza Mascarenhas Belém, José Fernandes Galduróz, Aldo Vannucchi e Antonio Levi Mendes (aluno).

Dessa investigação de supostas irregularidades, concluí-se, pela análise dos depoimentos, que a Comissão ouviu os depoimentos sob os compromissos da Lei. Elas trouxeram à tona denúncias de várias irregularidades ocorridas na FDA as quais confirmadas no depoimento do Prof. Aldo Vannucchi que anunciara o saneamento das anormalidades apontadas pela Comissão investigativa.

Por fim, a Comissão Especial de Investigação concluiu que, a partir de outubro de 1993, a UNISO estaria em condições plena de ser reconhecida. Após o seu reconhecimento, a Universidade passou para a fase de implantação com os dez cursos existentes na FIDA, todos já avaliados. (CRUZEIRO DO SUL, 1993e, p.18)

Em 24 de agosto de 1993, finalmente, a verba de Cr\$4 bilhões para implantação da UNISO aprovada por unanimidade pelos vereadores sorocabanos. É preciso registrar que houve uma carta dirigida à Profa. Sonia Chébel Mercado Sparti (Membro da Comissão de Apoio à UNISO) assinada pelo Secretário João Dias de Souza Filho, representando o Prefeito Paulo Francisco Mendes, notificando-a de que também trataria o assunto do processo de otimização do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba – FUSO⁵¹ (VANNUCCHI, 2012; CRUZEIRO DO SUL, 1993f, p.4)

A verba aprovada não contava com o apoio da Secretária de Educação do município, professora Dulcina Guimarães Rolim a qual era diretamente ligada ao Assessor de Educação, prof. Aldo Vannucchi, também responsável pelo ensino superior e pela coordenação do projeto de criação da UNISO.

Segundo a secretária Dulcina Guimarães Rolim⁵²,

Ela se colocava a favor do Projeto UNISO, mas opunha-se ao uso do dinheiro público para gerir a universidade. O coordenador do Projeto, prof. Aldo Vannucchi, argumentava que a UNISO era uma Universidade Comunitária e não pública, sendo assim, não iriam precisar do dinheiro público. Porém, mais tarde foi usada uma parcela do dinheiro público na ajuda para que a UNISO viesse a ser criada. Sobre seu posicionamento contrário à utilização das verbas públicas, ela argumentava que, naquele momento, o poder público precisava privilegiar investimentos em educação infantil (pré-escola), segmento de responsabilidade da Prefeitura. A demanda da cidade, naquele momento, era para a criação de mais creches e escolas de ensino infantil, para crianças entre 0 e 6 anos. Essa era uma reivindicação popular uma vez que muitas mães precisavam de vagas para poderem se dirigir ao trabalho sabendo que seus filhos estariam em local seguro e com fundamento educacional. (informação verbal)

⁵¹ Para um melhor entendimento do FUSO, o Anexo B, detalha a Lei.

⁵² Profa. Dulcina Guimarães Rolim, em entrevista pessoal com o autor. (jun. 2014).

É importante, então, que fique esclarecido que a secretária posicionava-se contra o investimento público, não contra o Projeto UNISO, afinal, a secretária sempre enfatizou o apoio do poder público na criação da UNISO.

E o fato é que não haveria Universidade de Sorocaba se a Prefeitura Municipal, na gestão do Prefeito Paulo Francisco Mendes, não tivesse dado total apoio ao projeto, tendo, inclusive, criado o cargo de Coordenador Municipal do Ensino Superior, por meio do Decreto no. 6169, de 10 de março de 1988 e, posteriormente, pela Portaria 6402, de 30 de junho de 1988. Para esse cargo, foi contratado o Prof. Aldo Vannucchi, que, nessa época, já coordenava o Projeto UNISO pela FDA, portanto para a existência dessa Secretaria de Ensino Superior e o cargo, a Prefeitura fez uso do FUSO (Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba). (VANNUCCHI, 2012).

Aprovado, por unanimidade, o parecer da Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal, no dia 7 de junho de 1994 foi realizada a sessão de oficialização da Universidade de Sorocaba.

A sessão presidida pelo Conselheiro Manoel Gonçalves Ferreira Filho, estiveram presentes na sessão o Prefeito Municipal, Sr. Paulo Francisco Mendes, o Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, Sr. Vicente de Oliveira Rosa, o Secretário Executivo da Fundação Dom Aguirre, Padre Tadeu Rocha Moraes Rocha Moraes e o Coordenador do Projeto, Prof. Aldo Vannucchi. Também presente o vereador Gabriel Bittencourt, que pouco tempo antes fora ao CFE posicionando-se contrário. (O ESTADO DE S. PAULO, 1994, p. C8).

Essa posição do Vereador Gabriel Bittencourt⁵³, juntamente com a vereadora Yara Bernardes, ambos do PT:

Dava-se em razão de ambos visarem a criação de uma universidade pública. Porém, nesse ínterim, ao redor da cidade de Sorocaba, havia mais de quinze cidades com possibilidade de instalação de uma universidade pública. A cidade, naquele momento, realmente carecia de uma universidade, especialmente, pública, porém seria bem-vinda uma universidade comunitária que trouxesse, não apenas cursos afinados com a vocação regional, mas que promovesse a pesquisa e a extensão. O referido vereador participou, na época, de muitos debates sobre o tema, na Câmara Municipal de Sorocaba. Era unânime a necessidade de uma universidade, porém, a expectativa era de que a universidade marcasse presença no cenário regional, significando uma alavancagem para o desenvolvimento da região. A criação da UNISO, na visão do vereador, segundo ele próprio, pecou muito por prescindir da participação da comunidade acadêmica. (informação verbal)

Vale ressaltar a reflexão da Profa. Vânia Regina Boschetti⁵⁴ que também presenciou a posição contrária do vereador. Em relação ao posicionamento do vereador Gabriel Bittencourt, a professora explica que:

⁵³ Gabriel Bittencourt e Yara Bernardes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

⁵⁴ Profa. Vânia Regina Boschetti, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Quando o projeto era ainda embrionário, foi apresentada aos Professores da FAFI e FACCAS a ideia de unificação das faculdades e criação de uma Universidade. As duas instituições apresentavam opiniões divergentes. Na FAFI, por exemplo, havia profissionais da educação e, pela própria formação, sempre estavam dispostos a ver o ensino de forma diferente, sempre se propunham as discussões. A questão era que a ideia da criação da UNISO chegou aos docentes de cima para baixo, sem haver, antes, discussões entre os professores. Com isso, houve um embate de posicionamentos. Em geral, os professores não eram contra a criação da Universidade, mas contra o sistema em que ela foi criada. Esses profissionais solicitavam um sistema mais participativo, em que fossem ouvidas as partes realmente integrantes da questão. Se isso fosse realizado, possivelmente a adesão teria sido bem maior. Há ainda o fator da incerteza, que sempre afronta o ser humano. Isso porque um novo sistema de ensino estava para ser implementado. O inesperado sempre provoca reações, especialmente nas pessoas pouco adeptas a mudanças. De todo modo, a mudança que estaria por surgir, ou seja, a criação da Universidade obrigava a todos a saírem da chamada “zona de conforto” e arriscar-se. O “arriscar-se” incluía, por exemplo, buscar melhores qualificações profissionais, como mestrado e doutorado, exigidos pelo novo padrão de ensino que estava por ser estabelecido. Muitos professores não se opuseram a esse ponto, percebendo, inclusive, que o ganho dessa especialização seria especialmente do próprio profissional. A única maneira de se fazer tranquilizar os ânimos era esperar os frutos vindouros do novo projeto. Isso, entretanto, também era um fator de tensão, pois uma Universidade oferece resultados, no mínimo, em médio prazo. Assim, a tendência nesses casos é de permanecerem apenas aqueles que estão no perfil da educação que se empenhou em conquistar por meio da UNISO. Os professores estavam divididos e chocavam constantemente as opiniões. Houve até mesmo manifestações públicas, mas que não foram ouvidas, gerando maior tensão. Analisando os pontos da questão, anos após os acontecimentos, é possível perceber que o processo poderia, de fato, acontecer de forma mais transparente e democrática, o que, provavelmente, conquistaria maior adesão, embora isso não seja possível afirmar com certeza, afinal, em toda a história da humanidade, as questões que envolvem uma grande decisão e uma grande mudança provocam contrariedades. (informação verbal)

A Ata da primeira visita (31/10/90, p.03) realizada pela Comissão de Acompanhamento (CFE), consta que a Profa. Anna Bernardes da Silveira Rocha⁵⁵ trouxe a problemática acima citada à discussão, perguntando quanto a sensibilização dos professores para essa transformação de faculdades em Universidade e se os professores receberam algum documento sobre a Carta-Consulta. Essa colocação do CFE vem de encontro à opinião da Profa. Vânia em sua entrevista.

Ao questionamento, a Profa. Sonia Chébel respondeu, que, quanto à sensibilização, que o assunto era amplamente divulgado pela imprensa escrita e falada por toda a cidade, havendo internamente a comunicação nos murais. Porém, sobre a Carta-Consulta, os professores não receberam nenhum documento específico, o que explica a manifestação de insatisfação do grupo de professores, estando ciente que o processo de comunicação interna não fora dos melhores, relatado na primeira Ata de visita da Comissão do CFE. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1990d, p.47).

Embora o Prof. Aldo tenha relatado à Comissão em relação a participação dos professores no processo em função de uma palestra realizada na FAFI, na realidade, eles não participaram diretamente, informavam-se apenas pela imprensa local, mas de

⁵⁵ Fazia parte do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo e membro do CFE.

acordo com a Profa. Sonia Chébel, os professores informavam-se através dos murais internos da Faculdade.

De acordo com o Prefeito Paulo Francisco Mendes⁵⁶:

Durante a votação para análise do processo por parte do CFE, houve também manifestações. O vereador Gabriel Bittencourt posicionou-se apresentando os problemas que o grupo encontrava naquela situação. Um dos fatores era a questão trabalhista que, segundo os opositores, não foram seguidos os parâmetros da lei. Isso resultou na interrupção do processo, outro ponto é que os cursos apresentados para início da universidade não apresentavam vínculo com as necessidades regionais, como no caso do curso de Direito. (informação verbal)

Quanto ao vínculo de cursos com a região em Ata da primeira visita da Comissão de Acompanhamento pelo CFE em outubro de 1990, a Professora Margarida solicitou que houvesse uma reflexão sobre os cursos a serem implantados, devendo ser reflexo da Instituição e da Comunidade, situação que o vereador Gabriel Bittencourt insistia muito.

Na continuação o Prefeito Paulo Francisco Mendes⁵⁷ relata:

No decorrer da votação, os professores posicionaram-se nos corredores do CFE, reivindicando plano de carreira. Liderados pelo vereador, tentavam inviabilizar o Projeto UNISO da maneira como estava sendo operado. O vereador Gabriel Bittencourt esteve presente na reunião do CFE, quando houve a votação. Em determinado momento da votação, levantou-se, deixando um bilhete na cadeira, em que afirmava ser contra aquele processo. Feita a votação o processo de implantação da universidade foi aprovado. O projeto, pelo disposto, traria vantagens para a cidade e região, opinião não compartilhada pelo vereador Gabriel Bittencourt. (informação verbal)

No que se refere ao pedido de revisão do plano de carreira, desde a primeira visita da Comissão de Acompanhamento (CFE), a Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal solicitou à Comissão interna que estudasse, urgentemente, planos de carreira docente e administrativo, os quais deveriam estar bem definidos e claros, principalmente os contratos de hora/aula e tempo contínuo. Ressalta-se que esse assunto já havia sido debatido várias vezes em reuniões da Comissão de Acompanhamento (CFE) com a Interna, chegando-se a um desfecho final na 16ª reunião. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993f, p. 122).

Dando continuidade ao fator oposição, em 09 de junho de 1994, o vereador Gabriel Bittencourt, e o Presidente do SINPRO (Sindicato dos Professores), Sr. Helder A. Paranhos, protocolaram uma carta ao Conselho Superior da FDA, em que foi nomeado representante de um grupo significativo de cidadãos preocupados com algumas irregularidades no processo da UNISO. Para o vereador e o presidente do

⁵⁶ Prefeito Paulo Francisco Mendes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

⁵⁷ Prefeito Paulo Francisco Mendes, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

SINPRO, havia algumas reivindicações que precisavam ser atendidas. (DIÁRIO DE SOROCABA, 1994).

As reivindicações solicitadas:

- A não homologação do plano de carreira de professores e funcionários, em razão da interpretação de que houve redução da base salarial, contrariando o artigo VII, inciso VI da Constituição Federal;
- Alterações na articulação do processo de criação da Uniso - Vereadores e professores descontentes com o processo, pois entendiam que a forma conduzida no processo enfraqueceria o caráter comunitário da Uniso;
- Atenção especial com o corpo docente e funcionários, pois a perseguição e intimidação de professores e funcionários pôde ser medida pelas demissões ocorridas, numa tentativa de impugnar a eleição do Delegado Sindical Douglas Gomes, a fim de que ele perdesse sua estabilidade e pudesse ser demitido, além do professor Galduróz e outros, e ainda uma lista de possíveis demitidos em julho, abalando psicologicamente o professorado.

Após reuniões a respeito das solicitações acima, o plano de carreira havia chegado a um consenso, conforme relato abaixo da Conselheira do CFE.

Das solicitações acima o plano de carreira havia chegado a um consenso, conforme relato abaixo da Conselheira do CFE.

A Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal, presidente da Comissão (CFE) solicitou empenho por parte da FDA, na resolução desse impasse (contido no Relatório nº5- RH, Plano de carreira), pois o alinhamento era muito importante dentro do processo de criação da Uniso e que ambas as partes deveriam chegar a um denominador comum, esse assunto foi dentre outros, objeto nas Atas das (8ª. 13ª. 14ª. 15ª. 16ª. reunião da Comissão de Acompanhamento do Projeto Uniso). (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 1993g, p.124).

A FDA se posicionou, mantendo o discurso sobre a situação financeira não muito favorável naquele momento, sendo um obstáculo para atender à reivindicação dos docentes, quanto ao valor hora-aula estipulada no Plano de Carreira. O plano apresentado pela FDA, na última reunião do CFE, corroborou a não oficialização da Universidade de Sorocaba.

Após sucessivos encontros que faziam parte das visitas da Comissão de Acompanhamento ao processo, chegou-se a um denominador comum para o Plano de

Carreira, ajustando a situação financeira da mantenedora e as reivindicações pretendidas pelos professores.

Quanto ao descontentamento do processo da criação, já mencionado anteriormente, a oposição não se manifestava contra a criação da universidade, mas à forma como o processo estava sendo conduzido. Quanto ao fato de perseguição e intimidação dos colaboradores, a finalidade era mais no sentido de polemizar o andamento do Projeto Uniso.

Para imprimir uma velocidade no processo, o Prefeito Paulo Francisco Mendes intensificou o apoio ao projeto, pois este havia sido protocolado em 1988 no CFE e, somente em 1993/94 chegava à fase final. Foi, enfim, agendada para setembro de 1994 a audiência em que o CFE iria finalmente avaliar o Projeto UNISO. Nessa reunião foi aprovado por unanimidade no CFE, a criação da Uniso como sendo Universidade Comunitária e tendo a FDA como mantenedora. (CRUZEIRO DO SUL, 1994, p.3).

Após a aprovação, a UNISO iniciaria as atividades com quatorze cursos de graduação. O Bispo Dom José Lambert, presidente da FDA, nomeava o Prof. Aldo Vannucchi como primeiro Reitor da Universidade de Sorocaba-UNISO.

Em entrevista, o Prefeito, Antonio Carlos Pannunzio⁵⁸ relata que:

Ofereceu total apoio ao Projeto, quando na sua gestão. Lembrou, inclusive, que no Brasil, houve muita demora na implantação das Universidades, ressaltando a precariedade em que é relegada a educação em todos os níveis. Isso é, sem dúvida, um fator que contribui para que o país tenha dificuldades em desenvolver-se em novas pesquisas e em tecnologias mais avançadas. Na condição de Prefeito e membro do Conselho Superior da FDA, foi concedido ao Prefeito participar diretamente dessa oportunidade de atuar na vinda da Universidade para Sorocaba. O Projeto da Universidade está solidamente fundamentado em três eixos: ensino, pesquisa e extensão, além da parte cultural que a Universidade propicia, principalmente por sua condição, estando sempre comprometida com a comunidade. Quanto ao Poder Público, o compromisso com o Projeto sempre foi o de apoiar e contribuir com aquilo que estivesse ao alcance, como oferecer um trabalho conjunto, facilitar trâmites, mas não fomentar financeiramente a Universidade. Visando a esse compromisso, o poder público criou a Comissão Municipal, por lideranças da sociedade civil, contando com cidadãos que poderiam trazer contribuições para que a Universidade se tornasse uma realidade. Além dessa ação, houve grande interação entre Sorocaba e as demais cidades da região. (informação verbal)

Finalmente, após três anos de acompanhamento e visitas da Comissão de Acompanhamento nomeada pelo CFE, foi concluído o processo através da Portaria nº 1364, de 13 de setembro de 1994, e o Ministro da Educação reconhecia as Faculdades Integradas Dom Aguirre como Universidade de Sorocaba, tendo como mantenedora a Fundação Dom Aguirre.

⁵⁸ Prefeito Antonio Carlos Pannunzio, em entrevista pessoal com o autor (jun. 2014).

Após o reconhecimento da Universidade de Sorocaba, ainda a contrariedade estava no pensamento do ex-vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) - Gabriel Bittencourt.

Quando havia estudado na FDA, eu mesmo dizia que estudava na FAFI, fiz parte do Centro Acadêmico e depois trabalhei na FAFI. Foi uma intensa vivência que fez nascer um grande carinho pela instituição, hoje a Fundação está irreconhecível. Aliás, hoje é Universidade, não é mais FAFI. (BITTENCOURT, 1994, p. A2).

Na opinião do vereador, essas mudanças ocorridas fazem parte do aprimoramento das pessoas e da instituição.

Percebe-se pelos fatos relatados, que o ex-vereador mantinha-se contrário à forma como foi efetivada a mudança de Faculdades isoladas até chegar à Uniso, assim como foram conduzidas as decisões e as escolhas dos cursos para a cidade e comunidade.

A Universidade de Sorocaba se organizou academicamente a partir de 1994, para atender as exigências mínimas como instituição universitária da seguinte forma:

- O Estatuto e, conseqüentemente, a Reitoria, nele prevista, estavam elaborados anteriormente a implantação da Universidade;
- Criação do Conselho Universitário, sendo definido pelo estatuto a sua composição (Reitoria, representante docente, discente, funcionários, sociedade);
- Crescimento orgânico com o funcionamento do Campus Seminário e da Cidade Universitária, sendo considerado como expansão da universidade;
- Elaboração do Plano de Carreira Docente, Projetos de Pesquisa;
- Criação de Comissões essenciais (Comunicação, Avaliação Institucional e de Planejamento), essas comissões tinham como função: relacionamento com a sociedade, MEC);
- Buscou-se uma integração com a ABRUC;
- Funcionamento e ampliação da Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

A partir de 1994, na Uniso foram criados os cursos de Análise de Sistemas, Direito e Comunicação Social com as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas; Administração em Comércio Exterior, Letras, com habilitação em Português/Espanhol, Hotelaria, Turismo, Terapia Ocupacional, Farmácia, Sistemas de Informação, Nutrição, Ciência da Computação, Física, Teatro: Arte/Educação, Química, Biotecnologia e vários Cursos Tecnológicos. À época da

aprovação da Uniso, eram nove cursos em funcionamento, que atendiam cerca de 3.500 alunos, no Campus Trujillo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como tema “O Processo de Criação da Universidade de Sorocaba no período de 1988 a 1994”. O objetivo que norteia a pesquisa foi o de investigar o processo de criação da Universidade de Sorocaba (Uniso), no período de 1988 a 1994. Como fundamentação teórica, partiu-se de uma revisão de literatura, em que foram pesquisados jornais da cidade, da FAFI, documentos internos, livros de atas, projetos de Leis na Câmara Municipal, artigos, dissertações e teses. Tendo como problema principal: Por que foi criada a Uniso? E ainda, foram traçadas determinadas hipóteses que pudessem corroborar com a problemática da pesquisa: quem iniciou o movimento para a criação da Uniso e quem dele participou?, quem era a favor da Uniso e quem era contrário?, por que Sorocaba não foi, à época, contemplada com uma Universidade Pública, e por que optou-se por ser Universidade Comunitária? Das hipóteses apresentadas, considerou-se que estas foram respondidas, atingindo os resultados esperados.

Para responder as questões acima, foi necessário caracterizar o Ensino Superior dentro do período estudado, contextualizando as universidades: pública (estaduais e federais), as privadas (particulares) e as comunitárias, fazendo uma breve descrição da representatividade delas no cenário pesquisado.

Dentro das caracterizações acima, fez-se uma abordagem sobre a conceituação, história e importância da universidade comunitária para o estudo em questão, em função da opção por uma comunitária, houve a necessidade da contextualização sobre esse tipo de instituição de ensino superior.

Em 1951, a FAFI foi o embrião de toda a história da Uniso. Após passar por várias dificuldades, uma vez que a cidade havia perdido algumas oportunidades de receber uma Universidade, estadual ou federal, o momento político não era favorável. Na época, a cidade contava com Faculdades, portanto, a vinda de uma Universidade era muito bem aceita.

Em 1967, na FAFI, surgiram movimentos de federalização e estadualização das Faculdades isoladas, porque naquele momento a situação econômica do poder público municipal não era favorável. As Faculdades que não cobravam mensalidades, em função de verbas federais, estaduais e municipais, passaram a cobrar, uma vez que houve corte das verbas, causando insatisfação por parte dos alunos, que se organizaram para movimentos de greve. No entanto, essas ações não surtiram o efeito que imaginavam. Em função de não terem conseguido o objetivo, por razões, de cunho

político, todo esforço foi direcionado para a preparação de um projeto, o Projeto Uniso, que foi cuidadosamente articulado em prol de uma Universidade para a cidade e região.

Vale destacar que o Presidente da Fundação Dom Aguirre (FDA) – Bispo Dom José Lambert – em 1980 era a favor de uma Universidade, seja ela estadual ou federal, como não houve a possibilidade de obter a pública; então foi favorável e apoiou a vinda de uma Universidade não pública.

Para a condução do Projeto foi escolhido o Prof. Aldo Vannuchhi, por sua experiência na FAFI como Diretor e pelo seu conhecimento da cidade e região, possuindo um bom relacionamento com empresários e setores sociais. Todo esse conhecimento favoreceria a implantação da Universidade. Após a escolha do Mentor do Projeto Uniso, foi criado o cargo de Coordenador Municipal de Ensino Superior pelo Prefeito Paulo Roberto Mendes. Com apoio da mantenedora, empresários entre outros, iniciou a elaboração da Carta-Consulta, documento exigido pelo CFE. Além da Carta-Consulta, a preparação de um regimento único para a FAFI e FACCAS, de acordo com a solicitação do CFE, para que estas fossem integradas, formando as FIDA. A Conselheira do CFE-Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal instruiu a FDA através do seu Presidente, seguir a linha comunitária, pois na FAFI, já havia auxílio aos estudantes com bolsas e trabalhos sociais, caracterizando o formato comunitário.

Durante o processo de preparação do Projeto Uniso, houve prós e contras em relação à sua implementação. Não havia uma unanimidade entre as pessoas envolvidas, porém as que se posicionaram contrárias ao sistema, não eram contrárias à vinda da Universidade, mas sim à condução, articulação do Projeto e à oferta de cursos oferecidos visando à comunidade. A oposição do Projeto era formada por um grupo de pessoas e pelo vereador na época-Gabriel Bittencourt, pois o mesmo entendia que os novos cursos da Universidade não beneficiariam o lado dos pequenos lojistas que atuavam no comércio da cidade. Dessa forma, fez diversas ações contrárias ao Projeto, na tentativa de evitar a aprovação da solicitação pelo CFE da Universidade, mas essas tentativas não surtiram efeito.

O Projeto caminhou e estava sendo analisado, após análise e por votação unânime, o resultado foi o reconhecimento das FIDA.

Em 1994, foi autorizado o funcionamento. A Universidade que se criou em setembro de 1994 teve como diretrizes: formar os alunos para a empregabilidade e realização profissional e para a própria construção pessoal, permeada de responsabilidade social; aqui se encontra uma formação humana, para ajudar no discernimento necessário sobre o sentido da vida, os fundamentos e a prática dos

valores e das ideias. A Uniso foi criada com a participação do poder público, empresários da cidade, região, professores e a mantenedora das FIDA, a Fundação Dom Aguirre.

Em razão da delimitação da pesquisa o tema não foi esgotado. Há necessidade de abordagem de outros pontos, além dos estudados nesta Tese. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se ter um olhar para o período de 1995 a 2010, analisando o comportamento do ensino e como a Uniso responderia às novas necessidades de mudança que o ensino exige. E ainda, o que é realizado para projetar a Universidade e seus cursos na área acadêmica, bem como no cenário profissional, os novos investimentos, o novo perfil do alunado, e o que fazer para atender e formar esse novo perfil para um mercado muito exigente e globalizado.

REFERÊNCIAS

- ABRUC. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. 1995. Disponível em: <http://www.abruc.org.br/005/00502002.asp?ttCD_CHAVE=3550>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALBORNOZ, S. **As Universidades Comunitárias - uma nova proposta**. Delegacia Regional do MEC, Rio Grande do Sul, 1986.
- AZANHA, J.M.P. **Considerações sobre a política de educação do Estado de S. Paulo**. In: Educação: alguns escritos. São Paulo: Nacional, 1987.
- BARROS, R.S.M. **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**. S.P. Ed. Convívio/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BAUER, C. Apontamentos sobre a produção do conhecimento científico e a construção do conceito de historicidade. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2012.
- BITTENCOURT, G. FAFI, FACCAS, Uniso: parte desta história eu vivi. **Diário de Sorocaba**, 26 nov. 1994, p.A2.
- BOTH, A. **A criação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo**: Universidade de Passo Fundo. 1993.
- BRAGA, R. **Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro**: uma reflexão crítica. NUPES- Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior- Universidade de São Paulo. Documento de Trabalho 1989.
- BRASIL. **Lei nº 4024, 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Disponível em: <<http://www://legis.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- _____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968. (Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção dos artigos 16º alterado pela Lei nº 9.192, de 1995). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5540.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- BRASIL. (MEC) Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Uma nova política para a educação superior. **Relatório final 1985**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em 20 mar. 2015.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRUM, A. J. **Uma experiência de Universidade Comunitária- sua história, suas idéias**, Ijuí: ed. UNIJUÍ. 1994.
- CADERNO UNISO. Sorocaba. Atas e Pareceres. Uma Universidade é o que falta hoje em Sorocaba do Projeto Uniso 90-93. ago 1991, p. 1.
- _____. Sorocaba. Sorocaba prepara sua Universidade, ano 1, n. 02 nov, 1991b, pg. 1,
- _____. Sorocaba. Projeto Uniso segue sendo semeado, ano 1, n. 03 dez 1991c
- _____. Sorocaba. Universidade Comunitária é debatida na Fundação. Ano1, n.8, maio 1992a, p.4.

- _____. Sorocaba. Aproximação da PUC da Uniso, ano 1, n. 4, jun 1992b, p.2.
- _____. Sorocaba. Projetos são analisados. Ano2, n. 11, out . 1992e, p. 8.
- _____. Sorocaba. Regimento foi protocolado. Ano2, n. 11, out. 1992d, p.8.
- _____. Sorocaba. Dois anos de acompanhamento, ano 2, n. 12. nov. dez. 1992c, p. 1.
- _____. Sorocaba. Integração das faculdades, o novo passo a caminho da Universidade. Ano 1, n. 4, dez 1992f, p. 2.
- _____. Sorocaba. Integração das faculdades. Ano 2, n. 5, jan 1993a, p.2.
- _____. Sorocaba. Relatório no. 4 é analisado. Ano 2, n. 15, fev/mar 1993b, p.3.
- _____. Sorocaba. Câmara aprova doação de área para o Projeto Uniso. Ano 2, n. 15, abr. 1993d, p. 13.
- _____. Sorocaba. Novos Diretores das FIDA tomaram posse. Ano 2, n. 15,p.4, maio 1993c.
- CAPELATO, M.H.R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994
- CARDOSO, A. **Gestão participativa numa escola comunitária**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- CARVALHO, G. I. Ensino superior: legislação e jurisprudência. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v. 2, 1975.
- CASTRO, C.M. **O que está acontecendo com a educação no Brasil?**, em Edmar L. Bacha e Herbert S. Klein, *A Transição Incompleta*, Rio de Janeiro Paz e Terra, vol. I, 103-162, 1986.
- CASTRO, R. M. R. **Universidades comunitárias**: entre o público e o privado. Tese (Doutorado em Educação), Uniso, Sorocaba, 2013.
- CRUZEIRO DO SUL. A Universidade de Sorocaba, 19 ago. 1987.
- _____. Prefeito adere à criação de Universidade. 20 dez. 1987a.
- _____. Universidade de Sorocaba: poucos conhecem a ideia. 20 dez. 1987c
- _____. Carta pedirá transformação da Faculdade D. Aguirre em Universidade. Jul. p.6 1989.
- _____. Aprovada a Carta-Consulta, 10 out. 1990a.
- _____. CFE fará a primeira visita para a criação da Uniso. 13 out. 1990c.
- _____. Uniso pode ser do tipo Comunitário. 05 mai. 1991.
- _____. CFE tem encontro com autoridades da Uniso, 14 ago. 1991b.
- _____. Doação de área para a Uniso. 15 set. 1992a.
- _____. Integração das faculdades. Jan. 1993a.
- _____. Uniso busca parceria com prefeitos. 30 jan. 1993b.
- _____. Apoio da FDA à Futura Uniso. 04 abr. 1993c.
- _____. Câmara analisa doação de 4bilhões para Uniso. 15 jun. 1993d.
- _____. Denúncias das FIDA. 14 jul. 1993e.
- _____. Prefeito assina Lei que repassa recursos à FDA. 3 set. 1993f.
- _____. Universidade local é aprovada. 19 set. 1994.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: da colônia à Era Vargas. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, L. A. **Universidade: ensino público ou liberdade de ensino?** In: Universidade brasileira: organização e problemas. Ciência e Cultura. São Paulo, v. 37, n.7, p. 220-28, jul. 1988.

DIÁRIO DE SOROCABA. Preparação para a Universidade de Sorocaba. out. 1988.

_____. A Universidade de Sorocaba está nascendo. 17 dez.1988a.

_____. Consórcio de Prefeituras na ajuda a Uniso. 2 nov. 1991.

_____. CFE aprova relatório parcial da Uniso. 06 jan. 1992.

_____. Criação das FIDA, Jan. 1993a.

_____. Região à espera de universidade. 22 jan. 1993b.

_____. Prefeitos da região analisam universidade. 29 nov. 1993c.

_____. Sindicato discutirá plano de carreira das FIDA. 28 mai. 1994.

FIGUEIREDO, S.R. **A tomada de decisão por dirigentes universitários**: um estudo comparativo em universidades públicas, comunitárias e empresariais. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 1992.

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE. **Universidade de Sorocaba**: Carta-Consulta encaminhada ao Conselho Federal de Educação (CFE) nos termos da Resolução 08/83. Sorocaba, 1990.

GADOTTI, M. **Universidade estatal, universidade comunitária**: dois perfis em construção da universidade brasileira. 1993. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 15 jan. 2015

GONÇALVES NETO, W. et al. Educação e imprensa: análise de jornais em Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século 20. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: UFMT, v.6. n. 10, p. 129-130, jul-dez, 1977.

IBGE. Estatísticas - PNAD. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 out. 2015.

INEP. Indicadores nacionais. Educação superior: cursos de graduação presenciais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 1 fev. 2015a.

_____. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação: 1960-2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 1 fev. 2015b.

_____. Evolução do ensino superior - graduação: 1980 e 1998. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2015c.

_____. Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil: 1988-1994. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2015d.

_____. **Evolução das estatísticas do ensino superior: 1988-1994.** Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2015e.

_____. Evolução do número de vagas no vestibular por unidade da Federação - 1988-1994. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2015f

_____. Evolução do número de matrículas por unidade da Federação - 1988-1994. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2015g

_____. Percentual de matrículas no período noturno - por Instituição 1988-1994. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2015h

_____. Evolução do número de matrículas por natureza e dependência administrativa Brasil: 1988-1994. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2015i.

IPEADATA. PIB per capita, PIB nacional, População Ocupada e Anos de Estudo (1980-2000). Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 08 de out. 2015.

LEHMANN, O. **Entre o público e o privado: o comunitário no ensino superior da rede Sinodal de Educação.** 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

MORAIS, J. L. de (Org.). **Perfil das universidades comunitárias.** São Paulo: Loyola, 1989.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior** – Divulgação dos Principais Resultados do Censo da Educação Superior 2010. Disponível em http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/sinopse-estatistica-e-microdados-do-censo-da-educacaosuperior-2010 (acessado em 09/02/2015)

NEVES, C. E. B. **Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das Universidades Comunitárias.** São Paulo: NUPES-USP, Documento de Trabalho 3, 1994.

NEVES, J. C. de A. Breve histórico da FDA em seu ano jubilar. **Revista de Estudos Universitários** – FDA FAFI, v. 14, n. 1, p. 133-145, dez. 1988.

_____. **Fundação Dom Aguirre: 35 anos de história.** Sorocaba: FDA, 1998.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n.5, p.7-64,1993.

O ESTADO DE S. PAULO. Sorocaba afinal terá sua universidade. p. C8, 10 jun. 1994.

O MOMENTO FAFI (Jornal). Federalização: se ainda não é fato, já é uma União. ano 2, n. 5, 1967.

PAVIANI, J. Universidade Comunitária: um modelo alternativo. **Revista Enfoque**, Bento Gonçalves, ano13, n. 39, p. 12-17, 1985.

RAMBO, A. B. **A escola comunitária teuto-brasileira católica.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

RELATÓRIO da Comissão criada pelo Decreto nº 62.024, de 29.12.1967 – Comissão Meira Mattos. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada**: Acton e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991. p. 68-147.

RONCA, A. C. C. Comunitárias: serviço público sem fins lucrativos com qualidade acadêmica. **Jornal das Universidades Comunitárias**. Brasília, v1, ano 1, set.1994.

SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

_____. **Política e educação no Brasil**: o papel do congresso nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon **Brazil: Opportunity and crisis in higher education** January 1988, v. 17, Issue 1, p 99-119

SCHWARTZMAN, Simon. **A Educação no Brasil em uma perspectiva de transformação**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, junho 1993.

SELBER, G. L. M. **Discurso de abertura do seminário nacional das universidades comunitárias**. 1. Caxias do Sul: ABRUC, 1995.

SPOSITO, M. P.; RIBEIRO, V. M. **Escolas comunitárias**: contribuição para o debate de novas políticas educacionais. São Paulo: CEDI, 1989.

SeSu/MEC. **Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 1994. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 08 de out. de 2015.

TRAMONTIN, R.; BRAGA, R. **As universidades comunitárias: um modelo alternativo**. São Paulo: Loyola, 1988.

UNIVERSIDADE DE SOROCABA. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento CFE**: Projeto Uniso. (30.10.90 a 08.10.93).

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 31 out. 1990a.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 14 nov. 1990b.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 21 nov. 1990c.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 29 nov. 1990d

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 05 mar. 1991a.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 14 maio 1991b.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 22 jun 1991c.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso**. 24 mar. 1992a.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 29 out. 1992b.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 25 jun. 1993a.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento CFE - Projeto Uniso.** 08 ago. 1993b.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 10 set. 1993c.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 01 out. 1993d.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 05 out. 1993e.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 06 out. 1993f.

_____. **Atas e Pareceres da Comissão de Acompanhamento - CFE - Projeto Uniso.** 07 out. 1993g.

VANNUCCHI, A. Conversando sobre Universidade. **Cruzeiro do Sul**, 20 ago. 1988a.

_____. Uma universidade comunitária. **Cruzeiro do Sul**, 03 set. 1988b.

_____. Uma universidade inserida na problemática regional. **Cruzeiro do Sul**, 23 out. 1988c.

_____. Pensando a Universidade de Sorocaba. **Revista de Estudos Universitários - FDA-FAFI**, v.14, n.1, p. 10, dez.1988d.

_____. **A Universidade Comunitária.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A caminho da Uniso: história, casos e causos.** Sorocaba: Eduniso, 2012.

ANEXO A – DECRETO 6.169, de 01/03/1988 (Criação do cargo de Coordenador Municipal de Ensino Superior)

Folha 1 de 2



PMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

086

DECRETO Nº 6.169, de 01 de março de 1.988.

(Dispõe sobre a criação da função de Coordenador Municipal de Ensino Superior e dá outras providências).

PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica criado, no Anexo I do Decreto nº 1.875, de 17 de dezembro de 1.973, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, a função de COORDENADOR MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - D-19, com a seguinte súmula de atribuições:

- Compete ao COORDENADOR MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR, além de outros serviços que lhe forem determinados pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, o seguinte:
 - a - Contactar as Faculdades de Sorocaba para avaliar possibilidades de criação da Universidade de Sorocaba;
 - b - Levantar as possibilidades de preparo de um ante-projeto para a criação da referida Universidade.
 - c - Encaminhar todas as providências para viabilizar os itens 1 e 2, dando ciência regular à Secretaria da Educação e Cultura de Sorocaba.

Artigo 2º - Fica atribuído ao ocupante da função ora criada, e em razão dela, uma gratificação correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do nível de referência salarial do padrão, a qual não se incorporará a seus vencimentos para nenhum efeito.

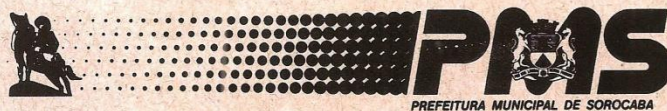
Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

/././.

DECRETO 6.169, de 01/03/88 (cont.)

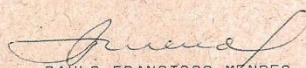
Folha 2 de 2

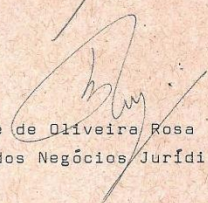


087

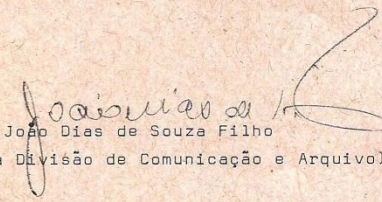
Decreto nº 6.169, de 01/03/88 - fls. 02.

Palácio dos Tropeiros, em 01 de março de 1.988, 334º da
fundação de Sorocaba.


PAULO FRANCISCO MENDES
(Prefeito Municipal)


Vicente de Oliveira Rosa
(Secretário dos Negócios Jurídicos)

Publicado na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.


João Dias de Souza Filho
(Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo)

a.c.a.

**ANEXO B – Lei nº. 2972, de 07 de setembro de 1988. Lei Fundo de Apoio à
Universidade de Sorocaba (FUSO)
Capa do Projeto de Lei Municipal nº. 350/88**

Nota: O total do documento consta de 18 páginas, aqui indicadas por conteúdo.

Autocancel nº 349/88 *Lei nº. 2.972/88*

PROJETO DE LEI N. 350/88 Proc. N. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



SECRETARIA

Procedência Senhor PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Dispõe sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de
Sorocaba - FUSO e dá outras providências.-

JUSTIFICATIVAS DO PROJETO DE LEI SEJ-PL-EX-085/88



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

P.L. 350/88

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E ARQUIVO

Sorocaba, 11 de outubro de 1.988.

SEJ-PL-EX-085/88
(Processo nº 10.671/88)

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para encaminhar à apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre o Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, e dá outras providências.

O que se pretende com a criação desse órgão é a captação de recursos financeiros destinados a Universidade de Sorocaba, visando o aprimoramento artístico e cultural das atividades e equipamentos de salas e outros ambientes de propriedade da mesma ou com ela conveniados, bem como a preservação e difusão da história, do folclore e das tradições populares do Município de Sorocaba; a publicação pela USO de livros, revistas, folhetos, e outros produtos culturais referentes às Ciências Humanas, às Letras, às Artes e outras de cunho cultural, permitindo ainda com tais recursos que a USO produza discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fono-videográfica de jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural, sendo este de propriedade da USO ou entidades com ela conveniadas.

O Fundo de Apoio à Universidade, ainda com a captação de tais recursos financeiros procederá a formação artística e cultural, mediante bolsas de estudo, pesquisas e de trabalho, no Brasil ou no Exterior, de alunos, funcionários e professores da USO, propiciando ainda viagens de pesquisadores e conferencistas da Universidade, quando em missão cultural no País ou no Exterior.

/./.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

SEJ-PL-EX-085/88 - fls. 02.

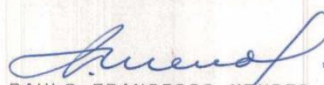
Através desse trabalho, o FUSO estará dando particular ênfase a formação artística e cultural dos - alunos, funcionários e professores da USO e porque não dizer, - trazendo com isso grandes benefícios ao Município, que se verá projetado nos meios culturais e científicos do país e tam - bém de maneira internacional.

O FUSO será constituído por recursos oriundos de doações, legados, auxílio, subvenções e contribuições de qualquer natureza bem como de rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária provenientes de aplicação de tais - recursos, sendo que tais recursos serão administrados por um - Conselho Diretor Composto de 05 (cinco) membros efetivos, no - meados pelo Poder Executivo, na forma determinada por esta - lei, sem qualquer remuneração pois tais funções são consideradas como serviços relevantes prestados à Comunidade.

Trata-se portanto de entidade idônea, voltada para os elevados fins históricos, artístico e cultural, de que nosso Município tanto almeja e deseja.

Temos certeza absoluta de que essa - Câmara haverá de atinar para o alcance social desta proposição e, em decorrência, certamente a aprovará e, ainda, solicitamos que se dê a esta tramitação de prioridade, conforme prevê o § 1º do artigo 26 do Decreto-Lei Complementar de nº 09, de 31 de dezembro de 1.969, reiterando a esse Colegiado, nosso protesto de estima e consideração.

Atenciosamente.


PAULO FRANCISCO MENDES
(Prefeito Municipal)

Ao
Exmo. Sr.
SANTO MANTOVANI FILHO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
SOROCABA
TRAR/aca.

PROJETO DE LEI 350/88

Projeto de Lei - fls. 02.

VIII - formação artística e cultural, mediante -
bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho, no Brasil -
ou no Exterior, de alunos, funcionários e professores da
USO;

IX - viagens de pesquisadores e conferencis -
tas da USO, quando em missão cultural no País ou no Exte-
rior.

Artigo 3º - O Fundo de Apoio à Universidade -
de Sorocaba - FUSO será constituído com os seguintes recursos:

I - Doações, legados, auxílios, subvenções e
contribuições de qualquer natureza;

II - Rendimentos, acréscimos, juros e correç -
ção monetária, provenientes da aplicação de seus recurç -
sos.

Artigo 4º - Os recursos do Fundo de Apoio à -
Universidade de Sorocaba - FUSO, serão administrados por um Consel -
ho Diretor, composto de 05 (cinco) membros efetivos nomeados pe-
lo Executivo.

Artigo 5º - Integrarão o Conselho Diretor:

I - O Secretário da Educação e Cultura, como
Presidente;

II - O Coordenador Municipal de Ensino Super -
rior, como Vice-Presidente;

III - Um vereador, indicado pela Câmara Municí-
pal, como conselheiro; e

IV - Dois representantes da Comissão Municipal
de Apoio à Universidade de Sorocaba, como Conselheiros.

Artigo 6º - Os Conselheiros nomeados exerceç -
rão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, permitida a reconduç -
ção.

Artigo 7º - É vedada a remuneração, a qual -
quer título, pelo exercício de funções no Conselho Diretor, sendo
estas funções consideradas como serviços relevantes prestados à -
comunidade.

./././.



Projeto de Lei - fls. 03.

Artigo 8º - A execução dos trabalhos burocráticos relativos ao Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, estará a cargo de funcionários pertencentes à Coordenação Municipal de Ensino Superior.

Artigo 9º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, tantas vezes quantas necessárias e, no mínimo, - uma vez por trimestre.

Artigo 10 - Compete ao Conselho Diretor::

I - Administrar e promover o cumprimento das finalidades do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO;

II - Opinar, quanto ao mérito, na aceitação - de doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

III - Deliberar sobre aplicação de recursos;

IV - Analisar, aprovar e encaminhar, mensalmente, à Secretaria das Finanças da Prefeitura, as prestações de Contas.

Artigo 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta da verba orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


PAULO FRANCISCO MENDES
(Prefeito Municipal)

TRAR/aca.

DAIA

Recebido em

13 de outubro de 1974

Diretor da Secretaria

A Consultoria Jurídica e Comissão

S. Sessões, 13 de 10 de 1974

VISTA

Em 13 de outubro de 1974

Diretor da Secretaria

DAIA

Recebido em

13 de outubro de 1974

Diretor da Secretaria

A Consultoria Jurídica e Comissão

S. Sessões, 13 de 10 de 1974

VISTA

Em 13 de outubro de 1974

Diretor da Secretaria

**APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI PELA CÂMARA MUNICIPAL DE
SOROCABA**



Câmara Municipal de Sorocaba

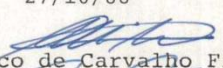
COMISSÃO DE JUSTIÇA

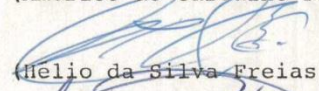
PARECER Nº **310-88**

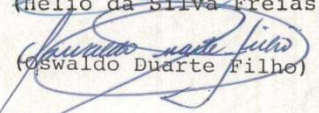
SOBRE o Projeto de Lei nº 350/88, do Sr. Prefeito Municipal, sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e dá outras -- providências.

Sob o aspecto legal, nada a opor.

S/C., 27/10/88


(Américo de Carvalho Filho)


(Helio da Silva Freias)


(Oswaldo Duarte Filho)



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

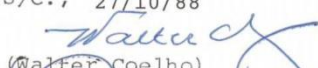
PARECER Nº

77-88

SOBRE o Projeto de Lei nº 350/88, do Sr. Prefeito Municipal, sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e dá outras providências.

Pela aprovação.

S/C., 27/10/88


(Walter Coelho)


(Arminio Vasconcelos Leite)


(Ivan Almeida Freitas)



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER Nº

74-88

SOBRE o Projeto de Lei nº 350/88, do Sr. Prefeito Municipal, sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e das outras providências.

Pela aprovação.

S/C., 27/10/88

Gervásio Porfírio do Nascimento
(Gervásio Porfírio do Nascimento)

Antonio Pinto
(Antonio Pinto)

(Osvaldo Francisco Noce)

EM SEPARADO

Reservamo-nos para posterior manifestação em Plenário.

Osvaldo F. Noce
Osvaldo F. Noce



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE PÚBLICA

PARECER Nº

21-88

Sobre o Projeto de Lei nº 350/88, do Sr. Prefeito Municipal, sobre --
criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e dá ou
tras providências.

Pela aprovação.

S/C., 27/10/88

(Diva M.P.B. Araújo)

(Iara Bernardi)

(Luiz Alberto Mendes)

EM SEPARADO

Reservamo-nos para posterior manifestação em Plenário.

Iara Bernardi

CÂMARA MUNICIPAL DE SOHOCARE

DESPACHO:

Aprovada em 1ª Sessão

29. 11. 88



Aprovada em 2ª Sessão
 Reg. a despesa do Poder de
 Emissores de Redacção

11 01/12/1988



CÂMARA MUNICIPAL DE SOHOCARE

DESPACHO:

Aprovada em 1ª Sessão

29. 11. 88



Aprovada em 2ª Sessão
 Reg. a despesa do Pórcer de
 Comissão de Redacção

11 01/12/1988



CRIAÇÃO DO FUNDO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SOROCABA (FUSO)



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

N.º

AUTÓGRAFO Nº 349/88

PROJETO DE LEI Nº 350/88

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

LEI Nº DE DE DE 1988.

(Dispõe sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e dá outras providências.)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:

Artigo 1º - Fica criado junto à Secretaria da Educação e Cultura o FUNDO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SOROCABA - FUSO.

Artigo 2º - O Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, terá por objetivo a captação de recursos financeiros, destinados a:

I - construção, reforma e equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais, de propriedade da USO ou com ela conveniados;

II - publicação pela USO de livros, revistas, folhetos e outros produtos culturais referentes às Ciências Humanas, às Letras, às Artes e outras de cunho cultural;

III - produção pela USO de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fono-videográficas de caráter cultural;

IV - exposições, festivais e atividades congêneres realizados pela USO;

V - preservação e difusão da história, do folclore e das tradições populares de Sorocaba e região;



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

N.º

/././ Fls. 02.-

VI - criação e manutenção de jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural, de propriedade da USO ou com ela conveniados;

VII - prêmios aos vencedores de concursos e festivais realizados pela USO;

VIII - formação artística e cultural, mediante bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho, no Brasil ou no Exterior, de alunos, funcionários e professores da USO;

IX - viagens de pesquisadores e conferencistas da USO, quando em missão cultural no País ou no Exterior.

Artigo 3º - O Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO será constituído com os seguintes recursos:

I - Doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

II - Rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária, provenientes da aplicação de seus recursos.

Artigo 4º - Os recursos do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, serão administrados por um Conselho Diretor, composto de 05 (cinco) membros efetivos nomeados pelo Executivo.

Artigo 5º - Integrarão o Conselho Diretor:

I - O Secretário da Educação e Cultura, como Presidente;

II - O Coordenador Municipal de Ensino Superior, como Vice-Presidente;

III - Um Vereador, indicado pela Câmara Municipal, como conselheiro; e

IV - Dois representantes da Comissão Municipal de Apoio à Universidade de Sorocaba, como Conselheiros.

/././.



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

N.º

/././ Fls. 03.-

Artigo 6º - Os Conselheiros nomeados exerce
rão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, permitida a recondu
ção.

Artigo 7º - É vedada a remuneração, a qual
quer título, pelo exercício de funções no Conselho Diretor, sen
do estas funções consideradas como serviços relevantes presta -
dos à comunidade.

Artigo 8º - A execução dos trabalhos buro -
cráticos relativos ao Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba
FUSO, estará a cargo de funcionários pertencentes à Coordenação
Municipal de Ensino Superior.

Artigo 9º - O Conselho Diretor reunir-se-á,
ordinariamente, tantas vezes quantas necessárias e, no mínimo ,
uma vez por trimestre.

Artigo 10 - Compete ao Conselho Diretor:

I - Administrar e promover o cumprimento
das finalidades do Fundo de Apoio à Universidade de Soro-
caba - FUSO;

II - Opinar, quanto ao mérito, na aceitação
de doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições
de qualquer natureza;

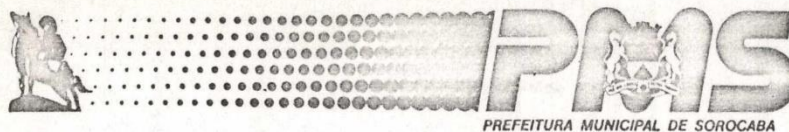
III - Deliberar sobre aplicação de recursos;

IV - Analisar, aprovar e encaminhar, mensal-
mente, à Secretaria das Finanças da Prefeitura, as presta
ções de Contas.

Artigo 11 - As despesas decorrentes da exe
cução desta Lei, correrão por conta da verba orçamentária prô
pria, suplementada, se necessário.

Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor na da
ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI MUNICIPAL 2972, SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL DE SOROCABA



(Processo nº 10671/88)

LEI Nº 2.972, de 07 de dezembro de 1.988.

(Dispõe sobre criação do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO e dá outras providências).

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado junto à Secretaria da Educação e Cultura o FUNDO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SOROCABA - FUSO.

Artigo 2º - O Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, terá por objetivo a captação de recursos financeiros, destinados a:

I - construção, reforma e equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais, de propriedade da USO ou com ela conveniados;

II - publicação pela USO de livros, revistas, folhetos e outros produtos culturais referentes às Ciências Humanas, às Letras, às Artes e outras de cunho cultural;

III - produção pela USO de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fono-videográfica de caráter cultural;

IV - exposições, festivais e atividades congêneres realizados pela USO;

V - preservação e difusão da história, do folclore e das tradições populares de Sorocaba e região;

VI - criação e manutenção de jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural, de propriedade da USO ou com ela conveniados;

VII - prêmios aos vencedores de concursos e festivais realizados pela USO;

VIII - formação artística e cultural, mediante bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho, no Brasil ou no Exterior, de alunos, funcionários e professores da USO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

LEI Nº 2.972, de 07/12/88 - fls. 02:

IX - viagens de pesquisadores e conferencistas da USO, quando em missão cultural no País ou no Exterior.

Artigo 3º - O Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO será constituído com os seguintes recursos:

I - Doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

II - Rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária, provenientes da aplicação de seus recursos.

Artigo 4º - Os recursos do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, serão administrados por um Conselho Diretor, composto de 05 (cinco) membros efetivos nomeados pelo Executivo.

Artigo 5º - Integrarão o Conselho Diretor:

I - O Secretário da Educação e Cultura, como Presidente;

II - O Coordenador Municipal de Ensino Superior, como Vice-Presidente;

III - Um vereador, indicado pela Câmara Municipal, como conselheiro; e

IV - Dois representantes da Comissão Municipal de Apoio à Universidade de Sorocaba, como Conselheiros.

Artigo 6º - Os Conselheiros nomeados exercerão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Artigo 7º - É vedada a remuneração, a qualquer título, pelo exercício de funções no Conselho Diretor, sendo estas funções consideradas como serviços relevantes prestados à comunidade.

Artigo 8º - A execução dos trabalhos burocráticos relativos ao Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO, estará a cargo de funcionários pertencentes à Coordenação Municipal de Ensino Superior.

Artigo 9º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, tantas vezes quantas necessárias e, no mínimo, uma vez por trimestre.

./././.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

LEI Nº 2.972, de 07/12/88 - fls. 03.

Artigo 10 - Compete ao Conselho Diretor:

I - Administrar e promover o cumprimento das finalidades do Fundo de Apoio à Universidade de Sorocaba - FUSO;

II - Opinar, quanto ao mérito, na aceitação de doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

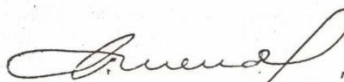
III - Deliberar sobre aplicação de recursos;

IV - Analisar, aprovar e encaminhar, mensalmente, à Secretaria das Finanças da Prefeitura, as prestações de Contas.

Artigo 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta da verba orçamentária própria, suplementada, se necessário.

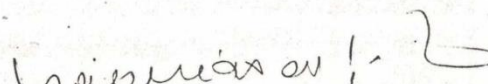
Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 07 de dezembro de 1.988,
335º da fundação de Sorocaba.


PAULO FRANCISCO MENDES
(Prefeito Municipal)


Vicente de Oliveira Rosa
(Secretário dos Negócios Jurídicos)

Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.


João Dias de Souza Filho

TRAR/eca.

(Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo)

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA PORTARIA - UNISO

13990

SEÇÃO 1

DIÁRIO OFICIAL

Nº 177 QUINTA-FEIR.

**Ministério da Educação
e do Desporto****GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 1.364, DE 13 DE SETEMBRO DE 1994

O **Ministro de Estado da Educação e do Desporto**, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 488/94, conforme consta do Processo nº 23001.000001/90-24 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

Art. 1º Reconhecer as Faculdades Integradas Dom Aguirre-FIDA, como Universidade de Sorocaba-UNISO, a ser mantida pela Fundação Dom Aguirre, com sede e administração na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, aprovando neste ato, seu Estatuto e Regimento Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

ANEXO D – LOGOTIPO DA UNISO

Pensando na necessidade de um símbolo gráfico que identificasse a Universidade, foi lançado um concurso público para a criação do logotipo da Universidade. (VANNUCCHI, 2012, p. 55).



Esse símbolo de identificação da UNISO contém três elementos: as letras U e S e uma esfera, com os seguintes significados: a letra U - de Universidade – é azul, cor que cria a sensação de profundidade, transcendência e idealismo; a letra S de Sorocaba – representa uma estrada, sugerindo o caminho trilhado pelos Tropeiros – página marcante da história Sorocabana – a ser percorrida, agora, por uma Universidade que se pretende regional.

A esfera amarela representa a universidade do conhecimento, traço essencial de toda Universidade; representa também o sol da verdade divina, que deve iluminar a vida intelectual; representa ainda o caráter comunitário da UNISO, que engloba os diferentes segmentos da comunidade interna e a própria sociedade externa. O logo e o próprio nome UNISO carregam em si um valor, carregam invisivelmente diferentes significações.

Logo se pode definir como semióforos, já que não possuem utilidade direta e imediata na vida cotidiana, mas são capazes de relacionar o visível e o invisível. Sendo assim, há uma aproximação, ou seja, são fontes de ideias, possibilitam compreensões e estimulam formas diferenciadas de expressão.